



EST. 1833

BANCO
CARREGOSA

CARREGOSA

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2016



**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

ÍNDICE

1. SÍNTESE DE INDICADORES.....	3
2. ESTRUTURA ACIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS	4
3. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
4. PRINCIPAIS EVENTOS DE 2016	6
5. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	8
5.1. Banco Carregosa	8
5.2. Organização Interna e Segmentos de Negócio	9
5.3. Enquadramento Económico e a Situação dos Mercados Financeiros.....	11
5.4. Síntese da Atividade	13
5.5. Comunicação e Responsabilidade Social	23
6. ANÁLISE ÀS CONTAS.....	27
6.1. Contas Individuais	27
6.2. Contas Consolidadas	36
7. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	36
8. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE INFORMAÇÃO FINANCEIRA.....	37
9. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ARTº 66 DO C.S.C.	37
10. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	37
11. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ORGÃOS DE GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E COLABORADORES	37
12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	40
13. AGRADECIMENTOS	40
CONTAS CONSOLIDADAS.....	41
CONTAS INDIVIDUAIS.....	83
ANEXOS – INFORMAÇÃO PRUDENCIAL.....	125
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	145
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	158
EXTRATO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA ASSEMBLEIA GERAL DE 30 DE MAIO DE 2017	161

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

1. SÍNTESE DE INDICADORES

CONTAS INDIVIDUAIS	2016	2015(*)	2014(*)
Margem Financeira	4.981.821	5.473.493	3.727.904
Comissões Líquidas	3.290.785	4.697.611	4.009.905
Resultados de Operações Financeiras (Líquidas)	2.741.014	635.414	6.074.037
Outros Resultados de Exploração	(610.384)	(168.857)	(138.143)
Produto Bancário	10.403.234	10.637.661	13.673.703
Custos com o Pessoal	(3.842.764)	(3.744.658)	(3.430.326)
Outros Gastos Administrativos	(3.968.782)	(4.463.702)	(4.129.974)
Custos de Estrutura	(7.811.546)	(8.208.360)	(7.560.300)
Amortizações	(556.957)	(573.157)	(547.320)
Provisões	37.767	(165.669)	171.636
Imparidades	(2.549.396)	(591.339)	(4.561.192)
Resultado Antes de Impostos	(476.897)	1.099.136	1.176.527
Impostos	125.872	(281.719)	(180.480)
Resultado Líquido	(351.025)	817.417	996.047
	2016	2015(*)	2014(*)
Total do Ativo Líquido	214.796.037	227.462.207	198.685.655
Capitais Próprios	34.558.195	30.530.931	33.961.995
Fundos Próprios	34.284.389	31.706.753	33.913.021
Depósitos de Clientes	142.478.359	161.267.872	120.336.085
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	46,40%	47,65%	42,74%
Crédito Vencido / Crédito Concedido	0,09%	0,80%	13,39%
Rendibilidade de Ativos Médios (ROA)	-0,16%	0,36%	0,47%
Rendibilidade de Capitais Próprios Médios (ROE)	-1,08%	2,53%	2,74%
Rácio de Solvabilidade	21,80%	17,99%	19,20%
Margem Financeira / Ativo Remunerado	3,27%	3,39%	2,03%
Custos de Estrutura / Produto Bancário	75,09%	82,55%	59,29%

(*) - Valores reexpressos

2. ESTRUTURA ACIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS

BANCO L.J. CARREGOSA, S.A.

	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos	PRESIDENTE
Maria Manuela Pereira Antunes Matias	Secretária
Ana Mafalda Mateus Freitas Gonçalves Malafaya	Secretária
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva	PRESIDENTE
António José Paixão Pinto Marante	Administrador
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	Administrador
João Pedro Portugal da Cunha	Administrador
Francisco Miguel Melhorado de Oliveira Fernandes	PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA (CE)
Paulo Armando Morais Mendes	Vogal da CE
Paulo Martins de Sena Esteves	Vogal da CE
	CONSELHO FISCAL
Maria da Graça Alves Carvalho	PRESIDENTE
Manuel José Lemos de Ferreira Lemos	Vogal
Eduardo Maria Lopes Rothes Barbosa	Vogal
André de Castro Amorim	Vogal (Suplente)
	REVISOR OFICIAL DE CONTAS (SROC)
Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados representada por Joaquim Manuel Martins da Cunha	
António Magalhães & Carlos Santos, representada por Carlos Afonso D. L. Freitas dos Santos	Suplente (SROC)

ACIONISTAS COM PARTICIPAÇÕES SUPERIORES A 5% DO CAPITAL SOCIAL

Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves
Amorim Projetos, SGPS
António José Paixão Pinto Marante

Os membros dos Órgãos Sociais, para o triénio 2015-2017, foram eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas realizada em 27 de maio de 2015. O Dr. João Cunha foi eleito a 30 de Maio de 2016 após a renúncia do Dr. Nuno Maya.

3. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ex. mo Senhor Presidente da mesa da Assembleia Geral,
Senhores Acionistas,

Mais uma vez me dirijo aos Senhores Acionistas para alguns comentários sobre o ano de 2016 cujas contas agora vos apresentamos.

Fazendo uma retrospectiva do ano de 2016 – durante o qual continuamos a ter que conviver com a dificuldade das taxas de juro negativas – e dos factos mais relevantes na vida do Banco Carregosa trazemo-vos notícia de que resolvemos criar um departamento de clientes *affluent* que irão, em devido tempo, engrossar a nossa área *core* – o Private Banking.

Para concretizar este nosso objetivo reforçamos a nossa rede de comerciais e adquirimos um novo espaço onde este departamento ficará condignamente instalado e com a necessária segregação da área de Private. Convém referir que o novo espaço além de estar numa artéria nobre da cidade, Rua Guerra Junqueiro, tem uma conveniente proximidade dos edifícios já ocupados pelo Banco Carregosa na Avenida da Boavista.

Além deste espaço, o Banco adquiriu também outros três, que vem ocupando no Porto e em Lisboa, e duas moradias contíguas às suas instalações no Porto. Esta decisão de compra de espaços, além de aumentar o valor patrimonial do Banco permitiu que outros indicadores melhorassem já que houve rendas que deixaram de ser pagas.

O Banco ficou mais sólido, mais enriquecido.

Por último, resta-nos referir que os resultados do Banco, embora modestos, foram absorvidos por uma imparidade que tivemos que reconhecer por recomendação do Banco de Portugal.

No que concerne aos capitais próprios, estes apresentam uma significativa subida conforme está referido na nossa apresentação de contas.

Continuaremos a trabalhar com o maior entusiasmo tendo presente o imenso respeito que os Senhores Acionistas sempre nos mereceram.

Muito obrigada,

Maria Cândida Rocha e Silva

Presidente do Conselho de Administração

4. PRINCIPAIS EVENTOS DE 2016

Janeiro

- ▮ Estabelecimento de um calendário anual de ações de formação (seminários presenciais, *workshops*, *webinars* e manuais formativos) sobre temas do interesse dos investidores, dirigido a clientes dos serviços de mercado de capitais.

Fevereiro

- ▮ A GoBulling foi considerada pela DECO/PROTESTE “Escolha Acertada” no *ranking* dos intermediários portugueses a atuar no mercado nos cinco perfis de investidores analisados.
- ▮ Foi lançado o Depósito Indexado Carregosa Cabaz Europa fevereiro 2018.
- ▮ O Banco Carregosa integrou o sindicato bancário responsável pela colocação da Mystic River – *holding* do grupo Douro Azul.

Março

- ▮ A GoBulling foi considerada o intermediário mais económico para um investimento num fundo cotado em Amesterdão ou Paris que não pague dividendos. Numa análise (independente) do jornal Observador: “Comissões de bolsa. Reduza os seus custos para 20 euros por ano”.
- ▮ Foi disponibilizado o Depósito Indexado Carregosa Cabaz Ações Energia março 2018.
- ▮ Foi lançada a Oferta Pública de Subscrição Finvex Sector Efficient Europe 30 Index Linked Notes.

Abril

- ▮ 9º Aniversário GoBulling.

Maiο

- ▮ Foi disponibilizado o Depósito Indexado Carregosa Cabaz Ações Reino Unido - maio 2018.

Junho

- ▮ O Banco Carregosa integrou a organização de um ciclo de conferências sobre investimento imobiliário na cidade de Lisboa, em associação com a JLL Cobertura, Abreu Advogados e a AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), em parceria com as Câmaras Portuguesas do Rio de Janeiro e de São Paulo.
- ▮ Disponibilização na banca online de uma ferramenta de pesquisa, seleção e transação de fundos de investimento.

Julho

- ▮ O Banco Carregosa, a par de outras Instituições de Crédito, celebrou um protocolo com a Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) e diversas Sociedades de Garantia Mútua (SGM), no âmbito do “Programa Capitalizar - Portugal 2020”. Este Protocolo deu origem à “Linha de Crédito com Garantia Mútua, IFD 2016-2020 - Banco Carregosa”.

- ▮ Conclusão do processo de migração para um novo custodiante e membro compensador para os mercados internacionais.
- ▮ Adesão como membro negociador dos mercados BATS e CHI-X, alargando o acesso a plataformas europeias com elevados valores negociados em ações.

Setembro

- ▮ Lançamento do Depósito Indexado Carregosa Cabaz Imobiliárias setembro 2018;
- ▮ Realizou-se, em Miramar, a II Edição do torneio de golfe “Banco Carregosa Miramar Open”. O evento contou com o apoio técnico e institucional da Federação Portuguesa de Golfe, que também, homologou a prova.

Outubro

- ▮ Teve início a XX edição do “Jogo da Bolsa 2016” coorganizado com o Jornal de Negócios.
- ▮ Arranque do programa de formação “Investimento em Instrumentos Financeiros”, destinado às equipas comerciais e realizado em parceria com a Católica Porto Business School.

Novembro

- ▮ O Banco Carregosa organizou na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa uma conferência sobre “Perspetivas para os Mercados Financeiros em 2017” que contou com uma intervenção de Vítor Bento sobre as “Grandes Tendências Socioeconómicas Globais” e onde foi apresentada a antevisão do Banco Carregosa para o ano 2017.
- ▮ O Banco Carregosa convidou os seus clientes para assistirem à conferência “Perspetivas para os Mercados Financeiros em 2017” que contou com uma intervenção de Daniel Bessa sobre as “Perspetivas para a Economia Mundial, Europeia e Portuguesa”. A sessão decorreu na Biblioteca do Museu de Serralves no Porto.
- ▮ Seminário – Aposta na Formação – Conferência “Career Talks” do ISEG (Lisbon School of Economics & Management – Universidade de Lisboa) – aposta na componente educacional “Mercado Capitais” para os estudantes de Economia e de Gestão.
- ▮ Foi assinalado o 15º aniversário da parceria entre o Banco Carregosa e o Saxo Bank. Maria Cândida Rocha e Silva, Presidente e fundadora do Banco Carregosa, e Kim Fournais, Presidente e cofundador do Saxo Bank, encontraram-se em Lisboa para celebrar esta parceria tecnológica, assinada em 2001, entre a então L. J. Carregosa e a Midas, quando nenhuma das instituições era banco. Desta parceria resultou a criação de uma plataforma de negociação, inédita à época, usada por investidores de 180 países, que permite a negociação de mais de 30 mil produtos financeiros, em 28 idiomas.

Dezembro

- ▮ Ao abrigo de uma parceria com o ISCTE Trading and Investment Club, o Banco Carregosa e a GoBullring disponibilizam conteúdos educacionais para estudantes e antigos alunos do curso de Economia do ISCTE.

5. RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração do Banco L. J. Carregosa S.A. apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016.

Em cumprimento do Código das Sociedades Comerciais, este documento inclui, ao longo do respetivo texto e das notas às demonstrações financeiras, informação a que se refere cada uma das rubricas obrigatórias elencadas no art.º 66 n.º 5 (Relatório de Gestão).

5.1. Banco Carregosa

Prestes a celebrar uma década de atividade bancária, o Banco Carregosa tornou-se num nome incontornável do sector em Portugal no domínio da banca privada e da gestão da poupança e investimento.

Obtida a licença bancária em 2008, a antiga L. J. Carregosa concretizava a sua transformação em banco no momento em que se iniciava uma das mais duras décadas da banca portuguesa, na sequência da crise do *sub-prime*, nos EUA, espoletada em 2007, que levou à falência da Lehman Brothers em setembro de 2008 e que ficou como símbolo da crise financeira.

Nos meses e anos seguintes o panorama bancário mudou radicalmente: um pouco por todo o mundo ocidental, em particular nos EUA e na Europa, assistimos à falência, fusão e nacionalização de bancos. Em Portugal, a transformação foi também notória com a liquidação, a nacionalização e a resolução de bancos, esta uma novidade até então. A crise da banca afetou toda a economia nacional, pequena e muito dependente de endividamento – em 2016, o rácio da dívida pública face ao PIB situava-se em torno dos 130%.

Os acontecimentos desta década, que se assinalará em 2018, porém, não impediram o Banco Carregosa de fazer o seu caminho, crescer e afirmar a sua identidade. Uma instituição que resulta de uma sociedade criada em 1833 tem atrás de si uma longa história de sobrevivência e resistência.

Pioneira e vanguardista, a pequena casa de câmbios criada em 1833, que antecedeu a própria criação do Banco de Portugal, conhece um novo impulso com Lourenço Joaquim Carregosa, um dos sócios na década de 70 do século XIX, que veio a dar o nome à casa, passando a ser conhecida como L. J. Carregosa, desde esses primórdios até hoje.

Ao longo do século XX a Casa Carregosa apurou a sua vocação nas áreas de gestão de patrimónios, câmbios, papéis de crédito e serviços financeiros. Em 1994, os sócios da L. J. Carregosa & C^a Lda constituíram a L. J. Carregosa – Sociedade Corretora que se veio a transformar em sociedade financeira de corretagem em 2001.

O virar do século XXI, trouxe outro momento pioneiro com o lançamento do primeiro serviço de corretagem *online* em Portugal. Assente na parceria com o Saxo Bank que desenvolveu, para Portugal, a plataforma mais avançada para a negociação no mercado de capitais, hoje utilizada em todo o mundo, pelas mais diversas instituições financeiras. A evolução da negociação *online* levou ao lançamento da marca GoBulling, em 2007, um conjunto de plataformas e serviços inicialmente destinados a canalizar o investimento *online* centrado nos mercados financeiros.

Com a atribuição da licença para exercer a atividade bancária, em 2008, a L. J. Carregosa dá lugar ao Banco Carregosa, que tem a banca privada como atividade principal.

5.2. Organização Interna e Segmentos de Negócio

De acordo com as grandes linhas estratégicas definidas para 2016-2018, a atividade do Banco assenta nos seguintes pilares fundamentais:

- ▮ Consolidação do posicionamento de Banca Privada, focado nos segmentos de particulares de elevado património e, bem assim, de particulares *affluent* com elevado potencial de poupança/investimento;
- ▮ Complementarmente, procura-se atuar em segmentos e/ou em serviços específicos, onde o Banco mantém atualmente uma atividade relevante, assegurando uma rentabilidade adequada e consistente com o seu posicionamento e competências;
- ▮ Adoção de uma marca única para o negócio bancário, centrada na identidade corporativa do Banco Carregosa;
- ▮ Utilização da marca Gobulling exclusivamente nas plataformas de negociação;
- ▮ Para se afirmar crescentemente como uma referência nos segmentos alvo, é dada especial atenção, nomeadamente, às seguintes dimensões:
 - ▮ Aposta clara no desenvolvimento e disponibilização de soluções tecnológicas de ponta;
 - ▮ Aprofundamento da diferenciação suportada na inovação e excelência do serviço;
 - ▮ Maior profundidade no aconselhamento e gestão de ativos;

Para dar suporte as linhas de atuação referidas, a organização funcional do Banco pode ser retratada por três núcleos principais, que a seguir se descrevem.

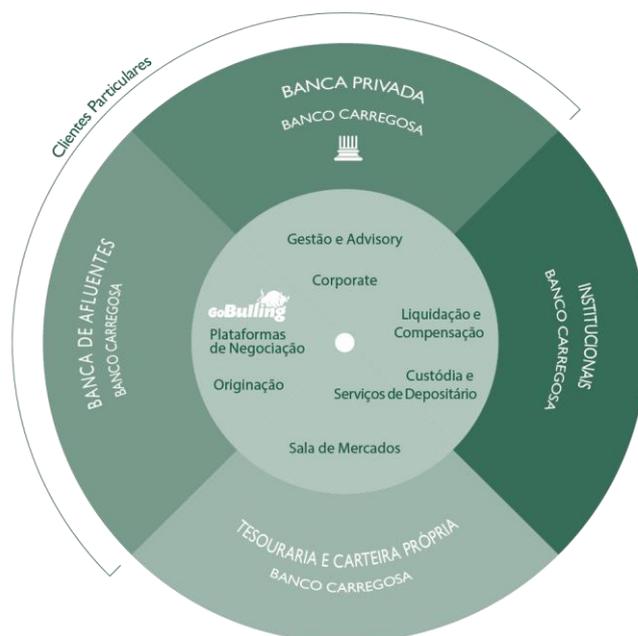
Áreas de Negócio

O primeiro núcleo é composto por quatro áreas, classificadas como Áreas de Negócio, cuja definição se baseia no modelo relacional que o Banco pretende estabelecer com os seus clientes. Destas, três áreas ou departamentos têm um cariz eminentemente comercial, dando corpo à forma como utilizam ou traduzem, para os clientes-alvo, os produtos ou serviços do Banco tendo em vista garantir uma oferta coerente:

- ▮ Banca privada;
- ▮ Banca de afluentes;
- ▮ Negócio institucional.

As áreas de clientes (banca privada, *affluent* e negócio institucional) são ainda alimentadas por duas redes comerciais externas – a Rede de Assessores de Investimento (RAI), vocacionada para os clientes particulares, e a Rede de Vendas Institucionais (RVI).

Inclui-se, também neste núcleo, uma quarta Área de Negócio principal: a tesouraria e carteira própria.



Em 2016, foram criadas as bases da nova área de negócio especialmente vocacionada para os clientes *affluent* constituída a partir da equipa comercial anteriormente dedicada à GoBullring, reforçada por novas contratações e apoiada na força de vendas da RAI.

Serviços

O segundo núcleo é composto por um conjunto de atividades-chave alinhadas com as competências-chave da organização, que assentam nas atividades essenciais de um serviço de banca privada – custódia, execução e aconselhamento/gestão de ativos – a que se adicionou aquelas que resultam da conveniência da utilização do balanço do Banco para melhor suportar o negócio – concessão de crédito e gestão da carteira própria. São, por conseguinte, as áreas de geração de produtos ou serviços na perspetiva dos clientes, consistindo em sete grupos de serviços fundamentais:

- ▣ Tesouraria e carteira própria;
- ▣ Aconselhamento, originação e gestão de ativos;
- ▣ Crédito;
- ▣ Negociação eletrónica;
- ▣ Sala de mercados;
- ▣ Compensação, liquidação e custódia;
- ▣ Outros serviços bancários.

Os serviços constituem a base de suporte que alimenta as equipas comerciais de cada uma das áreas de negócio, definidas em função das características do segmento a que se dirigem, procurando-se abordar o mercado com três propostas comerciais coerentes e ajustadas às necessidades dos clientes-alvo, explorando nichos que valorizam a proximidade, a qualidade e a flexibilidade das soluções apresentadas.

Áreas de Suporte

Finalmente, o terceiro núcleo integra todos os departamentos de suporte à atividade, que não estabelecem nem gerem relações comerciais, nem geram produtos propriamente ditos, muito embora sejam importantes contribuintes para a sua materialização.

5.3. Enquadramento Económico e a Situação dos Mercados Financeiros

Em 2016, a atividade económica global subiu cerca de 3,1%, desacelerando suavemente face aos 3,2% de crescimento do PIB real mundial em 2015. Este ligeiro abrandamento resultou sobretudo da evolução das economias desenvolvidas, em particular dos EUA, que se esperava que crescesse 2,6%, mas que não foi além de 1,6%. Os países emergentes estiveram em linha com o esperado, registando um crescimento acima da média mundial, beneficiando designadamente da subida dos preços das matérias-primas.

Num contexto internacional politicamente atribulado, a Europa acabou por crescer mais do que a economia norte-americana, o que em parte se pode explicar pela desvalorização do Euro face ao USD.

No final de 2016, surgiram alguns sinais de que as medidas de combate à deflação têm produzido resultados, muito embora a inflação *core* esteja ainda abaixo do objetivo de 2% dos bancos centrais. Existe uma diferença significativa entre os EUA e a Europa: a inflação salarial nos EUA já está em 2,7%, enquanto na Europa ainda se encontra deprimida, sendo esta uma das razões pela qual o BCE mantém a política de estímulos monetários, ao contrário do seu congénere americano. A manutenção de taxas de juro baixas na Europa é igualmente importante para os países da periferia, que com rácios de dívida pública sobre o PIB acima de 130%, seriam muito penalizados com o aumento do custo da sua dívida.

Relativamente a Portugal, há a desatacar três fatores: (i) uma taxa de crescimento modesta (+1,4%), mas evoluindo positivamente ao longo do ano, com o último trimestre a registar um valor de 2% anualizado. A subida é explicada por uma dinâmica de crescimento do consumo privado de 2,1% e uma contribuição positiva das exportações líquidas, que compensaram um crescimento negativo do investimento (-1,7%); (ii) uma descida do défice das contas públicas para 2,1%, o que valoriza o crescimento do PIB pois um défice mais baixo tem um efeito recessivo na economia; (iii) um aumento do rácio dívida/PIB que acabou o ano acima dos 130% e que deixa Portugal numa situação muito fragilizada (com apenas uma agência de *rating* a classificar Portugal como *Investment Grade*) e vulnerável a uma eventual subida das taxas da dívida pública.

Mercados Financeiros

2016 foi o ano em que todas as principais previsões falharam, sem que isso tivesse o efeito esperado (negativo) nos mercados. Em termos políticos, verificou-se a aprovação do Brexit, o chumbo do referendo em Itália para a alteração da constituição e, nos EUA, a eleição de Donald Trump. Também foi um ano de menor crescimento nos EUA, traduzido nos resultados das 500 maiores empresas, que não subiram, mas o índice S&P 500 fechou o ano com um ganho de 9,5%.

O cenário de taxas de juro baixas continua a ser o fator que mais condiciona os investidores que, não tendo alternativas de poupança, se veem obrigados a investir em ativos com mais risco.

Neste panorama, os principais índices de ações mundiais atingiram, na sua generalidade, um bom desempenho, mas pelo 6º ano consecutivo as variações nas cotações foram superiores às variações

nos resultados das empresas, que subiram ligeiramente na Europa e se mantiveram iguais nos EUA, resultando numa nova expansão do múltiplo P/E (preço/resultados).

Os mercados emergentes tiveram um ano positivo, com o Índice MSCI Emergentes a subir 8,58% em 2016, compensando parcialmente a forte queda do ano anterior.

Na classe obrigacionista, o ano foi em geral moderadamente positivo: considerando a evolução dos preços adicionada da remuneração – cupões pagos –, nos EUA a dívida *Investment Grade* não observou variações e as obrigações *High Yield* subiram 15,86% (depois de uma queda acentuada no ano anterior). Na Europa, muito por responsabilidade do programa de estímulo monetário, ainda em curso, as obrigações soberanas continuaram a subir (+1,95%).

Antevisão para 2017

Para 2017, as previsões apontam para uma manutenção do crescimento global, particularmente nos países desenvolvidos. No entanto, ao desagregar esse valor, a economia mundial apresenta registos muito díspares:

(i) Os países emergentes deverão sentir um menor impacto da desaceleração do investimento chinês (que sustentou os preços das matérias primas durante mais de uma década), a par de uma possível retenção do investimento em resultado da nova política protecionista anunciada pela administração Trump;

(ii) A Zona Euro com crescimento económico moderado, com as previsões a apontarem para um valor inferior a 2%. A inflação *core* deverá continuar abaixo dos 2%, o que dará argumentos ao BCE para manter as taxas de juro baixas;

(iii) Os EUA deverão ter um crescimento do PIB real mais sólido, algures entre os 2,5% e os 3%, mas que poderá ser superior se a adoção da nova política de estímulo fiscal e de investimento – tal como constava do programa eleitoral de Donald Trump – for implementada. A subida de taxas de juro já se iniciou, devendo ser moderada ao longo do ano;

(iv) A evolução da economia chinesa irá continuar a merecer a atenção dos investidores e será, provavelmente, um fator que pode condicionar o comportamento dos mercados, caso haja alguma surpresa negativa.

Quanto a Portugal, a previsão é de um crescimento na ordem dos 1,4%, suportado por uma subida do investimento (conforme já foi observado nos dados do último trimestre de 2016) e também das exportações líquidas (sobretudo se o Euro continuar deprimido face a outras moedas, nomeadamente o USD). Este crescimento, se igual ou superior ao estimado, e aliado a um saldo primário positivo, poderá traduzir-se numa diminuição do rácio dívida/PIB.

Em 2017, a evolução das taxas dos bancos centrais, nomeadamente nas grandes economias (Europa e EUA) é um dos principais temas a monitorar. A intervenção dos bancos centrais foi, propositadamente, o fator com maior peso na explicação do comportamento dos mercados nos últimos anos e existe muita expectativa sobre como se comportarão as várias classes de ativos quando estes estímulos terminarem.

O excesso de endividamento, tanto em alguns países desenvolvidos como na China, é o ponto mais sensível da eventual subida de taxas e talvez a principal fonte de possível volatilidade nos mercados. Enquanto nos EUA a subida das taxas parece previsível, o mesmo já não se pode dizer em relação à Europa. Se a inflação na Europa continuar a dar sinais de subida, é possível que Mario Draghi tenha

que ceder a pressões da Alemanha, abandonando mais cedo o programa de estímulos. Os investidores poderão estar a subestimar essa possibilidade.

Existem outros temas de maior pendor político que podem interferir com o comportamento dos mercados, nomeadamente eleições em vários países na Europa, tensões na Coreia do Norte e na Turquia, entre outros.

Mesmo com todas as incertezas no plano macroeconómico, em particular nos países emergentes, com uma economia global a crescer acima dos 3%, certamente existirão boas oportunidades de investimento. Os programas de estímulo económico em curso, a recuperação do crescimento de vários países e a expectativa de subida dos resultados empresariais podem gerar cenários interessantes de investimento.

Em relação aos investimentos de baixo risco, a convicção do Banco Carregosa é de que as obrigações *Investment Grade* (de qualidade, soberanas ou de empresas com balanços sólidos) continuam caras, chegando mesmo a apresentar uma expectativa de retorno real negativo a prazos mais longos. Já as obrigações *High Yield*, cujo *spread* histórico face às obrigações soberanas esteve próximo dos 400 p.b., estão hoje com um *spread* muito baixo, não parecendo compensar adequadamente o risco de crédito.

O prémio de risco face às obrigações continua a ser o maior argumento para o investimento no mercado acionista.

A utilização de várias métricas fundamentais aponta para que o Índice PSI20 transacione com um desconto substancial face ao resto da Europa, e que o mercado europeu apresente mais oportunidades do que o mercado americano. A Europa beneficia agora de um estímulo cambial, de margens comprimidas face aos EUA e ao seu histórico, enquanto os EUA transacionam com múltiplos historicamente elevados (embora ainda longe de extremos) e estão no processo de subida de taxas (ainda que lento).

Enquanto não houver evidências de recessão nas economias desenvolvidas, correções pontuais nos mercados acionistas poderão ser boas oportunidades para, seletivamente, comprar ativos abaixo do seu justo valor.

5.4. Síntese da Atividade

Faz-se, em seguida, uma breve descrição da atividade de 2016, apresentada sequencialmente de acordo com a organização interna: áreas de negócio, principais serviços e áreas de apoio às áreas de negócio e serviços.

5.4.1. Banca Privada

A banca privada é a principal área de negócio do Banco Carregosa, sendo predominante em termos de ativos sob supervisão e o principal “cliente” do serviço de Aconselhamento e Gestão de Ativos, seguindo um conceito de “*Global Wealth Management*”.

2016 foi particularmente difícil pelo conjunto de acontecimentos políticos e económicos que ocorreram e que influenciaram o comportamento dos mercados (sobretudo no início do ano), dos bancos centrais e dos investidores. Foi um ano marcado por muita volatilidade em todas as classes de ativos, com correlações distintas do normal, o que condicionou as decisões dos investidores, que nestes momentos optam por manter maior liquidez, preferindo adiar os seus investimentos.

As taxas de juro negativas condicionaram a rentabilidade dos *portfólios* mais conservadores e o bom momento do setor imobiliário atraiu investidores, desviando recursos dos ativos financeiros. Tornou-se, por conseguinte, necessário encontrar soluções de investimento, que permitam satisfazer a procura por ativos imobiliários e investimentos alternativos.

Neste enquadramento, procurou-se atuar sobretudo ao nível da retenção e fidelização dos clientes e ativos sobre gestão, em detrimento de novas captações. Apesar do cenário adverso, foi possível crescer os ativos sob gestão em 8% e os ativos sob supervisão em 6%.

Atendendo à dificuldade em rentabilizar o património financeiro dos clientes, com os instrumentos de taxa de juro a não contribuírem como habitualmente, foi necessário aprofundar as soluções oferecidas aos clientes, procurando disponibilizar novos serviços e respostas muito ajustadas às suas necessidades, ganhando uma importância crescente o *know-how* na constituição de fundos de investimento ou o apoio à emissão de empréstimos obrigacionistas.

O desenvolvimento desta área vai passar no próximo ano pelo reforço da equipa comercial e pela capacidade de criar novas competências que nos diferenciem da concorrência e nos aproximem do cliente. Neste contexto, cabe salientar a importância crescente da atividade de concessão de crédito, que tem sido subsidiária da atividade de banca privada, permitindo dar respostas rápidas a necessidades pontuais de liquidez dos clientes, alavancar investimentos financeiros ou viabilizar a diversificação dos seus ativos pelo investimento em ativos imobiliários de rendimento.

5.4.2. Banca de Afluentes

A área de negócio orientada para os clientes *affluent* deu os primeiros passos em 2016, corporizando assim a estratégia que tinha sido definida no final de 2015.

De forma a responder às necessidades de clientes com elevado potencial de investimento/poupança, este segmento tornou-se um novo alvo estratégico do Banco Carregosa. Tem como objetivo criar uma relação de forte proximidade com os seus clientes, capitalizando um *saber fazer* desenvolvido no seio da banca privada, de modo a tornar-se a primeira opção para os clientes que procurem um Banco de poupança e investimento.

Para tal, foi criado um novo Departamento com funções específicas, que absorveu parte da equipa comercial do serviço de banca *online* e que está a ser reforçado com a contratação de novos gestores de clientes, processo que foi iniciado em 2016 e será continuado no próximo ano.

Numa fase inicial, deu-se especial atenção à constituição das equipas, definição de procedimentos, desenho da oferta e desenvolvimento das ferramentas de acompanhamento da atividade comercial, sendo de esperar que os primeiros resultados sejam visíveis já no primeiro semestre de 2017.

No âmbito da oferta de produtos, foi disponibilizada a comercialização de fundos de investimento *online*, com um motor de busca que permite obter resultados de acordo com as preferências e as opções de cada cliente, foram criados modelos de gestão de alocação de ativos ajustados a perfis de investimento típicos e manteve-se a habitual oferta de depósitos a prazo, depósitos indexados e ofertas públicas de produtos estruturados. Complementarmente, mantém-se a oferta de negociação de inúmeros instrumentos financeiros (ações, obrigações, derivados), através de plataformas eletrónicas e/ou da sala de mercados.

Para sedimentar este segmento, foi criada em 2016 uma nova identidade corporativa, bem como decidida a abertura de balcões físicos em Lisboa e no Porto. Serão efetuadas obras de remodelação

no atual espaço de Lisboa e aberto um novo espaço no Porto, tendo-se adquirido um novo imóvel para o efeito. Ambos os processos serão implementados no decorrer de 2017 em conjunto com a criação de um novo *site*. O canal digital suportará integralmente a relação dos clientes deste segmento com o Banco, complementando, desse modo, a relação de proximidade com os gestores de cliente.

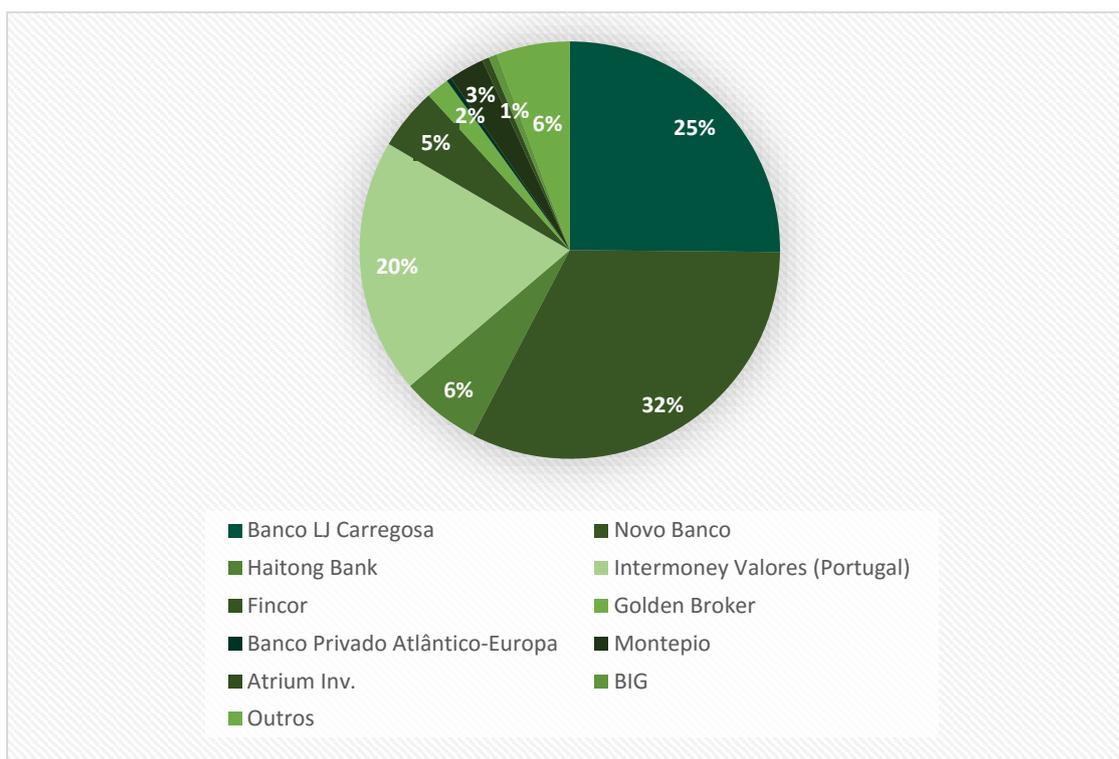
5.4.3. Negócio Institucional

A área de negócio institucional, após ser alvo de reestruturação em 2015, iniciou o ano de 2016 com uma nova organização que assegurou a criação dos processos e procedimentos essenciais ao desenvolvimento da atividade, tendo atualmente condições adequadas que permitem antever um crescimento de forma sustentada nos próximos anos.

A equipa de vendas foi reforçada com novos elementos de *Fixed Income*, mantendo-se a restante equipa em atividade, tendo por base os novos procedimentos, o que permitiu melhorar tanto o relacionamento da equipa como a rentabilidade da operação.

A oferta foi alargada à área cambial, bem como se introduziram alguns mercados bolsistas complementando a oferta em termos de cobertura mundial.

Quota de mercado de execução de Fixed Income em 2016



O trabalho desenvolvido teve reflexo nos volumes intermediados no segmento obrigacionista: o volume médio mensal de 160 milhões de euros, observado até agosto, passou para um volume médio mensal de 3,3 mil milhões de euros, no período de setembro a dezembro. Esse crescimento levou a que o Banco Carregosa ficasse em segundo lugar no *ranking* da CMVM para esta classe de ativos.

Perspetiva-se que em 2017 seja possível continuar a crescer, aumentando os volumes transacionados nas diferentes classes de ativos, com os respetivos ganhos de quota de mercado, encontrando-se a equipa dimensionada e organizada para suportar um aumento significativo de atividade.

5.4.4. Tesouraria e Carteira Própria

A decisão do Reino Unido de abandonar a União Europeia na sequência do referendo de junho e a eleição do Presidente Trump nos EUA, em novembro, foram os factos mais marcantes do ano de 2016. O primeiro, ainda por concretizar, originou uma enorme turbulência nos mercados pelo inesperado e continua a afetar o evoluir da economia dos países da União Europeia. O segundo, tendo ocorrido mais perto do final do ano, gera alguma incerteza ao nível económico e político à escala global. Os mercados europeus foram ainda influenciados pelos problemas no sector bancário italiano, nomeadamente no Banco Monte dei Paschi que foi alvo de várias tentativas de recapitalização.

A manutenção das taxas de juro de curto prazo em valores negativos, agravada por nova descida de taxas do BCE em março, manteve a pressão sobre as tesourarias dos bancos pois os excessos de tesouraria continuaram a constituir uma dificuldade quando anteriormente eram uma opção de baixo risco. O equilíbrio entre o custo da liquidez e a necessidade de a manter passou a ser um exercício ainda mais desafiante.

Em Portugal a solução governativa saída das eleições de 2015 criou na fase inicial do ano algumas incertezas que se mantiveram ao longo de todo o exercício. Este facto, aliado aos problemas no sistema financeiro italiano e a vários outros problemas internos, nomeadamente a recapitalização da CGD, levaram a que as taxas de juro da dívida pública a 10 anos passasse de 2,50% para os 3,76% alargando o *spread* para a dívida alemã em 40 bps.

O Banco manteve o enfoque na concessão de crédito enquanto alternativa à aplicação em títulos de dívida, que genericamente continuaram a não apresentar uma relação risco/retorno atrativa. Nesta matéria, importa salientar a recuperação observada nos preços da dívida brasileira que teve um impacto significativo na carteira de ativos financeiros detidos para venda, com igual reflexo positivo em fundos próprios.

Em termos de projetos relevantes, foi concluída com sucesso a adesão ao T2S, sistema europeu de liquidação de títulos e emitidos os primeiros cartões de crédito com a marca Banco Carregosa, lançados em parceria com a UNICRE.

5.4.5. Principais Serviços

Originação e Gestão

Na perspetiva do Departamento de Originação e Gestão, a atividade em 2016 foi bastante exigente, refletindo as dificuldades observadas nos mercados financeiros. O aumento de cerca de 8% nos ativos sob gestão ficou aquém do projetado, mantendo-se esta como uma área de forte aposta do Banco para o futuro próximo.

O Departamento continuou a assegurar as soluções de gestão de carteiras segundo uma abordagem de alocação de ativos, a apoiar a atividade das áreas comerciais, contribuindo para a elaboração das propostas de investimento, e a criar novos produtos para captar oportunidades de investimento detetadas pela equipa.

De entre as atividades desenvolvidas, destacam-se:

- ▄ o lançamento de cinco novos modelos de gestão de alocação de ativos ajustados a outros tantos objetivos de investimento, alargando a oferta de produtos de gestão;

- ▄ a criação de uma metodologia de seleção de fundos de investimento que permitirá definir um conjunto de carteiras recomendadas por perfil de investimento a disponibilizar no âmbito do serviço de comercialização de fundos de investimento estrangeiros.

No âmbito da Originação, 2016 foi um ano de quebra de produção, já que a uma maior incerteza em relação ao posicionamento de ativos de risco juntou-se um nível extraordinariamente baixo de taxas de juro na Europa. Foram lançados cinco depósitos indexados e comercializada uma *note* em oferta pública, tendo o volume reduzido em cerca de 30%.

Em 2017, o Departamento de Originação e Gestão continuará empenhado em melhorar as soluções disponibilizadas e mostrar consistência nos resultados, que é o principal fator de sucesso no longo-prazo.

Negociação Eletrónica e Mercados

A divisão da estrutura da GoBulling – Banco Carregosa Online, levou à criação de um departamento vocacionado para a dinamização e acompanhamento do serviço de plataformas de negociação eletrónica, assente nas plataformas GoBulling Pro e Pro Go disponibilizadas em parceria com o Saxo Bank há mais de 15 anos.

Para procurar manter/reforçar o seu posicionamento neste segmento está previsto o lançamento da plataforma GoBulling Next (mercados *cash*) e da GoBulling MT (*forex*, algoritmos), no primeiro semestre de 2017.

As formações através de *webinars* assumiram uma maior frequência e regularidade na difusão de informação que se afigurou relevante para auxiliar os investidores na tomada de decisão. Na mesma linha, prosseguiu-se o esforço de disponibilização diária de vídeos de curta duração sobre os destaques da sessão e da semana.

No segmento do mercado de capitais e no apoio à negociação através das plataformas, o mercado doméstico, que mantém um peso relevante na referida atividade, destacou-se pelas continuadas perdas e culminou com o pior desempenho entre os seus pares europeus.

Índice	%Ytd 2016	%var. Volume	%Ytd 2015	% Var. Volume
PSI20	-11.93%	-21.50%	+10.71%	-25.88%
CAC40	+4.86%	-18.20%	+8.53	+22.99%
EuroStoxx50	+0.70%	-21.90%	+3.85%	+15.62%

Índice	%Ytd 2016	%var. Volume	%Ytd 2015	% Var. Volume
S&P500	+9.54%	+1.50%	-0.73%	+16.36%
IBEX35	-2.01%	-31.30%	-7.15%	+5.81%
DAX30	+6.87%	-18.20%	+9.56%	+22.81%

Quanto a volumes intermediados, nomeadamente em relação à atividade de receção de ordens, o mercado doméstico confirmou globalmente a tendência decrescente que vem revelando nos últimos anos, quer no mercado acionista, registando um volume intermediado de 18,6 mil milhões de euros (menos 29,7% que em 2015), quer no mercado de derivados online (72 mil milhões de euros, menos 21,4% de variação homóloga face a 2015).

Por sua vez, o Banco registou também reduções nos volumes intermediados em 2016, face aos valores de 2015, nomeadamente de menos 3,9% e 27,7%, respetivamente para receção de ordens em ações e derivados.

Em termos de quota de mercado, tal é traduzido numa perda de meio ponto percentual, de 9% para 8,5%, no mercado de derivados online. Pelo contrário, o Banco registou, em 2016, um ganho de quota de mercado em termos de receção de ordens para o mercado acionista, de 2,8% para 3,9%.

No que concerne ao mercado obrigacionista, como foi já evidenciado, o Banco concretizou em 2016 ganhos significativos em termos de quota de mercado, assumindo mesmo a liderança em termos de volumes intermediados nos últimos meses do ano.

Por forma a permitir o acesso a plataformas europeias com altos valores negociados em ações, o Banco Carregosa concretizou a sua adesão como membro do BATS e CHI-X.

Compensação, Liquidação e Custódia

Após um período de análise e de negociações iniciado em 2015, conclui-se em Junho de 2016 a mudança de custodiante e membro compensador para os mercados internacionais. Com esta alteração, o Banco pretende atingir um maior número de mercados de uma forma mais direta e especializada.

Depositário de Fundos de Investimento

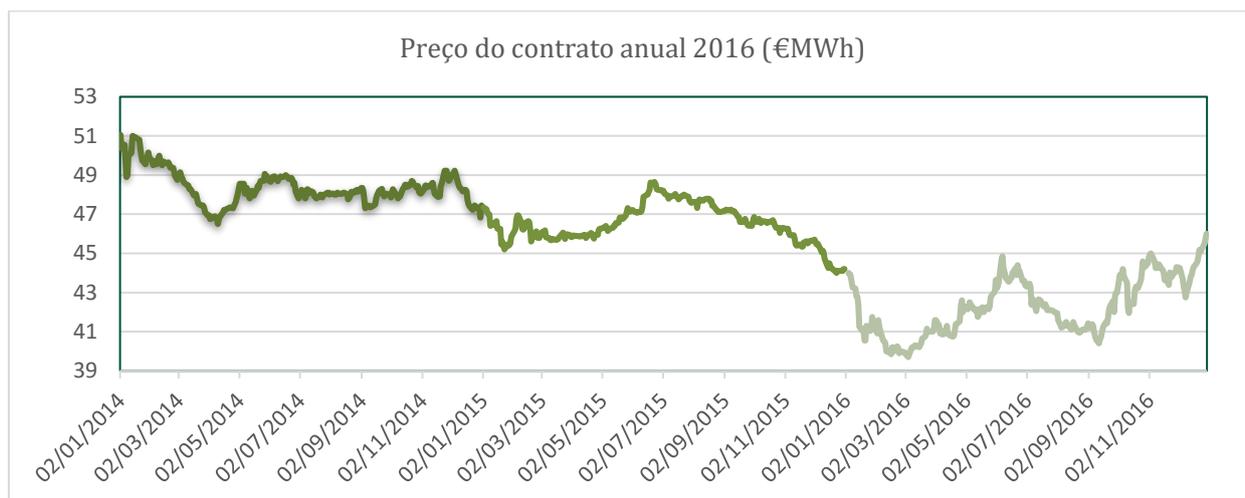
O Banco Carregosa terminou 2016 prestando serviços de depositário a quatro fundos de investimento imobiliário e a cinco fundos de capital de risco. O valor líquido global dos referidos fundos ascendeu a 93,5M€, sendo que, destes, 63,5M€ corresponderam a fundos de investimento imobiliário e 30M€ a fundos de capital de risco. Em resultado de um novo contrato entretanto celebrado, no primeiro trimestre de 2017 haverá a entrada de mais um fundo imobiliário no valor aproximado de 65M€.

Compensação e Liquidação no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL)

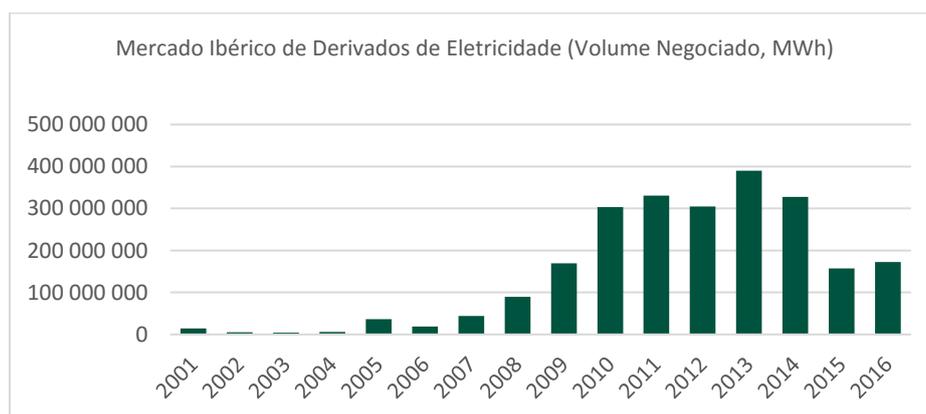
Os mercados da energia terão, nas próximas décadas, enormes necessidades de investimento e financiamento, tendo em conta, nomeadamente, os processos de descarbonização da economia, apesar dos sinais vindos da administração Trump.

Ciente do papel fulcral da energia na agenda política e económica, bem espelhado nos impactos dos preços do petróleo na economia mundial, e tirando partido da sua capacidade de incorporar realidades de mercado muito diversas, o Banco Carregosa iniciou, em 2013, a sua atividade como membro compensador do mercado ibérico de derivados de eletricidade.

Este mercado teve um ano de 2016 caracterizado por uma queda acentuada nos preços, com o contrato anual de referência a situar-se sempre bem abaixo dos 45 €/MWh, conforme se evidencia na figura seguinte.



O mercado ibérico de derivados de eletricidade assistiu a uma ligeira recuperação dos volumes negociados, após a quebra sem precedente registada no ano de 2015.



Em termos de desenvolvimentos do mercado OMIP, foram admitidos mais 8 membros negociadores.

O Banco Carregosa manteve o perfil de clientes e membros negociadores servidos, importando referir a entrada de cinco participantes nacionais, desfazendo o anterior enviesamento para agentes não residentes.

Acrescente-se que os volumes intermediados pelo Banco tiveram, em 2016, um acréscimo de cerca de 20% face ao ano anterior, em grande medida fruto da entrada de novos clientes.

5.4.6. Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno (SCI) desempenha um papel fundamental no Banco Carregosa, visando o efetivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que o Banco está sujeito, bem como uma apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, assegurando a sua estabilidade e continuidade.

O SCI do Banco Carregosa assenta em três unidades: Risco, *Compliance* e Auditoria Interna, que se empenha na promoção de um ambiente e cultura de controlo interno, de elevados padrões de ética e de integridade.

O Departamento de **Risco** assegura a aplicação do sistema de gestão de riscos, avaliando quantitativa e qualitativamente todos os riscos a que o Banco se encontra sujeito. É também responsável pela elaboração e apresentação de reportes periódicos, destinados a informar os órgãos sociais competentes e entidades reguladoras sobre temas relativos à gestão de riscos.

O **Compliance** tem a seu cargo o controlo do cumprimento das obrigações legais e deveres a que o Banco se encontra sujeito. Para esse efeito, garante um acompanhamento regular dos normativos legais e regulamentares publicados, disseminando-os pelos Departamentos relevantes e colaborando na definição e implementação de procedimentos a adotar. No atual contexto de crescente regulação da atividade financeira, melhor detalhada abaixo, esta unidade tem também vindo a contribuir para a definição e implementação do plano de formação dos colaboradores.

Em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o *Compliance* assume um papel fundamental, sendo responsável pela definição dos mecanismos de controlo e deteção de operações suspeitas.

A **Auditoria Interna** desempenha, sobretudo, um papel de monitorização. Tendo em consideração os riscos a que se encontra sujeita a atividade bancária, a Auditoria Interna define um plano de ações de controlo, que permite examinar as atividades, processos e sistemas, para aferir a adequação e eficácia do SCI, emitindo, sempre que se justifique, recomendações baseadas nos resultados das análises efetuadas. As principais deficiências detetadas e o cumprimento das recomendações emitidas são objeto de reporte aos órgãos sociais competentes.

O aumento da regulação tem assumido uma crescente relevância no setor financeiro, com impactos transversais nas organizações que o integram, afetando, entre outros, o modo como o Banco se relaciona com os clientes e os sistemas de informação que servem de base à prestação dos serviços bancários. Atendendo às funções das unidades de estrutura que compõem o Controlo Interno, as alterações na regulação têm impacto decisivo na atividade dos Departamentos.

Em 2016, são de destacar os seguintes normativos:

- ▮ Foreign Account Tax Compliance Act – FATCA – Aprovado a 18 de março de 2010, como parte integrante do Hiring Incentives to Restore Employment Act, entrou em vigor a 1 julho de 2014. O objetivo primordial do FATCA é a prevenção da evasão fiscal de sujeitos passivos norte-americanos, não isentos de imposto, em relação aos rendimentos obtidos fora dos Estados Unidos. Em 2016, e após a aprovação de regulamentação associada à implementação do acordo, bem como da disponibilização, por parte da Autoridade Tributária, dos meios para os intermediários financeiros poderem operacionalizar a comunicação de informações, fixou-se o prazo para o primeiro reporte para 10 de janeiro de 2017.
- ▮ Common Reporting Standard – CRS – Iniciativa global liderada pela OCDE para aumento da transparência fiscal, muito semelhante ao FATCA, mas de maior abrangência, exigindo múltiplos reportes, anuais, de contas pertencentes a residentes nos territórios signatários. A entrada em vigor ocorreu a 1/Jan/2016. Tal como o FATCA, este normativo veio alterar os requisitos de abertura de conta, introduzindo a necessidade de reforçar os procedimentos de controlo e *compliance* e novas obrigações de reporte, que deverão iniciar-se em 2017.

5.4.7. Recursos Humanos

A Gestão de Talento no Banco Carregosa tem como principais objetivos atrair, desenvolver e reter o melhor talento na organização, através da criação de condições para que seja implementado um ambiente onde os colaboradores se sintam motivados a explorar todo o seu potencial, com uma atitude positiva e construtiva, e levando-os a desejar evoluir com a organização.

São assim objetivos do Departamento de Recursos Humanos:

- ▄ Atrair e selecionar o melhor talento existente no mercado de trabalho do sector financeiro;
- ▄ Desenvolver o potencial dos ativos humanos existentes;
- ▄ Reter os melhores talentos existentes na organização.

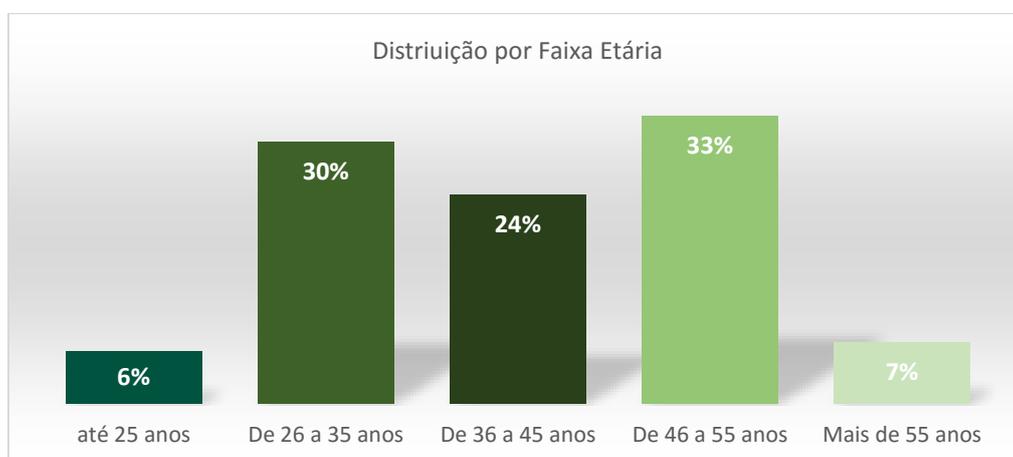
O Banco Carregosa tem seguindo ao longo dos últimos anos uma política de Recursos Humanos assente, por um lado, num crescimento prudente e sustentado dos seus ativos, mas sobretudo no desenvolvimento, valorização e diversificação das competências existentes na organização.

Os bons resultados verificados em 2015 ao nível do retorno do investimento em formação de colaboradores, levou a que, ao longo de 2016, se continuasse a apostar na formação e a diversificar as áreas de desenvolvimento, havendo a destacar pela sua relevância e extensão um programa de formação das equipas comerciais desenvolvido em parceria com a Católica Porto Business School.

Pelo segundo ano consecutivo, foi organizado um programa de estágios de Verão, cujo objetivo é, por um lado, posicionar o Banco Carregosa enquanto empregador junto das principais faculdades de Economia e Gestão do país e, por outro, proporcionar aos estudantes uma experiência de trabalho relevante, com formação em contexto de trabalho.

Evolução Quadro de Pessoal:

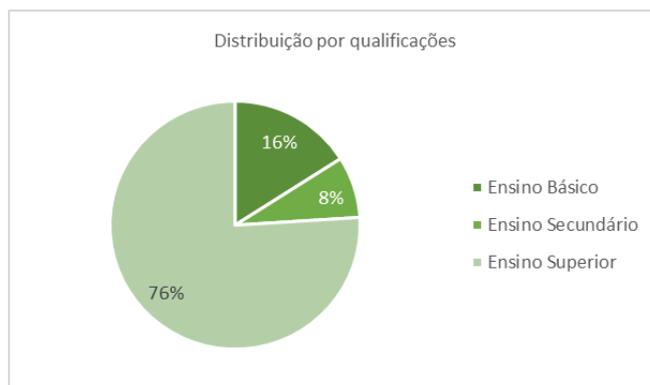
Período	Dez. 2016	Dez. 2015
Sede	68	62
Lisboa	16	15
Espanha (escritório de representação)	0	2
Total	84	79



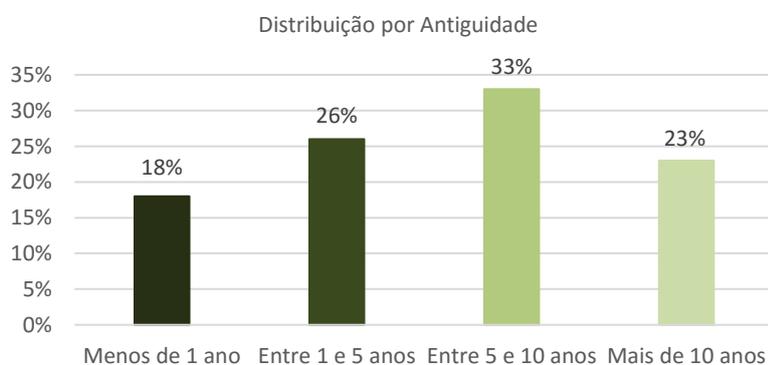
O número de colaboradores manteve a tendência de crescimento verificada desde 2013, passando assim o quadro de pessoal para 84 colaboradores no final de 2016. Este crescimento reflete uma

estruturação da rede comercial, nomeadamente, a criação de uma rede comercial dirigida para o segmento *affluent* e o alargamento da rede comercial externa. Foi também criada uma equipa de Desenvolvimento de Negócio e Sistemas, composta por colaboradores com diferentes competências e especializações cujo objetivo é a avaliação, planeamento e implementação de projetos bem como a adequada passagem de conhecimento (formação, documentação, análise funcional...).

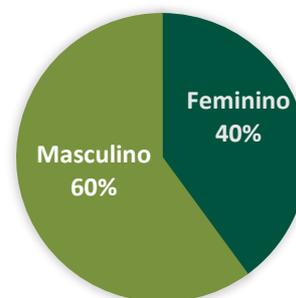
O quadro de pessoal do Banco Carregosa dispõe de colaboradores com elevado potencial, competências adequadas às suas funções, experiência no sector bancário e qualificações elevadas (76% dos colaboradores possui formação superior).



Relativamente à distribuição dos colaboradores por género, manteve-se a tendência de equilíbrio e a média de idades dos colaboradores situa-se nos 41 anos.



DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO



Durante o ano de 2016, procurou-se definir um modelo de funções, que estabeleça a estrutura funcional da organização com base no perfil de competências e potencie o desempenho de excelência alinhado com a estratégia do Banco Carregosa. Este projeto teve como objetivos:

- ▄ Alinhar a estratégia do Banco Carregosa com as suas práticas de gestão de Recursos Humanos;
- ▄ Garantir um crescimento sustentado do Banco Carregosa;
- ▄ Clarificar responsabilidades e competências.

5.5. Comunicação e Responsabilidade Social

Marcas e Comunicação

A política de comunicação de marcas no Banco Carregosa foi construída à semelhança da sua atitude institucional: discreta, próxima e personalizada, privilegiando ações que tenham impacto no bem comum.

É com esse espírito que a política de atribuição de patrocínios ou apoios, mais do que transportar o reconhecimento da marca, visa encorajar iniciativas que marquem a diferença na vida das pessoas: seja em ações ligadas às áreas educativas, à saúde, ao desporto ou à defesa do património histórico e cultural.

Mas a comunicação corporativa envolve outras dimensões: a comunicação com clientes e com o público em geral.

Na comunicação com clientes, além de momentos lúdicos, de convívio social, com a organização de eventos culturais (concertos, exposições, espetáculos) o Banco presta particular atenção à informação útil aos investidores.

Ao longo de 2016 foram inúmeras as iniciativas pensadas para disponibilizar a melhor informação aos clientes. O Banco Carregosa proporcionou aos clientes de banca privada o acesso a *newsletters* exclusivas, com análises da equipa de Gestão de Ativos do Banco Carregosa sobre diferentes estratégias de investimento. Os clientes tiveram, ainda, acesso a seminários temáticos que se realizaram em Lisboa e no Porto.

Os clientes que preferem o meio *online* encontram ajuda, através do *chat*, disponível na plataforma de negociação, diariamente entre as 08h00 e as 21h00. Neste horário, existe a possibilidade de recurso aos operadores das salas de mercado, de Lisboa e Porto, por e-mail ou por telefone. Para além disso, é enviada uma *newsletter* diária eletrónica com a informação essencial do que se passou nos principais mercados, bem como relatórios de *research* diários feitos por especialistas independentes. Para os clientes da plataforma de negociação online são disponibilizados conteúdos em formato audiovisual, como por exemplo os “Destaques da Sessão”.

Os *webinars* temáticos e *workshops* presenciais, com especial vocação formativa, têm tido bastante sucesso. Estas iniciativas cobriram, essencialmente, três vertentes:

- ▄ Informação e formação sobre as plataformas e os instrumentos nelas negociados;
- ▄ Análise e informação sobre temas da atualidade com impacto na evolução dos mercados;
- ▄ Informação sobre estratégias de investimento e trading, compreendendo ferramentas de análise fundamental e de análise técnica, entre outras.

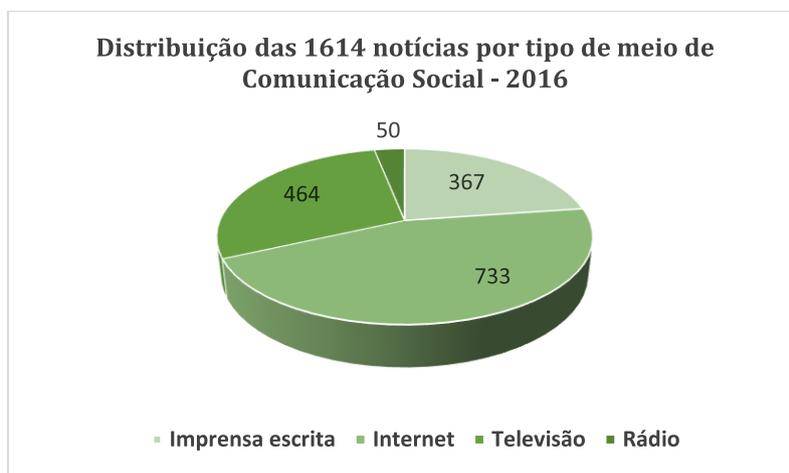
Comunicação nos Media

O Banco Carregosa e/ou a GoBulling foram citados em 1614 notícias, publicadas em 88 órgãos nacionais de Comunicação Social, ao longo de 2016.

Apesar de terem sido publicadas inúmeras notícias na Comunicação Social estrangeira referindo o Banco Carregosa e a GoBulling, (nomeadamente no Brasil, EUA, Canadá, Espanha, França, Reino

Unido, PALOPS, Austrália e China), não se apresentam aqui dados quantitativos, uma vez que essa monitorização não foi feita com o detalhe e a extensão com que se apresenta a cobertura dos *Media* portugueses.

Das 1.614 notícias divulgadas em Portugal, 45% foram difundidas em meios *online*, 32% em meios audiovisuais e 23% em meios de imprensa escrita.

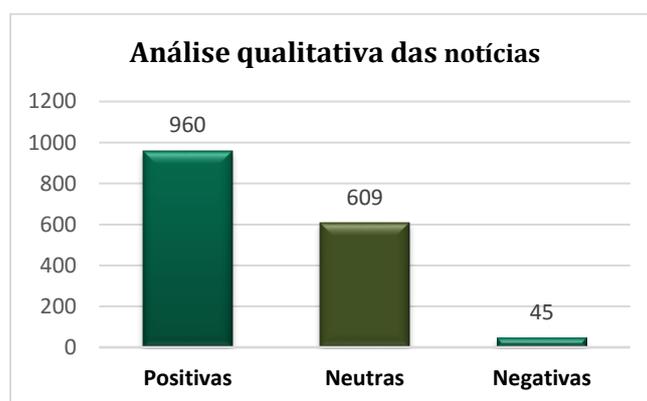


Fonte: Manchete, Media Report - 2016

O meio com mais notícias emitidas em 2016 citando o Banco Carregosa/GoBulling foi a RTP3, com 166 peças. Aliás, a televisão foi o meio responsável pela emissão de 29% do total de notícias, pelo que veio a ser responsável por 61% do total do valor total de *Advertising Value Equivalent* (AVE¹).

Relativamente à classe dos meios (generalistas ou especializados), os meios de informação geral foram responsáveis pela publicação de 75% do total das notícias citando o Banco Carregosa ou a GoBulling. Dado o peso das notícias de televisão, os meios de informação geral foram que se destacaram com a maior contribuição para o AVE (86%).

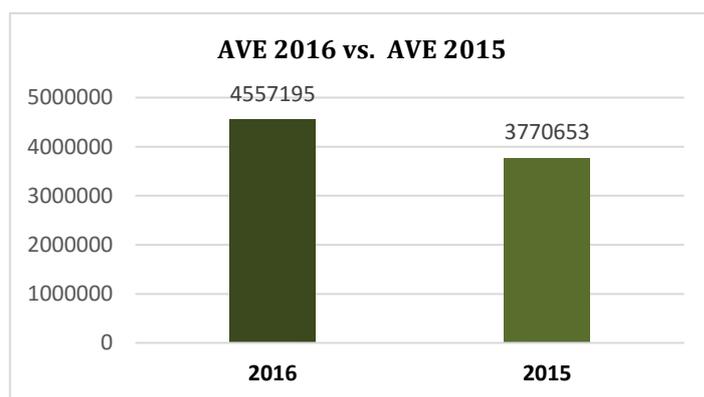
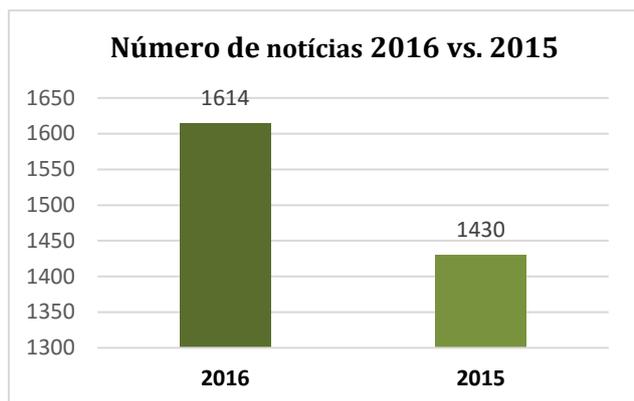
Numa análise qualitativa, o número de notícias positivas ou neutras representou 97% do total das notícias.



Fonte: Manchete, Media Report - 2016

Na comparação homóloga, o número de notícias em 2016 foi ligeiramente superior ao total de notícias de 2015. Também em matéria de AVE, 2016 apresenta um valor superior ao de 2015.

¹ AVE (*Advertising Value Equivalent*): corresponde ao espaço equivalente ocupado em publicidade redigida, a preço de tabela. O cálculo do AVE contabiliza o espaço e a relevância que a marca ocupa na notícia, cruzando-o com o valor do espaço publicitário da publicação



Fonte: Manchete, Media Report - 2016

Relativamente ao número de pessoas postas em contacto com notícias que incluíssem referências às marcas Banco Carregosa e GoBulling (*Opportunities to See* - OTS²), em 2015, o total tinha atingido as 9.028.614 pessoas. Em 2016, o número subiu para 3.331.237.752. Porém, optámos por não comparar diretamente esses valores, dado ter havido uma mudança metodológica: os dados de 2016, ao contrário do que aconteceu até esta data, passaram a incluir as estimativas relativas às notícias dos meios *online* o que explica, na sua maioria, este crescimento exponencial.

Responsabilidade Social

O Banco Carregosa é uma instituição atenta aos problemas que afetam a comunidade em que está inserido. Na sua atividade, procura não se alhear das necessidades da sociedade no campo da saúde, do desporto, da investigação ou da cultura, de âmbito local ou nacional.

Em 2016, a área da **Saúde** e do apoio a doentes manteve-se como uma das áreas prioritárias em matéria de responsabilidade social, de que se dão aqui alguns exemplos:

- ▄ Criação do Prémio Banco Carregosa/Ordem dos Médicos do Norte (SRNOM), destinado a premiar a investigação clínica em Portugal;
- ▄ A 1^a edição do “Prémio Banco Carregosa e a Nortemédico – Seção Regional do Norte da Ordem dos Médicos”, que pretende distinguir projetos de investigação clínica em Portugal, foi atribuído a um trabalho sobre a obesidade infantil e os efeitos na função renal, da autoria de Liane Costa, assistente Hospitalar de Pediatria do Centro Hospitalar do Porto e membro Integrado da Unidade de Investigação do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto. As duas menções honrosas distinguiram investigações sobre a preservação da fertilidade em pacientes oncológicos em idade pré-púberes (Mário Sousa, médico e professor do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, da Universidade do Porto) e gastroenterologia (Eduardo Pinto, assistente da especialidade no hospital São João e aluno de doutoramento da Universidade do Porto).

² OTS (*Opportunities to See*): as oportunidades de contacto refletem o número de pessoas que tiveram a possibilidade de ser impactadas por determinada informação e são encontradas através do valor de circulação da imprensa escrita (dados APCT) e da dimensão da notícia. A Manchete cruza os critérios de visibilidade da informação com a circulação da mesma, de forma a aferir da maior ou menor capacidade de impacto.

- ▮ Participação no evento “Chá no Yeatman”, um evento de beneficência e recolha de fundos a favor do Mama Help “Centro de Apoio a Doentes com Cancro da Mama”;
- ▮ Apoio do Banco Carregosa a projetos de investigação médica apresentados nas “Primeiras Jornadas de Saúde de Trás os Montes e Alto Douro”, projeto organizado pelo “Hospital Terra Quente” em parceria com a ULS, CHTMAD, IPB e UTAD;
- ▮ Participação dos colaboradores do Banco Carregosa no projeto “Wings for Life”. Conhecida mundialmente pelo seu formato atípico e desafiante – “a única corrida cuja meta é apanhar-te” - e pelo seu carácter solidário – 100% do valor da inscrição reverte para a pesquisa da cura das lesões da espinal-medula.

Inúmeras iniciativas ligadas ao **Desporto** mereceram o apoio do Banco Carregosa, de que destacamos:

Patrocínios:

Inúmeras iniciativas ligadas ao **Desporto** mereceram o apoio do Banco Carregosa, cobrindo modalidades tão diversas como o Rugby, Golfe, Futebol, Tiro, Ténis e Equitação.

Na área da **Cultura** é longa a tradição e apoiar diversas artes e autores, contribuindo também para a divulgação cultural junto dos clientes do Banco Carregosa. Em 2016, o leque de apoios distribuídos voltou a ser muito diversificado:

- ▮ Apoio ao Projeto Sala 117 – um projeto de divulgação da Arte Contemporânea, numa linha permanente de procura e seleção de novos artistas, paralelamente com mostras representativas de nomes consagrados, com enfoque nos artistas portugueses do século XX e XXI, nomeadamente, em 2016, José de Guimarães, Júlio Resende (em parceria com a Fundação Júlio Resende – Lugar do Desenho) e Armanda Passos. Três Artistas de referência do panorama das artes plásticas, com vários prémios e distinções e presentes em várias coleções nacionais e internacionais;
- ▮ Realização de um Concerto de Música Clássica no Salão Nobre do Palácio da Bolsa no Porto. Recital “Winterreise” – Viagem de Franz Schubert, interpretado pelo destacado barítono Wolfgang Holzmair e Philippe Cassard ao piano, é a obra mais representativa do estilo Lied;
- ▮ Participação no Concerto ‘No Tenors Allowed’ com Thomas Hampson e Luca Pisaroni, Espetáculo promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian no Grande Auditório;
- ▮ Patrocínio à Tournée “Teresa Salgueiro 2016/2017”, que prevê diversos eventos ao longo de todo o ano.

6. ANÁLISE ÀS CONTAS

6.1. Contas Individuais

Em 2016, o Banco obteve resultados líquidos negativos de **€351.025** que, comparado com os **€817.417** positivos de 2015, representa um decréscimo de 142,94%.

Os resultados em análise são a expressão de um conjunto de variações homólogas que, pela sua significância, a seguir se decompõem:

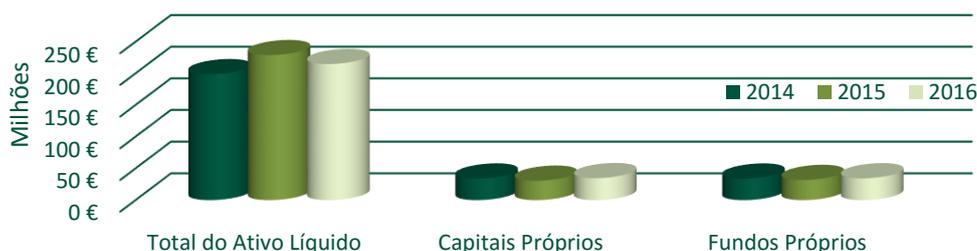
A margem financeira regrediu 8,98%, acompanhando a variação no mesmo sentido das comissões líquidas (-29,95%). Os resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros disponíveis para venda, no seu conjunto, registaram igualmente uma variação negativa de 213,03%. A reavaliação cambial inverteu a tendência de 2015, registando uma variação homóloga de -101,57%. Os custos de estrutura, no seu conjunto, apresentaram um decréscimo de 4,83%. As correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores em conjugação com as imparidades de outros ativos financeiros, registaram no seu conjunto, um impacto negativo de 400,37%.

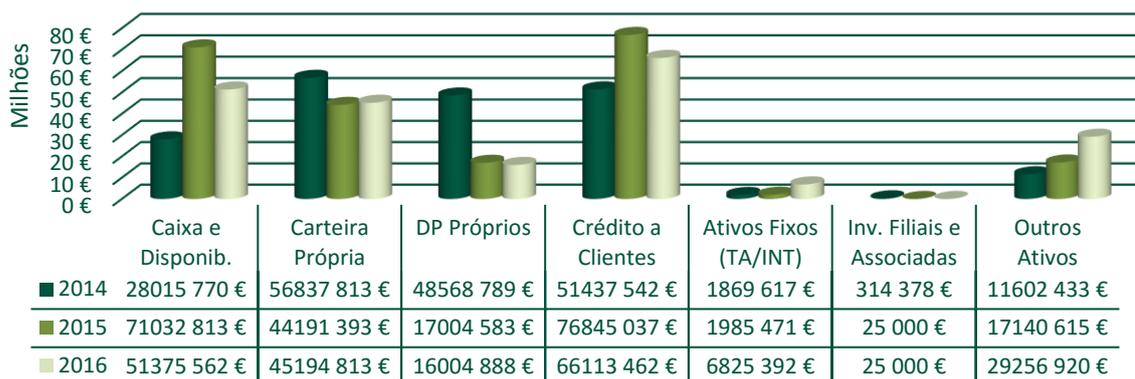
Os principais indicadores de desempenho encontram-se no quadro “**Síntese de Indicadores**”, que resume a evolução do Banco em 2016.

O **Ativo Líquido**, comparado com o exercício de 2015, regrediu 5,57%, para **214,8M€**, em resultado de uma diminuição das disponibilidades em Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito (-27,67%), nas aplicações em Instituições de crédito (-5,88%), no crédito a clientes (-13,97%), compensado, em parte, pela carteira de títulos do Banco que manteve alguma estabilidade (+1,97%), pelo investimento em ativos tangíveis (+274,26%) e pelos outros ativos em (+80,42%). Paralelamente, verifica-se um incremento significativo nos **Capitais Próprios**, situando-se agora nos **34,5M€**, em resultado da variação positiva da carteira de investimento. Os **Fundos Próprios** acompanharam esta tendência, ascendendo, em 2016, a **34,3M€**.

	2016	Var %	2015	Var %	2014 (*)
Total do Ativo Líquido	214.796.037€	-5,88%	227.672.920 €	14,90%	197.979.094 €
Capitais Próprios	34.558.195€	13,19%	30.683.410 €	-10,10%	33.961.995 €
Fundos Próprios	34.284.389€	8,27%	31.706.753 €	-6,50%	33.913.021 €

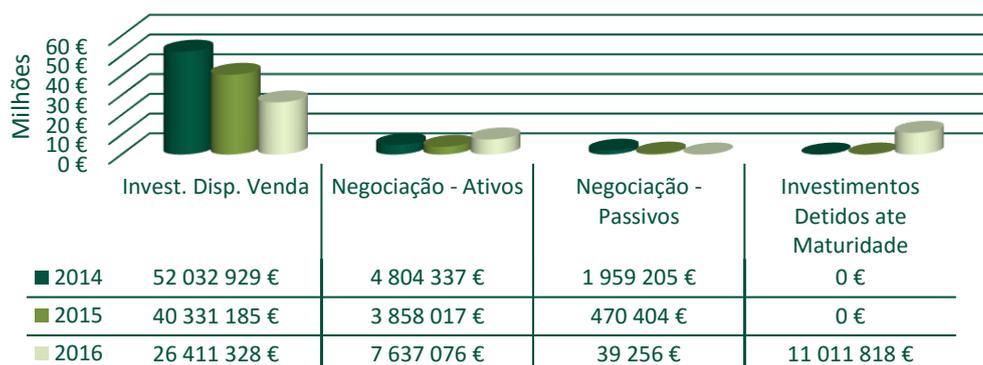
Composição do Ativo





Evolução da Carteira de Títulos

As carteiras de títulos do Banco (investimentos, negociação e detidos até à maturidade) representam, por si só, 20,98% do ativo líquido que compara com os 19,36% de 2015. Em valores agregados e absolutos, para cada um dos anos, situou-se nos 45M€ e 44M€, respetivamente (excluindo os passivos de negociação).



Evolução da Carteira de Crédito

A carteira de crédito observou uma redução de cerca de 12,7%, em parte relacionada com a amortização antecipada de duas operações de montante significativo. Não obstante a redução do volume de crédito concedido verificado em 2016, esta atividade continua a ser importante para o Banco, estando projetado um crescimento significativo em 2017, nomeadamente em resultado da dinamização da atividade de concessão de crédito para aquisição de valores mobiliários.

Esta carteira, de características próprias e finalidades específicas, consubstancia contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registo de natureza predial, embora o Banco não conceda crédito à habitação e ao consumo. Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respetivos devedores ou garantes.

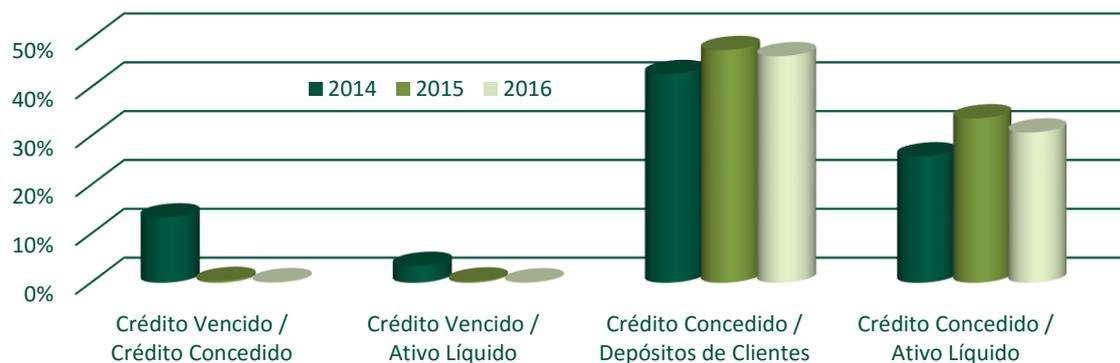


Contratos de Crédito	31/12/2016		31/12/2015	
	Nº Contratos	Crédito em Dívida	Nº Contratos	Crédito em Dívida
Empréstimos	28	22.477.530 €	26	27.831.222 €
Aquisição Valores Mobiliários	2	2.600.000 €	2	2.050.000 €
Apoio a Tesouraria	23	18.992.115 €	22	25.696.135 €
Investimentos Diversos	3	885.415 €	2	85.068 €
Contas Correntes Caucionadas	35	44.147.769€	40	48.107.065 €
Aquisição Valores Mobiliários	6	3.864.234€	11	9.379.764 €
Apoio a Tesouraria	18	25.666.254€	23	29.339.004 €
Investimentos Diversos	11	14.617.281€	6	9.388.297 €
Descobertos Autorizados	2	182.968	2	299.140 €
TOTAL	65	66.808.267€	68	76.237.427 €

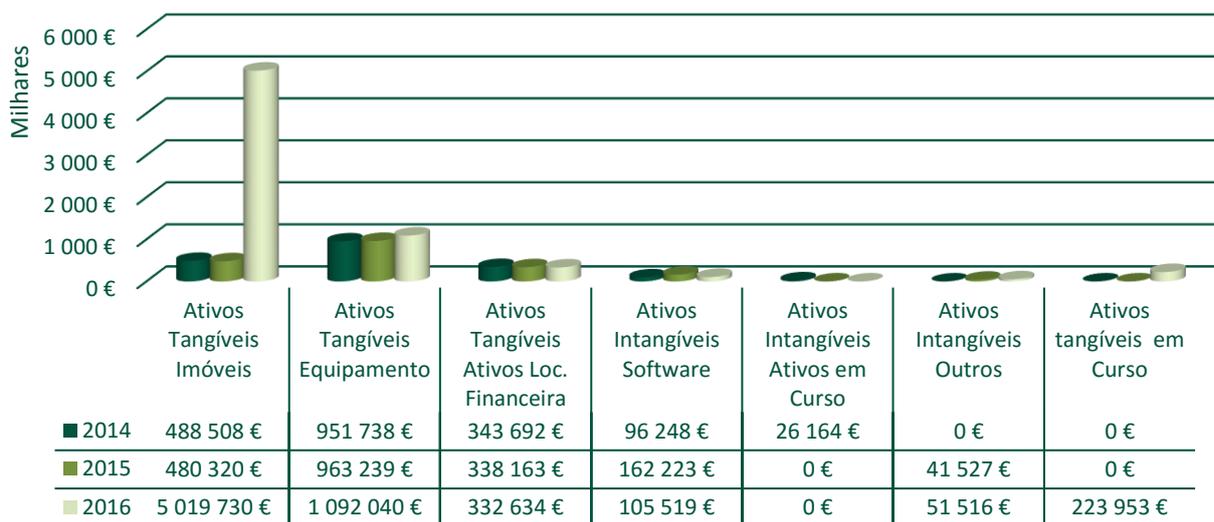
As garantias imobiliárias são objeto de reavaliação periódica, por técnicos Avaliadores credenciados e independentes, seguindo critérios prudentes que refletem a evolução dos correspondentes mercados imobiliários, a natureza dos imóveis, o potencial de utilização e de liquidez. As demais garantias são constituídas por penhores que incidem sobre carteiras de aplicações financeiras. As novas operações de crédito foram, essencialmente, concedidas a clientes com um perfil de risco reduzido. Em resultado desta política, o Banco não apresenta valores significativos de imparidades na sua carteira de crédito, seja ele regular ou vencido, este último de reduzida expressão.

O Banco não alterou a sua política de concessão de crédito, no que respeita à sua tipologia, finalidades e garantias associadas. Verifica-se que os níveis de crédito vencido e o seu provisionamento se mantêm ao nível do ano anterior, observando inclusivamente uma ligeira melhoria.

	2016	2015	2014	2013
Crédito Vencido / Crédito Concedido	0,41%	0,80%	13,39%	0,32%
Crédito Vencido / Ativo Líquido	0,13%	0,27%	3,47%	0,05%
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	46,40%	47,65%	42,74%	41,06%
Crédito Concedido / Ativo Líquido	30,78%	33,67%	25,89%	17,06%

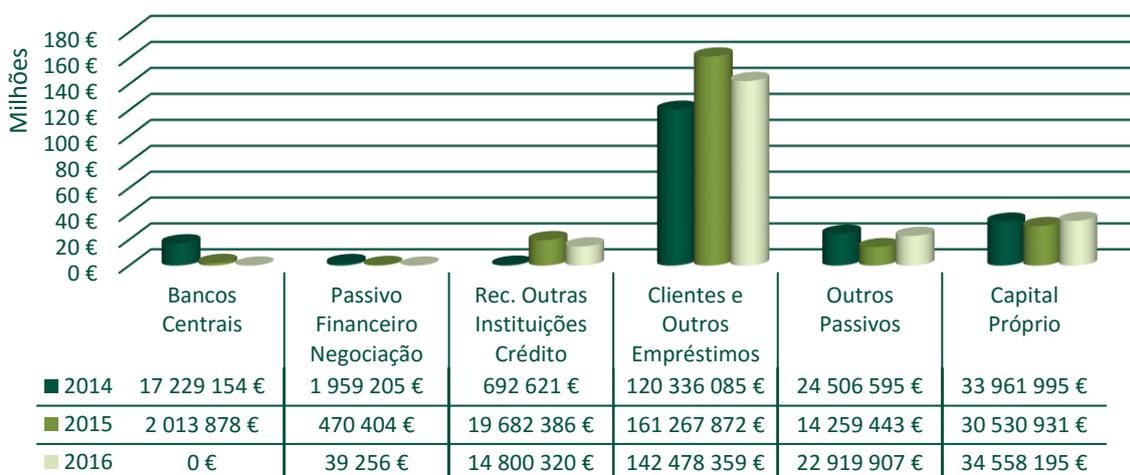


Ativos Fixos (tangíveis e intangíveis) – Valor Líquido



Os Ativos Fixos, em termos líquidos, apresentam um crescimento homólogo anual de 243,8%, decorrente de investimentos, na sua maior expressão, resultante da aquisição de 6 novos edifícios sendo 4 anteriormente ocupados pelo Banco.

Composição do Passivo e Situação Líquida



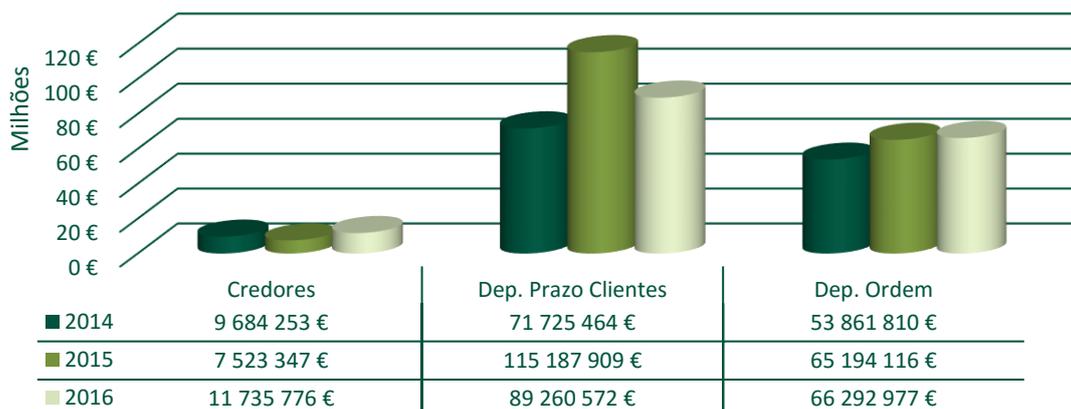
O **Passivo** apresenta um decréscimo global de 8,83% face ao valor de 197,7M€ de 2015, sendo de assinalar uma expressão nula nos Recursos de Bancos Centrais, quebras de 24,8% nos Recursos de Outras Instituições de Crédito e de 11,7% nos Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, compensado, em parte, nos Outros Passivos, com um crescimento de 72,4%.

Na vertente da **Situação Líquida**, os capitais próprios evidenciaram uma evolução positiva de 4,03M€ em função direta da valorização da carteira de investimentos registada em reservas que por si só justifica uma variação positiva de 4,4 M€.

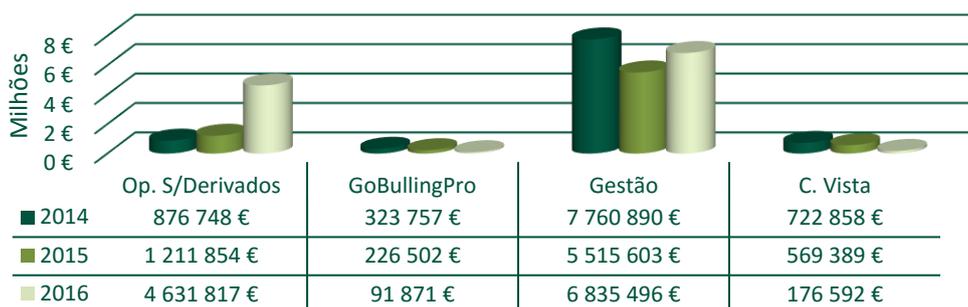
Evolução dos Recursos Captados de Clientes

Os **Recursos Captados de Clientes**, conforme se demonstra nos gráficos seguintes, apresentam, globalmente, um decréscimo de 10,97%, sendo de salientar que os recursos à ordem se mantiveram ao nível de 2015. Os recursos a prazo regrediram 22,51%, tendo como suporte clientes institucionais que privilegiaram a colocação dos seus recursos noutra tipo de aplicações, em parte resultante da quebra acentuada das taxas de juro. Em sentido contrário, observou-se um crescimento dos depósitos dos modelos de gestão que sofreram um acréscimo de 23,93% e dos associados a operações sobre derivados (+56%).

Recursos Captados de Clientes

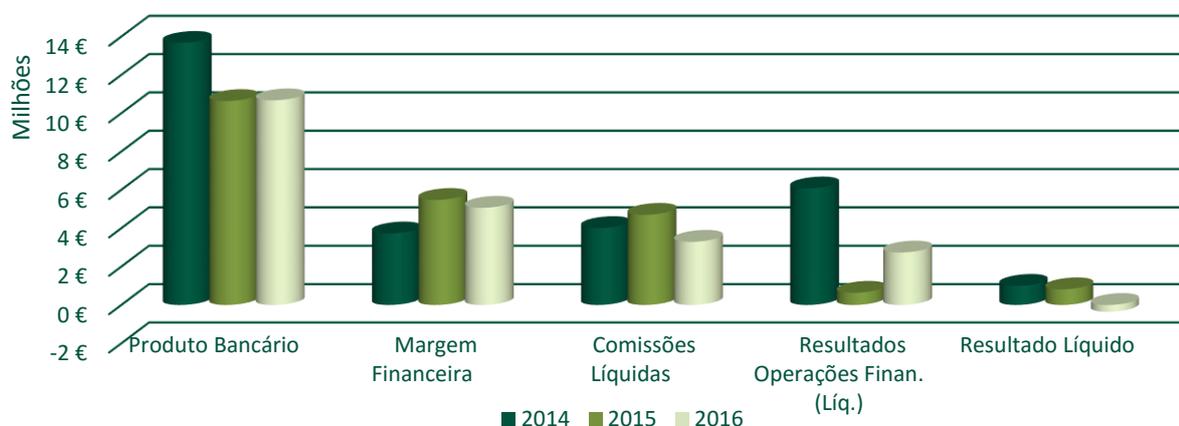


Credores por Tipo (detalhe)



	2016	Var %	2015	Var %	2014
Produto Bancário	10.403.234€	-2,20%	10.637.661€	-22%	13.673.703
Margem Financeira	4.981.821€	-8,98%	5.473.493€	47%	3.727.904€
Comissões Líquidas	3.290.785€	-29,95%	4.697.611€	17%	4.009.905€
Resultados de Operações Financeiras (Líquido)	2.741.014€	2.323,42%	635.414€	-90%	6.074.037€
Resultado Líquido	-351 025€	-142,94%	817.417€	-18%	996.047€

O **Produto Bancário** atingiu 10,4M€, valor ligeiramente inferior ao alcançado em 2015 (-2,2%). Esta redução ficou a dever-se a uma quebra na margem financeira de 8,98% acompanhada por uma redução nas comissões líquidas (-29,95%), compensada, na sua grande expressão, pelos resultados líquidos das operações financeiras, que atingiram uma variação homóloga de 1,5M€, cifrando-se, o **Resultado Líquido** apurado em 2016 no valor de 351 mil euros negativo.



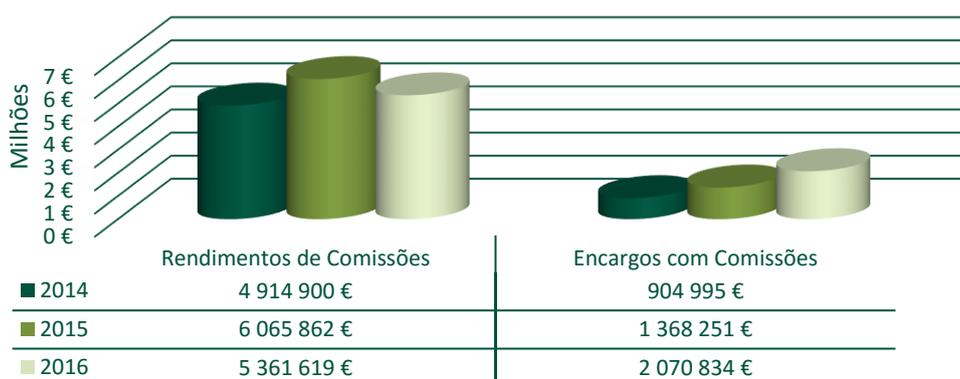
As **Comissões Líquidas** apresentam, globalmente, uma quebra de 29,95%, contribuindo para este resultado uma diminuição de 11,61% nas comissões recebidas e um acréscimo de 51,35% nas comissões pagas. De salientar que, na componente das receitas, o diferencial referenciado entre os dois períodos em análise, correspondeu a uma quebra de 704m€ e a um incremento nas comissões

pagas de 702m€. Fatores de exceção, verificados em 2015 e marginais à atividade corrente, não se repetiram em 2016, contribuindo assim para a variação negativa desta componente do Produto Bancário.

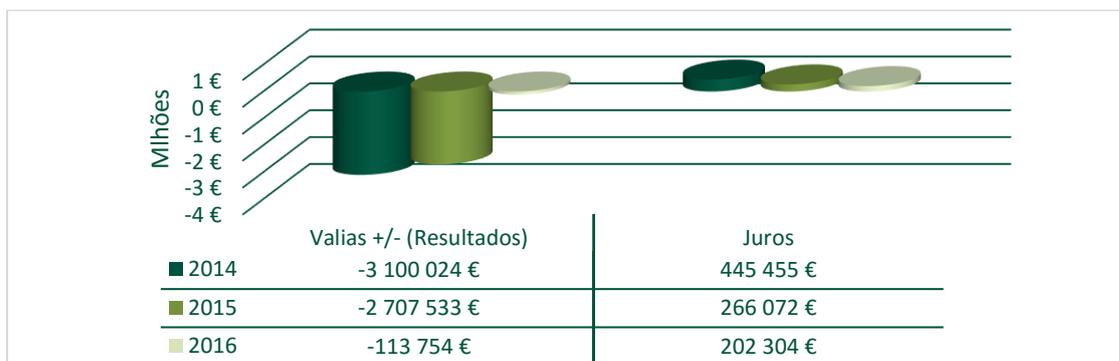
Em termos líquidos, verificou-se uma redução de 17,81%, correspondente a 180,9m€, nas comissões das plataformas de negociação e uma quebra de 75,42% de comissões com outros serviços, nomeadamente consultadoria, representando por si só uma diminuição de 1,4M€, justificada pela situação de excecionalidade verificada em 2015. Na vertente das comissões líquidas, são ainda de referir, embora de reduzida expressão, variações positivas nas comissões de derivados e transferências bancárias que, no seu conjunto, representaram 65m€, bem como nas comissões de custódia, que aumentaram+66,94%, para um valor próximo dos 68m€.

Individualmente, as comissões recebidas da gestão de carteiras diminuíram 9,97%, correspondente a uma redução de 100m€. As comissões de processamento de eventos acompanharam idêntica variação negativa, reduzindo-se em 38,05%, o que correspondeu a -42m€, e a negociação de operações fora de bolsa decresceu 48,54%, equivalente a -81m€. Na negociação de ações, as comissões recebidas tiveram um comportamento assinalável, representando um crescimento de 109,16% o que se traduziu num acréscimo de 413m€. De assinalar o comportamento das comissões pagas de execução e liquidação que se traduziu numa redução de 32,04% representativo de -78 m€.

Evolução das Comissões Líquidas



Ganhos e Perdas - Ativos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação



Ganhos e Perdas - Ativos e Passivos Financeiros Detidos para Venda



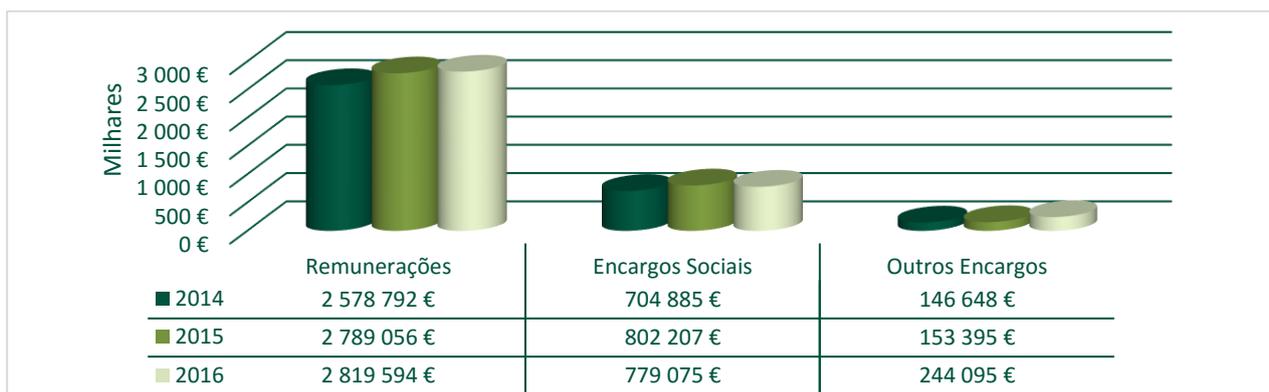
Os **Resultados em Operações Financeiras**, conforme se pode observar pela análise dos gráficos acima, observaram em 2016 um comportamento desfavorável nestas duas carteiras referidas no que respeita à cobrança de Juros, que se reduziu em cerca de 945m€, embora esta tenha sido compensada em parte pelos juros da carteira dos ativos detidos até à maturidade, que neste exercício arrecadou 559m€.

Comportamento distinto tiveram as mais ou menos valias apuradas, quer na vertente das reservas, em que se verificou uma valorização muito significativa na carteira de ativos detidos para venda, correspondente a uma valorização de 4,3M€, quer na vertente dos resultados em que se apurou, nesta mesma carteira, um resultado positivo de 2,8M€, na sua grande maioria justificado pela venda de parte significativa da posição detida no Fundo de Investimento Imobiliário Retail Properties.

No que respeita à carteira de negociação, em que o resultado em 2016 se situou ainda em níveis negativos (-114m€), destaca-se a sua recuperação em cerca de 2,6M€ face ao exercício de 2015.

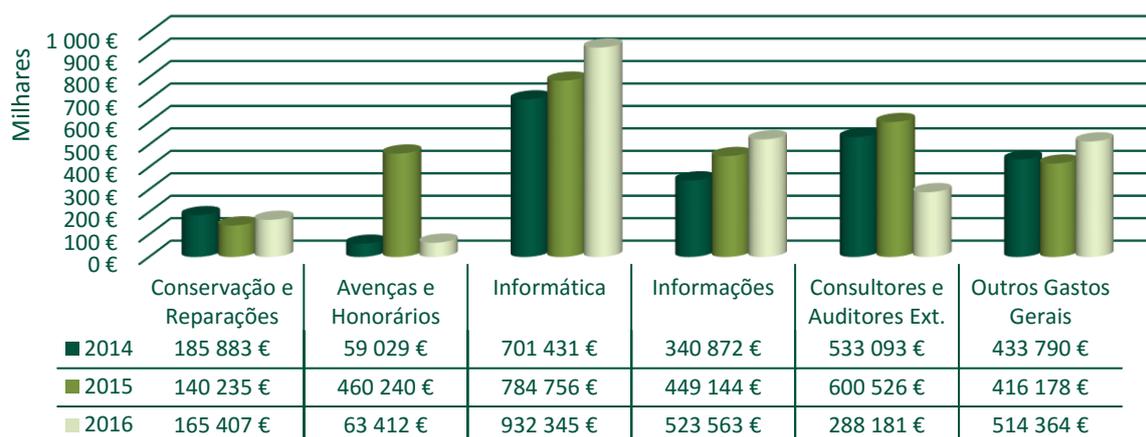
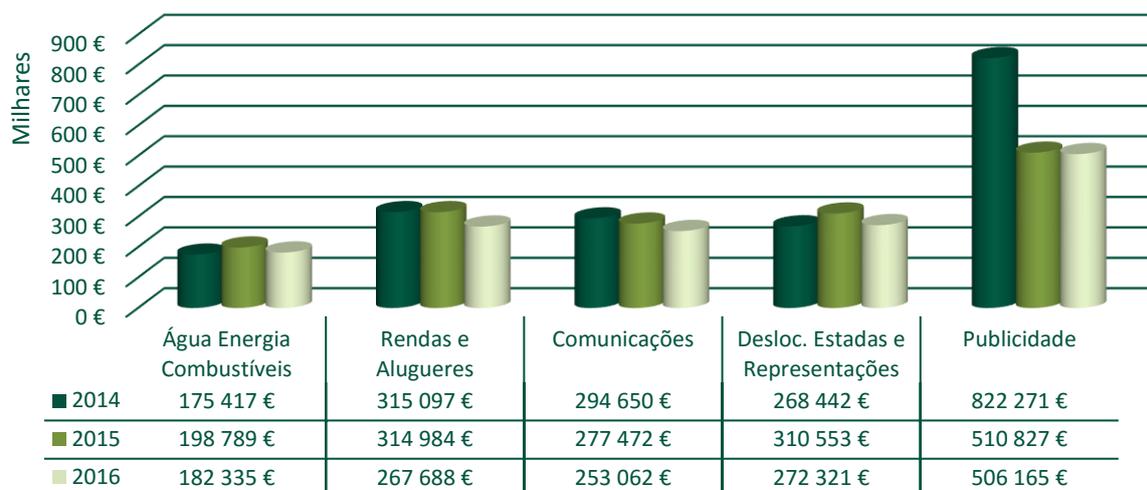
A **reavaliação da posição cambial** registou, em 2016, um resultado negativo de 39m€, evidenciando uma certa estabilidade na evolução da taxa de câmbio do euro face ao dólar americano.

Custos com Pessoal



Os Custos Com Pessoal apresentam um crescimento moderado de 2,6% justificado pela necessidade de reforçar o Banco com a admissão de 5 novos colaboradores, mantendo o nível salarial estabilizado.

Gastos Gerais Administrativos



Os Gastos Gerais Administrativos evidenciaram, em 2016, uma redução de 11,09%, justificada, na componente de maior expressão, pela redução no apoio de consultores e auditores externos em operações de complexidade e exigência técnica, acompanhado por idêntica redução na componente das avenças e honorários. Em simultâneo, o Banco manteve uma preocupação crescente na contenção dos custos, havendo apenas a destacar o aumento de custos com o desenvolvimento de soluções informáticas dirigidas ao negócio, que se justifica pela aposta que o Banco pretende manter no digital em linha com as recentes definições estratégicas e na procura de melhor oferta de produtos e serviços.

A **Solidez Financeira** manteve-se, tendo o Rácio de Solvabilidade (Tier I) atingido os 21,83%, claramente acima do nível mínimo regularmente exigido.

6.2. Contas Consolidadas

Em resultado da reduzida expressão das Demonstrações Financeiras da única entidade relacionada, considerada no perímetro de consolidação em 2016, e do contributo exclusivo e decisivo do Banco, expresso na análise às contas individuais, são apenas dignas de registo as seguintes notas:

O **Ativo Líquido Consolidado**, comparado com 2015, diminuiu 5,56%, situando-se nos 215M€, acompanhando a evolução do Banco em igual montante.

O **Resultado Líquido Consolidado**, em 2016, foi de €**357.218** (negativo) com os contributos da única empresa consolidada e do Banco, após anulação dos movimentos recíprocos. O Banco, por si só, apresentou um resultado líquido, igualmente negativo, de €**351.025**.

Estas variações encontram expressão nos respetivos anexos.

7. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

O Banco L. J. Carregosa, SA (o “Banco”) é um Banco de capitais privados, com sede em Portugal. Possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, tendo iniciado a sua atividade em novembro de 2008.

Comparabilidade da Informação

As demonstrações financeiras individuais do Banco até 31 de dezembro de 2015, inclusive, eram preparadas e apresentadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

As Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal tinham como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') em vigor e adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias definidas no n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ('NCA's'). As NCA's incluíam as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') e pelos respetivos órgãos antecessores com exceção dos aspetos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal, nomeadamente a valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual era utilizado o disposto no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

A partir de 1 de janeiro de 2016, em resultado da publicação do Aviso n.º 5/2015, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais já eram utilizadas na preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas desde 2005.

Na sequência desta alteração, a carteira de crédito concedido, garantias prestadas e outras operações de natureza similar, passou a estar sujeita à constituição de perdas por imparidade, calculadas de acordo com os requisitos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39), em substituição do registo de provisões para

riscos específicos e para riscos gerais de crédito e para risco-país, nos termos do Aviso n.º 3/95, de 30 de junho, do Banco de Portugal.

Neste sentido, o Balanço Individual em 31 de dezembro de 2015 e as Demonstrações Individuais dos Resultados, do Rendimento Integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reexpressos.

8. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Os membros do Conselho de Administração do Banco Carregosa, declaram que:

Tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras referidas anteriormente, dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Carregosa e do Grupo, de acordo com as referidas Normas e foram objeto de aprovação na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 8 de maio de 2017;

O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Banco Carregosa e do Grupo no exercício de 2016.

9. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ARTº 66 DO C.S.C.

A sociedade e a sua entidade relacionada não têm quaisquer dívidas em mora ao Setor Público Estatal.

O Banco não detém, não adquiriu, nem vendeu ações próprias.

Foram celebrados quatro contratos de crédito com o Administrador Senhor Dr. António Marante e/ou com entidades com ele relacionadas, num valor total de €2.025.000. As concessões de crédito foram precedidas de autorizações deliberadas pelo Conselho de Administração, em que o Senhor Administrador não votou e coadjuvadas, todas elas, por pareceres favoráveis do Conselho Fiscal, tudo em observância do preceituado no artigo 397º do C.S.C. e nos nºs 5 e 8 do artigo 85º do RGICSF.

Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., encontra-se expresso no anexo às contas consolidadas e individuais (notas 35 e 36, respetivamente), os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários faturados relativamente a outros serviços de garantia e fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultadoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

A incorporação obrigatória das normas contabilísticas internacionais, encontram-se integralmente realizadas.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em finais de Abril, verificou-se um aumento do crédito vencido com antiguidade inferior a 90 dias, do qual não resultou uma consequência materialmente relevante ao nível das imparidades da carteira de crédito registadas à data das demonstrações financeiras, face ao valor das garantias reais associadas aos mesmos.

11. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ORGÃOS DE GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E COLABORADORES

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 18º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 de 29/12, declara-se que a Política de Remunerações é elaborada em estrita conformidade com os princípios e regras do referido aviso 10/2011 e ainda de acordo com o ponto 24 do anexo ao D.L. 104/2007 de 03/04, com a redação que lhe foi dada pelo D.L. 88/2011 de 20/07.

Esta política, que adiante se exporá mais detalhadamente, é adequada e proporcional à dimensão e organização da Instituição, evitando uma exposição excessiva aos riscos, pautando-se por valores de justiça e equidade, responsabilidade e transparência, valorizando o efetivo desempenho dos seus colaboradores.

11.1. Política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco L. J. Carregosa, S.A.

As remunerações dos órgãos sociais do Banco Carregosa são determinadas por uma Comissão de Remunerações eleita pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos dos Estatutos Societários.

Com mandato para o triénio 2015/2017, esta comissão é constituída pelo Sr. Dr. José Inácio Sousa Lima, seu presidente, pelo Sr. Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves, Administrador não executivo, e pelo Sr. Dr. Sérgio Nuno Reis Perdigão.

Entendeu aquela Comissão não introduzir remunerações variáveis, dependentes ou não da performance individual ou coletiva. Determinou ainda a não diferenciação de condições de previdência ou reforma dos Administradores Executivos face aos demais colaboradores do Banco.

Para o ano de 2016, as remunerações fixas mensais para os membros dos Órgãos de administração foram estabelecidas em:

	2016
Presidente Conselho de Administração	4.000,00 €
Presidente Comissão Executiva	6.000,00 €
Vogais Comissão Executiva	5.800,00 €

As remunerações fixas mensais são pagas na base de 14 meses/ano.

Os membros que integram a Comissão Executiva do Banco Carregosa só exercem cargos sociais em outras empresas em representação ou no interesse do Banco Carregosa, sendo as remunerações por si auferidas pelo exercício desses cargos consideradas na remuneração global, determinada pela Comissão de Remunerações.

Pelo exercício das respetivas funções, os restantes membros dos órgãos de Administração do Banco L. J. Carregosa, S.A., não referidos na tabela anterior, recebem uma senha de presença no valor de €1.000.

O presidente do Conselho Fiscal e os vogais deste órgão recebem uma senha de presença de, respetivamente, €760 e €560.

Os membros da Comissão de Remunerações não auferem qualquer remuneração pelo desempenho deste cargo.

Em caso de destituição dos membros do Conselho de Administração, é política do Banco Carregosa o pagamento das compensações previstas na lei. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação adicional, aplicando-se os mesmos critérios aos restantes colaboradores.

11.2. Remuneração dos restantes Colaboradores do Banco L. J. Carregosa, S.A.

O processo de fixação das remunerações pauta-se pelos valores da justiça e equidade, da proporcionalidade, da responsabilidade e do equilíbrio entre funções e colaboradores.

A generalidade dos restantes colaboradores do Banco auferem apenas remunerações fixas e procurou-se ter em conta o nível de responsabilidade, especificidade de funções desempenhadas e contributos de cada um. Os colaboradores com funções comerciais no departamento de Negociação e na banca affluent, em linha com a prática nestes segmentos de negócio, auferem, a par de remuneração fixa, um complemento variável, de base objetiva e proporcional aos proveitos gerados pelos respetivos Clientes que acompanham. A dimensão do Banco e o escrutínio permanente por parte da hierarquia permitem prevenir os conflitos de interesse que as remunerações variáveis potencialmente representam.

Sempre que necessárias, são auscultadas as pessoas que integram as unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo, de recursos humanos, ou peritos externos, de forma a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos, capital e liquidez do Banco.

Os Colaboradores a que se refere o nº 2 do Art.º 1º do Aviso Nº 10/2011 do Banco de Portugal, não auferem remunerações com componente variável. Em cumprimento da alínea e) do art.º 17, informa-se igualmente que no ano de 2016, foram efetuadas 5 novas contratações, ficando expresso, no quadro abaixo, os restantes requisitos relacionados com este mesmo artigo.

Área de Atividade	Remunerações Totais	
	Fixas	Variáveis (*)
Órgãos de Administração e Fiscalização		
Conselho de Administração	64.057,24 €	0,00 €
Comissão Executiva	270.874,85 €	0,00 €
Conselho Fiscal	20.120,00 €	0,00 €
Outros		
Diretores	927.182,32 €	9.392,30 €
Outros Colaboradores	1.534.537,51 €	30.579,90 €
Controlo Interno	175.364,61 €	0,00 €

12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se, nos termos da alínea f) nº5 do artigo 66º, e para efeitos da alínea b) do nº 1 do Artigo 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 25º dos estatutos da Sociedade que o Resultado Líquido do Exercício, no valor de **€ 351.024, 88** (negativo), seja registado em **Resultados Transitados**.

13. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Acionistas a confiança que nele depositaram para a condução dos negócios societários, envolvendo nestes agradecimentos:

O Banco de Portugal e a CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários - pela compreensão e pelo diálogo permanente e frutuoso mantido neste exercício;

Os Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, por toda a cooperação demonstrada;

Os colaboradores do Banco, pelo seu contributo empenhado dedicado e competente, indispensável ao bom funcionamento da Instituição.



CONTAS CONSOLIDADAS

ANÁLISE E ANEXOS

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	Notas	31/12/2016			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	33.031.767	-	33.031.767	47.502.895
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	18.358.071	-	18.358.071	23.585.448
Ativos financeiros detidos para negociação	3	7.637.439	-	7.637.439	3.858.021
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4	6.832	-	6.832	3.567
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	32.207.838	(5.796.510)	26.411.328	40.331.185
Aplicações em instituições de crédito	6	16.116.385	-	16.116.385	17.116.330
Crédito a clientes	7	67.081.808	(968.346)	66.113.462	76.082.331
Investimentos detidos até à maturidade	8	11.011.818	-	11.011.818	-
Ativos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura	9	129.841	-	129.841	-
Ativos não correntes detidos para venda	10	85.680	-	85.680	85.680
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	11	11.717.384	(4.983.528)	6.733.856	1.815.311
Ativos intangíveis	12	2.712.249	(2.550.075)	162.174	212.831
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		-	-	-	-
Ativos por impostos correntes	13	289.411	-	289.411	-
Ativos por impostos diferidos	14	434.710	-	434.710	1.288.906
Outros ativos	15	30.042.480	(1.549.975)	28.492.505	15.790.416
Total de Ativo		230.863.712	(15.848.434)	215.015.278	227.672.920
Passivo					
Recursos de bancos centrais	16	-	-	-	2.013.878
Passivos financeiros detidos para negociação	17	-	-	39.256	470.404
Outros passivos ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	18	-	-	14.801.430	19.683.158
Recursos de clientes e outros empréstimos	19	-	-	142.478.356	161.267.870
Responsabilidades representadas por títulos		-	-	-	-
Passivos financeiros associados a ativos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	20	-	-	10.046	47.813
Passivos por impostos correntes	21	-	-	554.186	144.870
Passivos por impostos diferidos		-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-
Outros passivos subordinados		-	-	-	-
Outros passivos	22	-	-	22.433.715	13.361.518
Total de Passivo		-	-	180.318.989	196.989.511
Capital					
Capital	23	-	-	20.000.000	20.000.000
Prémios de emissão		-	-	369.257	369.257
Outros instrumentos de capital		-	-	-	-
Reservas de reavaliação		-	-	(506.017)	(4.883.741)
Outras reservas e resultados transitados		-	-	15.109.819	14.296.181
Ações próprias		-	-	-	-
Resultado Consolidado do exercício		-	-	(357.218)	813.073
Dividendos antecipados		-	-	-	-
Total do Capital Próprio Atribuído ao Grupo		-	-	34.615.842	30.594.770
Interesses Minoritários	24	-	-	82.447	88.640
Total do Capital Próprio		-	-	34.698.289	30.683.410
Total do Passivo e Capital		-	-	215.015.278	227.672.920

O Contabilista Certificado
O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

	Notas	31/12/2016	Ano Anterior
Juros e rendimentos similares	25	6,176,350	6.904.431
Juros e encargos similares	26	(1.193.803)	(1.427.050)
Margem financeira		4.498.547	5.477.381
Rendimentos de instrumentos de capital	27	95.200	125.177
Rendimentos de serviços e comissões	28	5.361.619	6.065.862
Encargos com serviços e comissões	29	(2.071.193)	(1.368.718)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	30	(113.395)	(2.707.533)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	31	2.783.775	345.303
Resultados de reavaliação cambial	32	(38.697)	2.470.609
Resultados de alienação de outros ativos	33	14.490	401.859
Outros resultados de exploração	34	(562.976)	(147.496)
Produto da atividade		10.451.370	10.662.444
Custos com pessoal	35	(4.349.508)	(4.191.282)
Gastos gerais administrativos	36	(3.486.780)	(4.014.402)
Depreciações e amortizações	37	(593.466)	(616.364)
Provisões líquidas de anulações	38	37.767	103.243
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	39	(1.476.017)	(319.288)
Imparidade de outros ativos financeiros líquidos de reversões e recuperações	40	(1.073.379)	(459.128)
Imparidade de outros ativos líquidos de reversões e recuperações	41	-	(81.835)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)		-	-
Resultado antes de impostos		(490.012)	1.083.388
Impostos			
Correntes	42	(239.935)	(287.030)
Diferidos	43	366.540	12.237
Resultado após impostos		(363.411)	808.595
Interesses Minoritários		6.193	4.478
Resultado consolidado do exercício		(357.218)	813.073

Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas

-

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

	31/12/2016	Ano Anterior
Resultado líquido consolidado do exercício	(357.218)	813.073
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados:		
Ativos tangíveis	3.984	(388)
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	566	80.920
Elementos que podem ser reclassificados em resultados:		
Cobertura de fluxos de caixa	46.060	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.404.568	(4.825.580)
Imposto sobre os rendimentos relacionado com elementos que podem ser reclassificados em resultados	(1.076.887)	1.169.361
Outro rendimento integral	4.378.289	(3.576.687)
Rendimento integral total do ano	4.021.072	(2.762.614)
Atribuíveis a interesse minoritários (interesses que não controlam)	6.193	4.478
Atribuíveis aos proprietários da empresa mãe	4.014.879	(2.767.092)
O Contabilista Certificado	O Conselho de Administração	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
para o período findo em 31 de DEZEMBRO de 2016 e 2015
(Montantes expressos em Euros)

	31/12/2016	Ano Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	12.173.247	13.561.942
Pagamento de juros e comissões	(3.366,470)	(3.207.915)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(8.027.920)	(8.102.132)
Recursos de instituições de crédito	(8.137.468)	4.115.058
Outros ativos e passivos operacionais	(7.359.398)	(18.399.905)
Outros recebimentos de clientes	(8.834.733)	15.949.262
Impostos sobre lucros	(176.645)	2.581.920
Caixa líquida das atividades operacionais	(23.729.387)	6.498.229
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	-	-
Aquisição/Alienação de ativos disponíveis para venda	18.251.046	5.743.855
Investimentos detidos até à maturidade	(11.011.818)	-
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(5.461.355)	(785.173)
Vendas de ativos tangíveis e intangíveis	10.500	115.450
Aumento/Diminuição em outras contas do ativo	-	-
Investimentos em empresas filiais e associadas	-	-
Caixa líquida das atividades de investimento	1.788.374	5.074.133
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-
Dividendos pagos	-	-
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais atividades geradoras de réditos)	-	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	-	-
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(21.941.013)	11.572.362
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início do exercício (*)	88.153.802	76.581.440
Caixa e equivalentes no fim do exercício	66.212.789	88.153.802
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	33.031.767	47.502.895
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18.358.071	23.585.448
Aplicações em outras instituições de crédito	16.115.287	17.113.055
Descobertos em outras instituições de crédito	(1.293.336)	(47.596)

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(ACTIVIDADE CONSOLIDADA)

(valores em euros)

Contas	Em 31/12/2015		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Transf.	Regularizações			Valor de aquisição ajustado	Amort. exercício ajustadas	Amortizações acumuladas ajustadas	Valor líquido em 31/12/2016
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas				
Outros Ativos Intangíveis													
- Goodwill	200	0	0	0	0	0	0	0	0	200	0	0	200
- Despesas de Estabelecimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- Custos Plurianuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- Sistemas de Tratamento de Dados (software)	2 388 762	(2 217 658)	51 101	(111 746)	0	0	0	0	0	2 439 863	(111 746)	(2 217 658)	110 459
- Outros Ativos Intangíveis	242 529	(201 002)	575	(19 669)	0	29 083	0	0	0	272 187	(19 669)	(201 002)	51 516
- Ativos Intangíveis em Curso	0	0	29 083	0	0	(29 083)	0	0	0	0	0	0	0
	2 631 491	(2 418 660)	80 758	(131 415)	0	0	0	0	0	2 712 249	(131 415)	(2 418 660)	162 174
Ativos Tangíveis													
- Imóveis	525 290	(44 970)	4 569 930	(30 519)	0	0	0	0	0	5 095 220	(30 519)	(44 970)	5 019 731
- Equipamento	5 519 178	(4 522 350)	586 714	(426 004)	0	0	0	0	0	6 105 892	(426 004)	(4 522 350)	1 157 538
- Ativos em locação financeira	368 570	(30 407)	0	(5 529)	0	0	0	0	0	368 570	(5 529)	(30 407)	332 634
- Ativos Tangíveis em Curso	0	0	223 953	0	0	0	0	0	0	223 953	0	0	223 953
	6 413 037	(4 597 727)	5 380 597	(462 052)	0	0	0	0	0	11 793 634	(462 052)	(4 597 727)	6 733 856
TOTAIS	9 044 528	(7 016 387)	5 461 355	(593 466)	0	0	0	0	0	14 505 883	(593 466)	(7 016 387)	6 896 030

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (ACTIVIDADE CONSOLIDADA)

	Euros								
	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do período	Interesses minoritários	Total do capital próprio
Saldos a 31 de dezembro de 2014	20 000 000	369 257	(1 227 134)	2 157 543	10 352 954	678 647	1 337 757	3 463 228	37 132 251
Alteração das reservas de justo valor			(4 825 967)						(4 825 967)
Imposto diferido			1 169 361						1 169 361
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões					80 920				80 920
Resultado líquido de 2015							813 073	(4 478)	808 595
Rendimento integral de 2015									(2 767 092)
Distribuição de dividendos									0
Outras alterações no capital próprio				3 674	33 068	989 377	(1 337 757)	(87 238)	(398 877)
Interesses minoritários								(3 282 873)	(3 282 873)
Saldos a 31 de dezembro de 2015	20 000 000	369 257	(4 883 741)	2 161 217	10 466 941	1 668 023	813 073	88 640	30 683 410
Alteração das reservas de justo valor			5 454 612						5 454 612
Imposto diferido			(1 076 888)						(1 076 888)
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões					566				566
Resultado líquido de 2016							(357 218)	(6 193)	(363 411)
Rendimento integral de 2016									4 014 879
Distribuição de dividendos									0
Outras alterações no capital próprio				81 742	735 675	(4 344)	(813 073)		0
Interesses minoritários								0	0
Saldos a 31 de dezembro de 2016	20 000 000	369 257	(506 017)	2 242 959	11 203 182	1 663 679	(357 218)	82 447	34 698 289

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

NOTA INTRODUTÓRIA

O exercício de 2016 foi, para o Banco L. J. Carregosa, S.A., (adiante designado por “Banco Carregosa”, “Sociedade” ou “Grupo Carregosa”, quando tratado em termos consolidados), o oitavo exercício completo de atividade como Instituição de Crédito.

Com a alteração da sociedade ocorrida em 2008, o Banco Carregosa converteu-se ao exercício da atividade bancária e de todas as outras expressamente autorizadas nos termos da lei, tendo iniciado atividade em 4 de novembro desse ano.

Para efeitos prudenciais e considerando a materialidade assumida pelo Banco na participação do Fundo de Investimentos Imobiliários Retail Properties até Novembro de 2016, considerou-se este fundo integrado no respetivo perímetro de consolidação, até que, em resultado da venda de 29,72% da respetiva participação, em Dezembro de 2016, a percentagem detida, afastou o Banco desta obrigatoriedade e como tal, dispensado de reporte ao Banco de Portugal em base consolidada.

Relativamente à Sociedade de serviços informáticos CoolLink, Lda, a mesma deixou, em 2015, de ser considerada como Sociedade de Serviços Auxiliares, conforme comunicação transmitida ao Banco de Portugal para efeitos de registo.

Sociedades que compõem o perímetro de consolidação do Grupo em 31/12/2016

Atividade	Sede	Capitais Próprios	Ativo	Lucro/Prejuízo	Participação Efetiva	Método Consolidação
BANCA						
Banco L. J. Carregosa, SA	Portugal	34.558.195	214.796.037	(351.025)	-	Integral
SOCIEDADE SERVIÇOS INFORMÁTICOS						
CoolLink, Lda (*)	Portugal	164.894	296.722	(12.386)	50.00%	Integral

Notas: os valores reportam-se a saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação

Perímetro de Consolidação a 31/12/2016



Em resultado deste perímetro, o Banco Carregosa realiza a consolidação de contas, ocupando um lugar central no Grupo, tanto pelo desenvolvimento de atividades exclusivas, como pelo tamanho relativo do capital e dos riscos.

Em 2016 e por indicação do Banco de Portugal, o Banco deixou de reportar a esta Entidade as Demonstrações Financeiras em base consolidada.

Grupo apresentou um lucro líquido de €357.218 (negativos), com os capitais próprios a situarem-se nos €34.615.842.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de maio de 2017.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2016, encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de Apresentação e Comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco Carregosa, e das suas filiais, e foram processadas de acordo com as normas Internacionais de relato financeiro ou *International Accounting Standards* (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional através do aviso do Banco de Portugal nº1/2005, de 21 de fevereiro.

Consolidação de Empresas Associadas e Filiais (IAS 27, 28 e IFRS 3)

O Banco Carregosa detém uma participação na Sociedade CoolLink, detendo o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais desta empresa.

O Resultado Consolidado é apurado através dos resultados líquidos do Banco e desta participada, após ajustamentos de consolidação, nomeadamente a eliminação de custos e proveitos em resultado de transações efetuadas entre estas e como tal consideradas no respetivo perímetro de consolidação.

Comparabilidade com exercícios anteriores

Alteração perímetro de consolidação

Como referido na nota introdutória, o perímetro de consolidação no corrente período foi alterado apesar de se manterem constantes as políticas contabilísticas no que respeita à definição do perímetro de consolidação.

Alteração de política contabilística (IAS 39)

Imparidades de Crédito a Clientes

Com a entrada em vigor do Aviso n.º 5/2015, a partir de 1 de janeiro de 2016, impôs-se aos bancos a necessidade de prepararem as suas demonstrações financeiras independentemente da sua base de apresentação (individual ou consolidada), de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) tal como adotadas na União Europeia, substituindo as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

Esta alteração teve impacto nomeadamente no modelo de cálculo das imparidades de crédito a clientes. De acordo com a IAS 8, esta alteração de política é aplicada retrospectivamente. Contudo, na medida que não existem impactos materialmente relevantes relativamente às diferenças apuradas no ano 2015, não foram reexpressos os comparativos.

As restantes práticas e políticas contabilísticas não sofreram alterações em consequência deste aviso.

Depósitos Estruturados

O Banco disponibiliza aos seus clientes depósitos a prazo estruturados através de um cabaz de produtos específicos, com uma remuneração mínima garantida e um limite máximo decorrente da valorização deste cabaz na data de vencimento. Paralelamente, o Banco contrata opções semelhantes para cobrir o risco da subida da cotação desse cabaz por forma a garantir que, caso tenha que pagar ao cliente um juro superior ao mínimo, será compensado pelo recebimento do valor da opção.

Até 2016 eram reconhecidos em resultado quer a especialização do juro dos DP pela taxa mínima, quer a variação da opção, como mais ou menos valias da carteira de negociação, sendo apenas reconhecida a especialização do juro pela taxa mínima garantida (que nos DP ativos no final do ano de 2016 era de 0,25% ao ano).

No exercício de 2016 os itens de cobertura, mais concretamente cobertura de fluxos de caixa (juro a pagar ao cliente no vencimento), passaram a ser reconhecidos em Derivados de cobertura com justo valor positivo. O prémio passou a ser diferido e reconhecido como gasto ao longo da duração do DP. A variação do valor da opção ao longo do tempo, bem como a evolução prevista do juro a pagar passaram a ser reconhecidos em reservas de reavaliação. Face à não materialidade das diferenças apuradas relativamente a 2015, não foram reexpressos os comparativos.

1.2. Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas agora enunciadas são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Carregosa.

1.3. Operações em Moeda Estrangeira

As Demonstrações Financeiras consolidadas em moeda estrangeira são previamente convertidas para a moeda euro, com base no câmbio de divisas (*fixing*) divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

A conversão para a moeda euro dos ativos e passivos expressos em moeda diferente é efetuada com base no câmbio à data de Balanço.

Os custos e proveitos apurados nas diferentes moedas são convertidos ao câmbio do mês em que são reconhecidos.

1.4. Aplicações em Instituições e Crédito no País e no Estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, que corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transação diretamente associados.

1.5. Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Esta rubrica inclui os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do período.

1.6. Ativos Financeiros Detidos para Venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de ativos financeiros. Incluem instrumentos de capital e instrumentos de dívida.

Estes ativos são avaliados ao justo valor, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respetiva alienação ou se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são calculados e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

1.7. Ativos Financeiros Detidos até à Maturidade

Esta rubrica inclui ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e sujeitos a testes de imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas em investimentos financeiros detidos até à maturidade são registadas em resultados do exercício. Se em período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição puder ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

1.8. Derivados

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações. Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor

na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado: - Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados); - Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que: - As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e - A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor refletidas em resultados.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo: - Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura; - Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39; - Derivados contratados com o objetivo de “trading”. Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respetivamente.

1.9. Créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- ▮ Na data do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de ativos financeiros em conformidade com o aviso 1/2005 do Banco de Portugal.
- ▮ A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objeto de relevação contabilística autónoma nas respetivas contas de resultados.

- ▮ O valor dos ativos incluídos nesta categoria é objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a refletirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- ▮ A correção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que está estabelecido pela Carta Circular nº 02/2014/DSP, do Banco de Portugal.
- ▮ Para efeitos de constituição de imparidades considera-se o total do crédito concedido incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

1.10. Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

1.11. Imparidades

Todos os créditos são registados pelo valor nominal em concordância com o aviso 1/2005 do Banco de Portugal. As imparidades constituídas estão de acordo com as regras constantes na Instrução 5/2013 e na Carta Circular nº 02/2014/DSP.

O modelo de imparidades vigente verifica todas as posições analisadas individualmente. São sujeitas à análise de imparidades individual as operações de crédito:

- ▮ De um grupo de clientes cuja exposição atual seja superior a 5% dos fundos próprios;
- ▮ De um grupo de clientes cujo crédito em incumprimento ultrapassa €50.000.

No cálculo de imparidades individual considera-se:

- ▮ Fluxos de caixa estimados do negócio ou outros do cliente;
- ▮ Fluxos de caixa de projetos imobiliários;
- ▮ Fluxos de caixa previstos pela execução/dação das garantias reais;
- ▮ Fluxos de caixa estimados do acionamento de garantias pessoais;
- ▮ Fluxos de caixa produzidos pela execução de ativos financeiros do devedor junto do Banco para regularização de descobertos autorizados pontuais e até ao limite de 30 dias e crédito em situação irregular, originado por crédito contratualizado, ou não.

Caso o cálculo individual seja nulo, verifica-se o cálculo coletivo. Na determinação de imparidades analisadas coletivamente utilizam-se as notações de risco fornecidas pela ferramenta Insight View, entre 1 e 10, com probabilidades de incumprimento associadas, com um período emergente de um ano. Ao nível 1 corresponde a mais alta PD, de 25%, e ao 10 o mais baixo, de 0%. A estes níveis, o Banco acrescentou um nível 0, com uma PD de 100%, para crédito em incumprimento.

1.12. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os ativos registados nesta categoria são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

1.13. Outros ativos tangíveis

Na rubrica de Outros ativos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Estes ativos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excecionais devidamente documentados, por decisão da Comissão Executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados sendo, no entanto, os respetivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta do ativo adequada.

EQUIPAMENTO

Anos

Equipamento de transporte	4 – 8
Mobiliário e material	8 – 16
Equipamento informático	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	5 – 50

Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.

1.14. Ativos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projetos implementados e a implementar, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

1.15. Outros Passivos Financeiros - Recursos de Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Outros Empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes e recursos de bancos centrais, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transação diretamente associados.

São também valorizados ao justo valor, os passivos financeiros detidos para negociação, nomeadamente as resultantes de vendas a descoberto, sendo os respetivos ajustamentos efetuados por contrapartida de lucros ou prejuízos.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

1.16. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos a estes associados e que possam ser determinados com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

1.17. Impostos sobre os Lucros

As empresas do Grupo são tributadas individualmente. O Banco Carregosa bem como a empresa filial com sede localizada em Portugal, estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

1.18. Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento efetivo.

1.19. Comissões por serviços prestados

O Grupo Carregosa cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

1.20. Benefícios aos Empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Coletivo de Trabalho Vertical para o Setor Bancário (ACTV)* como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, exclusivamente para com os seus colaboradores não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou invalidez ou por sobrevivência, pela constituição de um *Plano de Pensões de Benefício Definido*. Este Plano segue o estabelecido no ACTV e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelo seu Aviso n.º 12/2001 e posteriores atualizações.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesger. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a “BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA”, subscrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Ações (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%). Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no setor bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afeta ao período entre a data de admissão no setor bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor atual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas atuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários independentes, utilizando o método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos atuariais considerados adequados. A atualização das responsabilidades é efetuada com base numa taxa de desconto que reflete as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte.

Em resultado de um estudo às responsabilidades e encargos atuais com a assistência médica, decidiu o Banco, em 2010, externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores e mantendo os mesmos níveis de encargos.

2. Gestão do risco

2.1. Função de Gestão de Risco

A gestão de risco é responsável pela identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e controlo de todos os riscos materialmente relevante aos quais o Grupo se encontra sujeito, com o objetivo de manter os níveis de exposição em linha com os limites determinados no RAS - *Risk Appetite Statement*.

Pretende-se, com isto, que o Banco atue dentro dos seus limites, sem que incorra a perdas que afetem a materialidade da situação financeira da instituição. Desta forma, a política de gestão de riscos pretende manter uma relação balanceada entre:

- ▮ O nível de capital adequado (princípio da Solvabilidade);
- ▮ A remuneração dos riscos assumidos (princípio da Rendibilidade);
- ▮ A conservação de uma estrutura de financiamento estável.

2.2. Estrutura Orgânica da Gestão de Risco

Sem prejuízo do Conselho de Administração ter delegado na Comissão Executiva amplos poderes de gestão, entre os quais se inclui monitorização e gestão de riscos e alocação de capital, o referido Conselho mantém uma visão próxima dos riscos do Banco, cabendo-lhe, nomeadamente, analisar e aprovar, com periodicidade anual, a estratégia a assumir e as políticas a adotar pelo Banco relativamente aos riscos inerentes ao exercício das suas atividades, nos termos genericamente previstos em Avisos e Regulamentos do Banco de Portugal, em particular no que se reporta aos riscos operacional, reputacional, legal, de *compliance* e de crédito, com consequente definição dos procedimentos a implementar para a avaliação, controlo e mitigação destes riscos. É neste contexto que compete ao Conselho de Administração a aprovação dos principais documentos regulamentares relativos às matérias de mensuração e mitigação de riscos, nomeadamente o ICAAP e o Plano de Recuperação.

Dada a importância do risco, a Comissão Executiva procura, em primeiro lugar, incutir a todos os Departamentos e Colaboradores uma cultura que integre uma componente de risco. Não obstante, o Banco mantém uma estrutura com funções específicas na gestão do risco.

Esta função de monitorização e controlo dos riscos financeiros, é auxiliada pela Comissão de Ativos e Passivos (ALCO), com funções consultivas. Este órgão reúne-se, pelo menos, mensalmente, tendo como membros: Comissão Executiva, pelos Diretores dos Departamentos de Banca Privada, Financeiro, Risco, Originação e Gestão e por responsáveis pelo Serviço de Gestão de Carteiras. Das reuniões são emanadas recomendações sobre a captação e aplicação de recursos, através de um equilíbrio entre resultado e risco.

Os Departamentos de Compliance, Risco e Auditoria Interna, que integram o Controlo Interno, desempenham funções de monitorização do risco, numa base corrente, disponibilizando e compilando informação para a Comissão Executiva e para os restantes órgãos com funções relevantes nas matérias envolvidas.

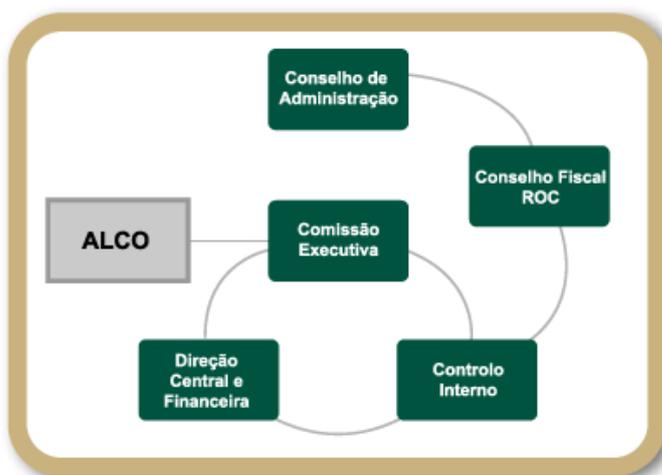
O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas desenvolvem funções semelhantes às do Controlo Interno, mas com um âmbito mais geral, com horizontes temporais mais alargados e com uma ligação mais próxima ao Conselho de Administração.

Em 2015, foi criado o Comité de Crédito composto por um Diretor Central e pelos diretores de Risco e Financeiro. Este Comité é responsável pela análise e acompanhamento das operações de crédito a clientes, comunicando as suas apreciações para a Comissão Executiva.

Por sua vez, no âmbito dos trabalhos do Plano de Recuperação do Banco, a Equipa de Recuperação, reúne com periodicidade mínima trimestral, ou sempre que se demonstre necessário. Esta equipa é responsável pela gestão de situações relevantes, potenciais ou efetivas, de risco. Esta equipa é composta pelo Presidente da Comissão Executiva, que assume a coordenação da equipa, pelos membros da Comissão da Executiva responsáveis pelos pelouros do Risco e da área Financeira, pelos Diretores Centrais e pelos responsáveis dos Departamentos Financeiro, de Risco, de Compliance e de Comunicação, para além de outros elementos convidados a participar nos trabalhos.

Na disponibilização de informação essencial para o governo interno salienta-se ainda a ação do Departamento de Contabilidade e Informação de Gestão.

De entre a informação do Controlo Interno, destaca-se a realização de projeções e análises de cenário/testes de esforço, cujo apuramento é resultado de um aprimoramento entre a Comissão Executiva e o Departamento de Risco, com o contributo dos restantes órgãos relevantes na função alargada de gestão, controlo e monitorização do risco. De forma semelhante, a aferição da suficiência do capital económico é um exercício com consequências materiais no governo interno. Esta é complementada com um conjunto de informação corrente, de mais fácil computação, apresentando maior granularidade por tipo de risco. Os modelos utilizados seguem bases teóricas de aceitação generalizada na indústria financeira, reforçadas pelas boas práticas recomendadas pelos Reguladores Nacionais e Internacionais.



2.3. Riscos Materiais

Seguidamente, apresentam-se os riscos considerados como materiais, designadamente: o Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco Operacional e Risco de Liquidez.

O Risco de Crédito é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante o Banco, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. O Risco de Crédito reside, principalmente, nas exposições em crédito, linhas de crédito, garantias, derivados e depósitos do Banco junto de outras instituições de crédito. Utilizam-se várias técnicas de redução deste risco, nomeadamente a exigência de garantias sólidas e líquidas, o recurso a acordos de compensação contratual e o processo de apuramento e registo de imparidades. O apuramento de imparidades conduz a uma diminuição do valor de um determinado ativo, antecipando, assim, uma perda potencial ou efetiva. O registo de imparidades pode ser visto como uma técnica de mitigação de risco de crédito. O registo de imparidades possibilita a adequação de capital face ao apuramento de requisitos de risco de crédito e à própria necessidade de financiamento.

O Risco de Mercado consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital do Banco, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira bancária e de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações ou preços de mercadorias. O Risco de Mercado decorre, principalmente, de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados. O Risco de Mercado é avaliado pelo apuramento do valor em risco com diferentes horizontes temporais, conforme está

definido no Regulamento EU 575/2013. O ALCO (Comité de Ativos e Passivos) propõe a alocação dos ativos tendo em atenção os vários tipos de risco incorridos. O Departamento de Risco monitoriza os riscos e o cumprimento das normas de delegação de competências, no que concerne à gestão corrente das aplicações do Banco.

O Risco Operacional consiste na perda resultante da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internas ou de eventos externos, incluindo os riscos jurídicos, conforme está definido no Regulamento EU 575/2013. O Risco Operacional é avaliado a dois níveis distintos: a nível técnico e a nível organizacional. Ao nível técnico, o Banco sempre optou por um investimento relevante na informatização e, em consequência dessa política, dispõe de um sistema de informação sólido e de uma grande flexibilidade e fiabilidade nos processos operativos que coloca em produção. Os sistemas de informação do Banco contêm dados privados financeiros e pessoais considerados sensíveis e confidenciais. O acesso a esses sistemas é limitado exclusivamente aos colaboradores do Banco Carregosa e ao pessoal subcontratado que, com enquadramento prévio apropriado, esteja envolvido no desenvolvimento ou operação do sistema ou ainda cujo trabalho envolva gravar, rever ou recuperar esses dados. Este privilégio tem como base a confiança e a boa-fé e está devidamente documentado. Ao nível organizacional, o Banco tem em conta os meios e a forma de reporte e acompanhamento do risco e das regras e políticas com ele relacionadas, tendo sido necessário definir um compromisso entre os interesses comerciais e os riscos envolvidos.

Por forma a acompanhar este tipo de risco, explora-se uma matriz de riscos em que se:

- ▬ Identifica o risco inerente aos processos, sem considerar os controlos existentes (risco inerente);
- ▬ Avalia a exposição dos vários processos ao risco, considerando a influência dos controlos existentes (risco residual);
- ▬ Identifica o impacto das oportunidades de melhoria na redução das exposições mais significativas (risco objetivo).

Na mitigação do Risco Operacional destacam-se ainda as estruturas de reporte interno, os planos de contingência, o Plano de Continuidade de Negócio, as Planos de Continuidade de Negócio, as ações da Auditoria Interna e os planos de formação de Colaboradores. Até à data, o histórico de perdas não é material face aos volumes de operações e/ou ao total dos proveitos do Banco.

O Risco de Liquidez consiste na incapacidade do Banco cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

O Comité de Basileia publicou, em 2014, a definição do rácio de cobertura de liquidez (LCR), tendo sido posteriormente adotado o ato delegado da Comissão Europeia que introduziu, face à CRD IV/CRR, novas métricas e critérios de cálculo a implementar na União Europeia.

O Banco privilegia as aplicações em depósitos no Banco Central, em outras instituições de crédito e em títulos negociáveis, evitando assim a ocorrência de défices de tesouraria. A Comissão Executiva e os intervenientes na Gestão da Carteira Própria recebem, diariamente, um relatório do Departamento de Risco, que inclui:

- ▬ A alocação de ativos, passivos e extrapatrimoniais;

- ▄ Estimativas de requisitos mínimos de fundos próprios;
- ▄ A concentração de contrapartes;
- ▄ O perfil de liquidez;
- ▄ Outros indicadores prudenciais.

Nesta linha, o ALCO, numa base mensal, analisa o *mismatch* das operações ativas e passivas, sugerindo alterações/correções nos prazos.

3. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados consolidadas são comparadas para as datas de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e compostas pelas rubricas seguintes:

3.01 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Nota 01

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	90 609	116 942
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	32 941 158	47 385 953
	33 031 767	47 502 895

O Depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. Estes depósitos são remunerados.

3.02 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos à ordem em instituições monetárias		
<i>Residentes</i>	1 616 667	12 832 593
<i>Não residentes</i>	16 741 404	10 752 854
	18 358 071	23 585 448

3.03 Ativos financeiros detidos para negociação

Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Títulos de negociação		
<i>Títulos</i>	7 560 374	3 668 673
<i>Instrumentos derivados com justo valor positivo</i>	77 065	189 348
	7 637 439	3 858 021

Esta carteira duplicou em 2016 face ao exercício anterior, justificada por compras e vendas decorrentes de oportunidades favoráveis de mercado e cujo detalhe das posições em carteira se expressa no quadro seguinte:

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO
Em 31 de dezembro de 2016 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Valor Aquisição	Valor de Balço Justo Valor	Valias		Imparidade
			Mais	Menos	
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	5 000 000	5 000 000	-	-	-
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Públicos Estrangeiros</i>					
Obrigações de Agências Soberanas	380 452	437 149	56 697	-	-
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	340 113	346 223	6 132	22	-
	5 720 565	5 783 372	62 829	22	-
INSTRUMENTOS DE CAPITAL					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Ações	262 813	210 006	7 893	60 700	-
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Ações	1 475 222	896 732	4 941	583 431	-
Unidades de Participação	27 375	27 244	179	310	-
Outros	8 486	8 486	-	-	-
	1 773 896	1 142 468	13 013	644 441	-
OUTROS					
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Produtos Estruturados	662 885	634 534	4 903	33 254	-
	662 885	634 534	4 903	33 254	-
INSTRUMENTOS DERIVADOS COM JUSTO VALOR POSITIVO					
<i>Outros</i>					
Mais-valias não realizadas em Futuros	-	52 400	-	-	-
Mais-valias não realizadas em Opções	-	24 665	-	-	-
	-	77 065	-	-	-
TOTAL	8 157 346	7 637 439	80 745	677 717	-

3.04 Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Títulos		
<i>Emitidos por residentes</i>	6 832	3 567
	6 832	3 567

Valor respeitante à contribuição para o Fundo Compensação do Trabalho. Opção pela contabilização ao justo valor de acordo com a IAS 39 n.º 9 b), sendo a cotação obtida no *site* do Fundo Compensação do trabalho.

3.05 Ativos financeiros disponíveis para venda

Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Emitidos por residentes		
<i>Instrumentos dívida</i>	10 612 131	3 983 127
<i>Instrumentos de capital</i>	656 900	694 700
<i>Outros</i>	2 402 585	7 121 622
	13 671 616	11 799 450
Emitidos por não residentes		
<i>Instrumentos dívida</i>	12 254 563	28 067 344
<i>Instrumentos de capital</i>	19 336	0
<i>Outros</i>	465 812	464 392
	12 739 711	28 531 735
	26 411 328	40 331 185

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os ativos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas diretamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Verifica-se no exercício de 2016 um decréscimo na posição desta carteira resultante da incorporação de um valor assinalável na carteira de títulos detidos até à maturidade.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA
Em 31 de dezembro de 2016 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Valor Aquisição	Valor de Balanço Justo Valor	Valias		Imparidade
			Mais	Menos	
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De dívida pública portuguesa</i>					
Obrigações do Tesouro	221 202	225 632	10 960	6 530	-
Bilhetes do Tesouro	9 998 473	10 001 500	3 027	-	-
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	407 720	385 000	-	22 720	-
Dívida Subordinada	4 353 500	-	-	-	4 353 500
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	12 794 180	12 127 403	345 585	452 976	559 386
Dívida Subordinada	456 992	127 160	18 278	-	348 110
	28 232 067	22 866 695	377 850	482 226	5 260 996
INSTRUMENTOS DE CAPITAL					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Ações	2 440 174	656 900	-	1 247 760	535 514
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
Ações	-	19 336	19 336	-	-
	2 440 174	676 236	19 336	1 247 760	535 514
OUTROS					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Outros	1 883 758	2 402 585	518 827	-	-
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Produtos Estruturados	503 706	465 812	156	38 050	-
	2 387 464	2 868 397	518 983	38 050	-
TOTAL	33 059 705	26 411 328	916 169	1 768 036	5 796 510

3.06 Aplicações em instituições de crédito

Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações		
No país		
<i>Em outras instituições de crédito</i>	16 111 400	17 108 471
<i>Rendimentos a receber</i>	4 985	7 858
	16 116 385	17 116 330

3.07 Créditos a clientes

Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Crédito interno		
<i>Empréstimos</i>	22 358 730	27 699 222
<i>Créditos em conta corrente</i>	43 314 251	46 990 333
<i>Descobertos em depósitos à ordem</i>	182 968	299 140
Crédito ao exterior		
<i>Empréstimos</i>	118 800	132 000
<i>Créditos em conta corrente</i>	833 519	1 116 732
Crédito e juros vencidos	168 512	612 208
Rendimentos a receber	105 029	174 999
	67 081 808	77 024 634
Imparidades para crédito e juros vencidos	(968 346)	(942 303)
	66 113 462	76 082 331

Em 2016, a carteira de crédito, embora diminuindo em termos de saldo utilizado, manteve a sua relevância no conjunto da atividade do Banco, ao nível de novas operações em cada uma das modalidades de crédito que o Banco disponibiliza aos seus clientes. Apesar do enfoque na concessão de crédito, o volume de crédito concedido diminuiu face a 2015, uma vez que as novas operações não foram suficientes para substituir o volume que foi liquidado, entretanto. De referir que os créditos estão na sua grande maioria suportados por garantias pessoais e reais que ultrapassam significativamente os valores vincendos. Por outro lado, as imparidades estão constituídas em conformidade com o estabelecido no aviso 5/2015 do Banco de Portugal.

3.08 Investimentos Detidos Até à Maturidade

Nota 08

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Investimentos Detidos até à Maturidade	11 011.818	0
	11 011 818	0

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE
Em 31 de dezembro de 2016 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Valor Nominal	Valor Aquisição	Taxa Efetiva	Valor de Balanço Custo Amortizado
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA				
<i>Emitidos por Residentes</i>				
<i>De Outros Emissores Residentes</i>				
Dívida não Subordinada EGLPL 5,50 04/19	2 000 000	2 000 000	5,67%	2 021 599
<i>Emitidos por Não Residentes</i>				
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>				
Dívida não Subordinada BANBRA 3,75 07/18	1 600 000	1 516 000	6,10%	1 571 831
TRAFIG 5,00 04/20	1 000 000	915 000	7,47%	962 995
BNDES 3,625 01/19	2 000 000	1 910 000	5,37%	2 001 875
BANBRA 3,75 07/18	400 000	392 500	4,62%	401 405
BCOBMG 8,00 04/18	5 976 663	5 976 663	8,24%	4 052 113
TOTAL	12 976 663	12 710 163		11 011 818

3.09 Derivados de Cobertura

Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Derivados de Cobertura		
<i>Justo Valor Positivo – Cobertura Fluxos de caixa</i>	129 841	0
	129 841	0

3.10 Ativos não correntes detidos para venda

Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos tangíveis não correntes detidos para venda		
<i>Imóveis</i>	85 680	85 680
	85 680	85 680

Correspondente ao valor de um Imóvel adquirido em processo de recuperação de crédito.

3.11 Outros ativos tangíveis

Nota 11

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Outros ativos tangíveis		
<i>Imóveis</i>	5 095 200	525 290
<i>Equipamento</i>	6 029 642	5 519 178
<i>Ativos em locação financeira</i>	368 570	368 570
<i>Ativos tangíveis em curso</i>	223 953	0
	11 717 384	6 413 037
Amortizações acumuladas		
<i>Imóveis</i>	(75 489)	(44 970)
<i>Equipamento</i>	(4 872 104)	(4 522 350)
<i>Ativos em locação financeira</i>	(35 935)	(30 407)
	(4 983 528)	(4 597 727)
	6 733 856	1 815 311

Os movimentos e saldos em 31 de dezembro de 2016 nas rubricas de “outros ativos tangíveis” e “ativos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no mapa em Anexo intitulado ‘Ativos Intangíveis e Tangíveis em 31 de dezembro de 2016’.

3.12 Ativos intangíveis

Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Diferença de consolidação pos. (Goodwill)	200	200
Outros ativos intangíveis		
<i>Sistema tratamento automático de dados (software)</i>	2 439 863	2 388 762
<i>Outros</i>	272 187	242 529
	2 712 249	2 631 491
Amortizações acumuladas		
<i>Sistema tratamento automático de dados (software)</i>	(2 329 404)	(2 217 658)
<i>Outros</i>	(220 671)	(201 002)
	(2 550 075)	(2 418 660)
	162 174	212 831

Apesar de um incremento ligeiro nesta componente do ativo, em termos líquidos, salienta-se o investimento em sistemas de informação de suporte ao negócio do Banco.

3.13 Ativos por impostos correntes

Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos por impostos correntes		
<i>IRC a recuperar</i>	289 411	0
	289 411	0

3.14 Ativos por impostos diferidos

Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos por impostos diferidos		
<i>Diferenças temporárias</i>		
<i>Ativos tangíveis/Intangíveis</i>	31 171	55.933
<i>Imparidades</i>	383 060	1.220.736
<i>Prejuízos fiscais</i>	20 479	12.237
	434 710	1.288.906

Esta rubrica reflete apenas o impacto em termos de diferenças temporárias de tributação de rendimento.

3.15 Outros ativos

Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Outras disponibilidades	53	53
Devedores e outras aplicações		
<i>Sector público administrativo</i>	0	108 249
<i>Devedores diversos</i>	4 356 853	5 346 450
<i>Aplicações diversas</i>	10 100 467	4 013 383
Outros activos	4 535 884	1 610 903
Outros juros e rendimentos similares		
De rendimento fixo emitido por residentes		
<i>De dívida pública portuguesa</i>	4 991	5 969
<i>De outros residentes</i>	52 078	39 073
Outros rendimentos a receber		
<i>Outras obrigações</i>	255 166	538 601
<i>Comissões por serviços prestados</i>	99 641	180 653
Despesas com encargos diferidos		
<i>Seguros</i>	31 170	29 352
<i>Outras despesas com encargos diferidos</i>	208 109	151 850
Valor patrimonial do fundo de pensões	3 301 366	3 247 540
Outras contas de regularização	7 096 703	618 340
	30 042 480	15 890 416
Imparidades acumuladas.		
<i>Devedores e Outras Aplicações (*)</i>	(1 549 975)	(100 000)
	(1 549 975)	(100 000)
	28 492 505	15 790 416

(*) No seguimento de um acordo extrajudicial celebrado em finais de 2016, foi reconhecida uma imparidade no valor de 1,45M€, que engloba, por recomendação do Banco de Portugal, 500m€ sobre valores a receber até 2019 e dos quais foram recebidos 50m€ euros no início de 2017.

No seguimento do acordo extrajudicial antes referido, foi revogado o contrato de compra e venda de uma posição acionista de 10% no capital de uma instituição de crédito sediada no estrangeiro, tendo sido recebido no início de 2017 a devolução do sinal no valor de 50m€.

3.16 Recursos de bancos centrais

Nota 16

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos do Banco de Portugal		
<i>Outros recursos - Empréstimos</i>	0	2 010 000
Juros de recursos do Banco de Portugal		
<i>Empréstimos</i>	0	3 878
	0	2 013 878

3.17 Passivos financeiros detidos para negociação

Nota 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Instrumentos derivados com justo valor negativo	39 256	470 404
	39 256	470 404

Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD.

3.18 Recursos de outras instituições de crédito

Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Recurso de instituições de crédito no país		
<i>Depósitos</i>	13 102 509	19 247 272
<i>Empréstimos</i>	85 043	42 198
<i>Outros recursos</i>	2 285	772
	13 189 838	19 290 242
Recurso de instituições de crédito no estrangeiro		
<i>Depósitos</i>	403 300	387 518
<i>Empréstimos</i>	1 208 293	5 397
	1 611 593	392 916
	14 801 430	19 683 158

3.19 Recursos de clientes e outros empréstimos

Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
<i>À ordem</i>	49 308 043	44 875 632
<i>A prazo</i>	70 757 857	76 360 245
De não residentes		
<i>À ordem</i>	16 563 076	19 689 740
<i>A prazo</i>	5 444 715	19 855 664
	142 073 694	160 781 281
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		

<i>De residentes</i>	381 383	404 534
<i>De não residentes</i>	23 282	82 054
	404 665	486 589
	142 478 356	161 267 870

3.20 Provisões

Nota 20

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões para riscos gerais de crédito		
<i>Por Garant, Comp. assumidos</i>	10 046	47 813
	10 046	47 813

3.21 Passivos por impostos correntes

Nota 21

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Passivos por impostos correntes		
<i>IRC a pagar</i>	539 184	144 870
<i>Outros</i>	15 002	0
	554 186	144 870

3.22 Outros passivos

Nota 22

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	203 188	75 159
Fornecedores bens em locação financeira	35 125	91 251
Credores por operações sobre valores mobiliários	176 593	569 389
Outros credores	380 336	257 327
Futuros	4 627 533	1 211 103
Outros recursos	6 931 652	5 742 856
IVA a pagar	68 242	0
Retenções na fonte e outros valores a pagar ao Estado	372 580	446 411
Contribuições para a Segurança Social	76 362	77 061
Contribuições para outros sistemas de saúde	4 010	4 351
Sindicatos	752	809
	12 876 372	8 516 072
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	3 492 230	3 380 684
Encargos a pagar		
<i>Remunerações a pagar ao pessoal</i>	519 041	532 234
<i>Outros encargos a pagar</i>	136 077	214 036
	655 118	746 270
Outras receitas com rendimento diferido	7 773	6 161
Operações a regularizar	5 402 221	712 331
	22 433 715	13 361 518

Na rubrica de “outros recursos”, o valor reportado refere-se aos saldos financeiros de clientes resultantes de operações sobre derivados e montantes aplicados em liquidez nos contratos de gestão de carteiras.

Em “Outras Operações a regularizar” encontram-se registadas as operações de compra de títulos realizadas no final do período, a aguardar liquidação no início do exercício seguinte.

3.23 Capital Próprio atribuído ao Grupo

Nota 23

Os movimentos e saldos em 31 de dezembro de 2016 nas rubricas de capital próprio são apresentados no anexo “Demonstração da Variação nos Capitais Próprios.

3.24 Interesses Minoritários

Nota 24

Os interesses minoritários em 2016 foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

FILIAIS	Capital Próprio	% Interesses Minoritários	Interesses Minoritários
CoolLink, Lda	164.894	50%	82.447
Total	164.894		82.447

3.25 Margem financeira

Nota 25 e 26

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Juros e rendimentos similares de:		
<i>Juros de disponibilidades em bancos centrais</i>	194	640
<i>Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito</i>	3 880	2 783
<i>Juros de aplicações em instituições de crédito</i>	131 297	621 440
<i>Juros de crédito a clientes</i>	3 588 475	3 641 653
<i>Juros de crédito vencido</i>	233 675	144 091
<i>Juros e rendimentos similares de outros ativos financeiros</i>	2 218 829	2 493 824
	6 176 350	6 904 431
Juros e encargos similares de:		
Recursos do Banco de Portugal	(63 060)	(12 743)
Recursos de outras instituições de crédito	(103 045)	(113 499)
Juros de credores e outros recursos		
<i>Juros de recursos de clientes</i>	(921 882)	(1 280 976)
<i>Juros de passivos de negociação</i>	(1 761)	(14 303)
<i>Outros juros e encargos similares</i>	(104 055)	(5 529)
	(1 193 803)	(1 427 050)
	4 982 547	5 477 381

A margem financeira diminuiu ligeiramente em 2016, comparativamente com o período homólogo do ano anterior, em grande parte devido à diminuição nos juros de disponibilidades em outras instituições de crédito e de outros ativos financeiros não totalmente compensada pela redução dos juros pagos nos recursos captados.

3.26 Rendimentos de instrumentos de capital

Nota 27

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Emitidos por residentes		
<i>Unidades de participação</i>	95 200	125 177
	95 200	125 177

Estes Resultados resultam da distribuição de rendimentos do fundo de investimentos Imobiliário Retail Properties, correspondente a 0,015€ e a 0,0184€, respetivamente, em 2016 e 2015, por unidade participação detida.

3.27 Rendimentos e encargos de e com serviços de comissões

Nota 28 e 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Rendimentos de serviços e comissões por:		
<i>Garantias e avales</i>	100 581	40 719
<i>Depósito e guarda de valores</i>	21 711	19 333
<i>Cobrança de valores</i>	69 064	111 476
<i>Administração de valores</i>	866 417	967 653

<i>Organismos de investimento coletivo</i>	198 937	140 010
<i>Outros serviços prestados</i>	348 462	2 128 615
<i>Operações realizadas por conta de terceiros</i>	2 581 117	2 423 641
<i>Outras comissões recebidas</i>	1 175 331	234 415
	5 361 619	6 065 862
Encargos com serviços e comissões por:		
<i>Depósito e guarda de valores</i>	(50 685)	(57 260)
<i>Administração de valores</i>	0	(96)
<i>Outros serviços bancários prestados por terceiros</i>	(21 819)	(28 086)
<i>Operações realizadas por terceiros</i>	(1 998 689)	(1 277 195)
<i>Outras comissões pagas</i>	0	(6 081)
	(2 071 193)	(1 368 718)
	3 290 426	4 697 144

Em termos líquidos, verificou-se uma variação homóloga global de -29,95%. Contribuíram para esta variação, uma quebra de 11,61% nos rendimentos de serviços e comissões e um crescimento de 51,35% nos encargos com serviços e comissões. Na primeira, os outros serviços prestados, por si só, justificam esta variação em resultado da concretização de uma operação em 2015 de caráter excepcional e irrepetível, embora compensada, em parte, por uma situação igualmente excepcional associada a uma operação de crédito ocorrida em 2016. Nos encargos com serviços e comissões, as operações realizadas por terceiros com uma subida de 56,49% acomodaram os rendimentos por operações realizadas por conta de terceiros que se manteve ao nível de 2015.

3.28 Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor

Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos em:		
Ativos financeiros detidos para negociação		
<i>Títulos</i>	3 117 089	2 219 071
<i>Instrumentos derivados</i>	3 084 904	4 577 767
Passivos financeiros negociação (não instrum. derivados)	0	155 575
	6 201 993	6 952 413
Perdas em:		
Ativos Financeiros detidos por Negociação		
<i>Títulos</i>	(3 042 284)	(2 341 817)
<i>Instrumentos derivados</i>	(3 273 104)	(7 312 128)
Perdas passivos financ. neg. (não deriv.)	0	(6 001)
	(6 356 518)	(9 659 946)
	(113 395)	(2 707 533)

O resultado manteve-se negativo em 2016, ainda que de menor expressão face ao verificado em 2015. Essas perdas foram, no entanto, compensadas pelos resultados da reavaliação cambial e nas reservas, conforme política anteriormente apresentada.

3.29 Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda

Nota 31

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos em:		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	3 032	165 460
<i>Outros (*)</i>	2 324 472	251 541
Emitidos por não residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	904 263	3 227
<i>Instrumentos de capital</i>	22	0
<i>Outros</i>	0	33 107
	3 231 789	453 334
Perdas em:		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	(64 655)	(38 000)
<i>Instrumentos de capital</i>	0	(19)
Emitidos por não residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	(383 360)	(70 012)
	(448 015)	(108 031)
	2 783 775	345 303

(*) Segundo as normas aplicáveis, são nesta rubrica indicados os valores relativos ao desreconhecimento dos ativos financeiros normalmente por via da respetiva alienação. Tendo em consideração o prazo normalmente mais alargado em que são efetuados os investimentos para esta carteira, a alienação de títulos resulta, normalmente, do aproveitamento de oportunidades particularmente favoráveis na respetiva alienação. Assim, foi possível apurar, em 2016, um resultado positivo, decorrente da venda de 4.304.243 unidades de participação do Fundo Imobiliário Retail Properties que por si só, representou um resultado de 2,3M€.

3.30 Resultados de reavaliação cambial

Nota 32

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos em:		
Diferenças cambiais		
<i>Outros itens em moeda estrangeira - divisas</i>	1 448 852	5 774 227
Perdas em:		
Diferenças cambiais		
<i>Outros itens em moeda estrangeira - divisas</i>	(1 487 550)	(3 303 617)
	(38 697)	2 470 609

Resultados apurados em grande parte devido à variação cambial do USD face ao EUR, moeda em que o Banco manifestou, em cada um dos exercícios, uma maior exposição, sendo que, em 2016, o comportamento cambial se manteve mais estável que no exercício de 2015.

3.31 Resultados de alienação de outros ativos

Nota 33

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos em:		
<i>Alienação de créditos a clientes</i>	0	386 057
<i>Ativos não financeiros</i>	10 500	15 802
<i>Outros ganhos em operações financeiras</i>	3 990	0
	14 490	401 859

3.32 Outros resultados de exploração

Nota 34

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos em:		
<i>Outros rendimentos e receitas operacionais</i>	58 167	264 846
	58 167	264 846
Perdas em:		
<i>Outros impostos</i>	(209 947)	(173 306)
<i>Quotizações e donativos</i>	(73 995)	(91 988)
<i>Contribuições para FGD</i>	(80)	(4 000)
<i>Contrib.p/ sist.de indem.aos investidores</i>	(4 000)	(2 000)
<i>Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações</i>	(2 919)	(7 122)
<i>Outros encargos e gastos operacionais</i>	(330 202)	(133 926)
	(621 143)	(412 342)
	(562 976)	(147 496)

3.33 Custos com o pessoal

Nota 35

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Remunerações		
<i>Dos órgãos de gestão e fiscalização</i>	(439 829)	(501 844)
<i>De empregados</i>	(2 766 169)	(2 636 906)
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	(779 274)	(767 088)
Outros encargos sociais obrigatórios		
<i>Fundo de pensões</i>	(73 426)	(101 247)
<i>Seguros de acidentes de trabalho</i>	(16 211)	(15 496)
Outros custos com o pessoal	(274 598)	(168 701)
	(4 349 508)	(4 191 282)

3.34 Gastos gerais administrativos

Nota 36

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Com fornecimentos:		
<i>Água, energia e combustíveis</i>	(190.231)	(205.401)
<i>Material de consumo corrente</i>	(10.957)	(9.895)
<i>Publicações</i>	(7.029)	(7.480)
<i>Material de higiene e limpeza</i>	(13.023)	(11.421)
<i>Outros fornecimentos de terceiros</i>	(138.796)	(199.266)
	(360 037)	(433 464)
Com Serviços:		
<i>Rendas e alugueres (*)</i>	(281.675)	(327.696)
<i>Comunicações</i>	(262.701)	(286.209)
<i>Deslocações, estadas e representação</i>	(314.382)	(346.536)
<i>Publicidade e edição de publicações</i>	(506.166)	(510.827)
<i>Conservação e reparação</i>	(133.191)	(140.644)
<i>Seguros</i>	(51.524)	(47.643)
<i>Serviços especializados</i>		
<i>Avenças e honorários</i>	(108.982)	(511.260)
<i>Judiciais, contencioso e notariado</i>	(9.440)	(18.958)
<i>Informática</i>	(288.582)	(196.702)
<i>Segurança e vigilância</i>	(17.856)	(18.059)
<i>Limpeza</i>	(1.844)	(1.630)
<i>Informações</i>	(473.427)	(449.144)
<i>Bancos de dados</i>	(50.135)	(52.012)
<i>Outros serviços especializados</i>		
<i>Estudos e consultas</i>	(2.676)	(848)
<i>Consultores e auditores externos</i>	(500.547)	(600.526)
Outros serviços de terceiros		
<i>Assessoria, comunicação e imagem</i>	(59.976)	(42.087)
<i>Banco de Portugal - Serviço Bpnet</i>	(2.899)	(2.898)
<i>Serviços de condomínio</i>	(6.900)	(7.060)
<i>Trabalho temporário</i>	(10.004)	0
<i>Outros</i>	(43.838)	(20.200)
	(3 126 743)	(3 580 938)
	(3 486 780)	(4 014 402)

(*) Impacto no último trimestre de 2016, resultante da aquisição dos edifícios para uso próprio.

Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários para o Banco Carregosa, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas

<i>Revisão Legal de Contas</i>	60 200
<i>Serviços de Garantia e Fiabilidade</i>	7 950
<i>Outros (CoolLink)</i>	1 700
	69 850

3.35 Depreciações e Amortizações

Nota 37

Conforme referido na nota 10, os movimentos e saldos das rubricas de “outros ativos tangíveis” e “ativos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade, são apresentados no Anexo IV.

3.36 Provisões líquidas de anulações

Nota 38

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos em:		
<i>Provisões para riscos gerais de crédito</i>	0	122 190
<i>Provisões para garantias e compromissos assumidos</i>	90 515	0
Perdas em:		
<i>Provisões para riscos gerais de crédito</i>	0	(18 948)
<i>Provisões para garantias e compromissos assumidos</i>	(52 748)	0
	37 767	103 242

3.37 Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações

Nota 39

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
<i>Crédito regular</i>	(36 769)	(268 912)
<i>Crédito vencido (inclui outros devedores)</i>	(1 439 248)	(50 376)
	(1 476 017)	(319 288)

3.38 Imparidade de outros ativos finan. líq. de reversão e recuperação

Nota 40

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos fin. Disponíveis para venda		
<i>Instrumentos de dívida</i>	(1 073 379)	(345 128)
<i>Instrumentos de capital</i>	0	(114 000)
	(1 073 379)	(459 128)

Imparidade

2016		2015	
Titulo	Valor	Valor	Titulo
Instrumentos de Dívida		Instrumentos de Dívida	
BESPL 7,25 11/23	210 700	345 128	Grupo Bes
ESFG 6,875	1 235		
OGXPBZ 8,50 06/15	318 594		Instrumentos Capital
OI 5,75 02/22	601 521	114 000	Pagaqui
OIBRBZ 5,75 02/22 (Reversão)	-58 671		
	1 073 379	459 128	

3.39 Imparidade de outros act. líquida de reversões e recuperações

Nota 41

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Invest. em filiais assoc. e empreendimentos conjuntos	0	81 835
	0	81 835

3.40 Impostos

Nota 42 e 43

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Correntes	(239 935)	(287 030)
Diferidos	366 540	12 237
	126 605	(274 793)

Os impostos correntes registados em 2016, no valor de €239 935, resultam do imposto sobre o rendimento calculado em função da legislação fiscal aplicável para o Banco Carregosa no valor de €232 426, e para a participada CoolLink no valor de € 7 512.

Os impostos diferidos registados em 2015, no valor de €12 237, são relativos aos prejuízos fiscais apurados na CoolLink.

3.41 Contas Extrapatrimoniais

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Compromissos perante Terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
<i>Responsabilidades potenciais para com o SII</i>	358 569	337 401
Compromissos revogáveis		
<i>Linhas de crédito</i>	14 485 425	13 574 988
<i>Facilidades de descoberto em conta</i>	17 032	860
	14 861 026	13 913 249
Responsabilidade por prestações de serviços:		
<i>De Depósito e guarda de valores</i>	399 045 419	401 343 248
<i>Valores administrativos pela Instituição</i>	124 243 186	115 230 551
<i>Outras</i>	0	(0)
	523 288 605	516 573 798
Serviços prestados por Terceiros:		
<i>Por depósito e guarda de valores</i>	316 188 895	303 307 036
	316 188 895	303 307 036
Operações cambiais e instrumentos derivados:		
<i>Operações cambiais a prazo – negociação</i>	0	250 000
<i>Futuros e opções a prazo – negociação</i>	11 300 044	24 966 927
<i>Opções – negociação</i>	140 077	172 642
	11 440 121	25 389 569
Garantias prestadas e outros serviços eventuais:		
<i>Garantias pessoais</i>	11 090 313	6 316 152
<i>Garantias reais</i>	10 180 000	180 000
	21 270 313	6 496 152
Garantias recebidas:		
<i>Garantias pessoais</i>	64 356 150	63 700 534
<i>Garantias reais</i>	178 964 929	180 781 226
	243 321 079	244 481 759
Outras rubricas extrapatrimoniais:		
<i>Créditos abatidos ao ativo</i>	1 340 261	1 340 261
<i>Juros vencidos</i>	43 649	21 421
<i>Contas diversas</i>	(1 131 753 949)	(1 111 523 246)
	(1 130 370 038)	(1 110 161 564)

3.42 Passivos contingentes originados pelo Fundo de Resolução

Nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 24/2013 que estabelece o funcionamento do Fundo de Resolução (adiante designado por FR), o Banco procedeu, desde 2013, à contribuição inicial e contribuições obrigatórias anuais, conforme expresso nos nº 3 e 4º do referido diploma.

Em 2015, o Banco de Portugal através de uma carta-circular esclareceu que a contribuição periódica para o FR, deveria ser assumida como custo no ano em que é liquidada, nomeadamente, em finais de abril de cada ano.

Entretanto, o FR, através de um comunicado emitido em novembro de 2015, esclareceu que não é previsível que o FR venha a propor uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se desta forma remota, refere o comunicado.

Na sequência do parágrafo anterior e conforme comunicado de dezembro 2015, o Banco de Portugal deliberou a transferência para a esfera da responsabilidade do FR de eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução do Banco Espírito Santo S.A., de que resultam responsabilidades e contingências. De acordo com a informação pública disponível, o volume de litigância disponível é elevando, não estando devidamente esclarecido qual o montante que o FR possa vir a incorrer em perdas nestas litigâncias ou eventuais perdas decorrentes da alienação do Novo Banco.

Situação similar foi igualmente esclarecida pelo Banco de Portugal em 19 e 20 de dezembro de 2015 relativamente ao BANIF.

Nesta conformidade, à data de 31 de dezembro de 2016, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor de possíveis perdas associadas ao processo de venda do Novo Banco, das litigâncias relativas ao Banco Espírito Santo e eventuais perdas na resolução do BANIF. Perante as medidas anunciadas em setembro de 2016, não é expectável que venham a ser exigidas ao Banco, contribuições especiais ou extraordinárias para financiar estas medidas de resolução.

Partes relacionadas:

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco é controlado pelos seguintes acionistas com participação superior a 2%:

31/12/2016
Composição Acionista:

	Nº ações	%	Direitos voto
Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva	58.649.733	29,32	58.649
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	37.768.937	18,88	37.768
Amorim Projetos, SGPS, SA	15.880.743	7,94	15.880
António José Paixão Pinto Marante	10.000.000	5,00	10.000
Grupo Norwich, SA	9.999.990	4,99	9 999
Mauricio Zlatkin	9.999.000	4,99	9.999
Sophia Capital-Fundo Capital Risco	8.510.000	4,26	8 510
Imocarregosa-Gestão e Comercialização Imobiliária, S.A.	7.068.342	3,53	7.068
Ruasgest, SGPS, SA	4.764.223	2,38	4.764

31/12/2015
Composição Acionista:

	Nº ações	%	Direitos voto
Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva	58.649.733	29,32	58.649
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	37.768.937	18,88	37.768
Amorim projetos, SGPS, SA	15.880.743	7,94	15.880
António José Paixão Pinto Marante	10.000.000	5,00	10.000
Groupe Norwich S.A.	9.999.990	4,99	9.999
Mauricio Zlatkin	9.999.000	4,99	9.999
Sophia Capital - Fundo de Capital de Risco	8.510.000	4,26	8.510
Imocarregosa-Gestão e Comercialização Imobiliária, S.A.	7.068.342	3,53	7.068
Ruasgest, SGPS, SA	4.764.223	2,38	4.764

Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco, foi considerado de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Banco. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração, encontram expressão na nota 35 deste anexo.



CONTAS INDIVIDUAIS

ANÁLISE E ANEXOS



BANCO
CARREGOSA

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	Notas	31/12/2016			Ano anterior(*)	01/01/2015
		Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido		(*)
		1	2	3 = 1 - 2		
Ativo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	33.031.686	-	33.031.686	47.502.888	1.566.250
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	18.343.694	-	18.343.694	23.529.925	26.449.520
Ativos financeiros detidos para negociação	3	7.637.076	-	7.637.076	3.858.017	4.804.337
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4	4.751	-	4.751	2.191	547
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	32.207.838	(5.796.510)	26.411.328	40.331.185	52.032.929
Aplicações em instituições de crédito	6	16.004.888	-	16.004.888	17.004.583	48.568.789
Crédito a clientes	7	67.081.808	(968.346)	66.113.462	76.082.331	50.730.981
Investimentos detidos até à maturidade	8	11.011.818	-	11.011.818	-	-
Ativos com acordo de recompra		-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	9	129.841	-	129.841	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	10	85.680	-	85.680	85.680	85.680
Propriedades de investimento		-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	11	11.512.507	(4.844.149)	6.668.358	1.781.721	1.783.937
Ativos intangíveis	12	2.653.875	(2.496.841)	157.034	203.750	122.412
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	13	25.000	-	25.000	25.000	314.378
Ativos por impostos correntes	14	289.411	-	289.411	-	2.586.946
Ativos por impostos diferidos	15	414.231	-	414.231	1.276.669	246.475
Outros ativos	16	30.017.755	(1.549.975)	28.467.780	15.778.266	8.685.911
Total de Ativo		230.451.858	(15.655.821)	214.796.037	227.462.207	197.979.094
Passivo						
Recursos de bancos centrais	17			-	2.013.878	17.229.154
Passivos financeiros detidos para negociação	18			39.256	470.404	1.959.205
Outros passivos ao justo valor através de resultados				-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	19			14.800.312	19.682.386	692.621
Recursos de clientes e outros empréstimos	20			142.478.359	161.267.872	120.336.085
Responsabilidades representadas por títulos				-	-	-
Passivos financeiros associados a ativos transferidos				-	-	-
Derivados de cobertura				-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda				-	-	-
Provisões	21			10.046	47.813	151.056
Passivos por impostos correntes	22			547.650	142.392	-
Passivos por impostos diferidos				-	-	-
Instrumentos representativos de capital				-	-	-
Outros passivos subordinados				-	-	-
Outros passivos	23			22.362.219	13.306.532	23.648.978
Total de Passivo				180.237.842	196.931.276	164.017.099
Capital						
Capital	24			20.000.000	20.000.000	20.000.000
Prémios de emissão				369.257	369.257	369.257
Outros instrumentos de capital				-	-	-
Reservas de reavaliação				(506.017)	(4.883.741)	(554.340)
Outras reservas e resultados transitados				15.045.980	14.227.997	13.151.031
Ações próprias				-	-	-
Resultado do exercício				(351.025)	817.417	996.047
Dividendos antecipados				-	-	-
Total de Capital				34.558.195	30.530.931	33.961.995
Total de passivo e Capital				214.796.037	227.462.207	197.979.094

(*) Valores reexpressos

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

Euros

	Notas	31/12/2016	Ano anterior(*)
Juros e rendimentos similares	25	6.175.624	6.900.543
Juros e encargos similares	26	(1.193.803)	(1.427.050)
Margem financeira		4.981.821	5.473.493
Rendimentos de instrumentos de capital	27	95.200	125.177
Rendimentos de serviços e comissões	28	5.361.619	6.065.862
Encargos com serviços e comissões	29	(2.070.834)	(1.368.251)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	30	(113.754)	(2.707.533)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	31	2.783.775	345.303
Resultados de reavaliação cambial	32	(38.697)	2.470.609
Resultados de alienação de outros ativos	33	14.490	401.859
Outros resultados de exploração	34	(610.384)	(168.857)
Produto da atividade		10.403.234	10.637.661
Custos com pessoal	35	(3.842.764)	(3.744.658)
Gastos gerais administrativos	36	(3.968.782)	(4.463.702)
Depreciação e Amortizações	37	(556.957)	(573.157)
Provisões líquidas de anulações	38	37.767	103.242
Imparidades de crédito líquida de reversões e recuperações	39	(1.476.017)	(319.287)
Imparidade de outros ativos financeiros líquidas de reversões e recuperações	40	(1.073.379)	(459.128)
Imparidade de outros ativos líquidas de reversões e recuperações	41	-	(81.835)
Resultado antes de impostos		(476.897)	1.099.136
Impostos	42	125.872	(281.719)
Correntes		(232.426)	(281.719)
Diferidos		358.298	0
Resultado após impostos		(351.025)	817.417

Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas

(*) Valores Reexpressos

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

	31/12/2016	Ano Anterior
Resultado líquido consolidado do exercício	(351.025)	817.417
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados:		
Ativos tangíveis	3.984	(388)
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	566	80.920
Elementos que podem ser reclassificados em resultados:		
Coberturas de fluxos de caixa	46.060	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.404.568	(5.498.373)
Imposto sobre os rendimentos relacionado com elementos que podem ser reclassificados em resultados	(1.076.888)	1.169.361
Outro rendimento integral	4.378.289	(4.248.481)
Rendimento integral total do ano	4.027.264	(3.431.064)
O Contabilista Certificado	O Conselho de Administração	

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em Euros)**

	31/12/2016	Ano Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	11.959.632	13.391.163
Pagamento de juros e comissões	(3.366.470)	(3.207.915)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(7.983.178)	(8.096.080)
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	(8.137.814)	4.114.496
Outros ativos e passivos operacionais	(7.223.873)	(18.267.521)
Outros recebimentos de clientes	(8.834.732)	15.949.262
Impostos sobre lucros	(169.284)	2.586.786
Caixa líquida das atividades operacionais	(23.755.720)	6.470.192
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	-	-
Aquisição/Alienação de ativos disponíveis para venda	18.281.046	5.743.855
Investimentos detidos até à maturidade	(11.011.818)	-
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(5.396.878)	(751.928)
Vendas de ativos tangíveis e intangíveis	10.500	115.450
Investimentos em empresas filiais e associadas	-	-
Caixa líquida das atividades de investimento	1.852.851	5.107.377
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	-	-
Dividendos pagos	-	-
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais atividades geradoras de réditos)	-	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	21.902.869	11.577.569
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(21.902.869)	11.577.569
Caixa e equivalentes no início do exercício	87.989.801	76.412.232
Caixa e equivalentes no fim do exercício	66.086.931	87.989.801
Caixa e equivalentes no início do exercício	87.989.801	76.412.232
Caixa e equivalentes no fim do exercício	66.086.931	87.989.801
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	33.031.686	47.502.888
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18.343.694	23.529.925
Aplicações em outras instituições de crédito	16.004.888	17.004.583
Descobertos em outras instituições de crédito	(1.293.336)	(47.596)
O Contabilista Certificado		O Conselho de Administração

ATIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (ACTIVIDADE INDIVIDUAL)

Anexo IV

(valores em euros)

Contas	Em 31/12/2015		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Transf.	Regularizações			Valor de aquisição ajustado	Amortizações do exercício ajustadas	Amortizações acumuladas ajustadas	Valor líquido em 31/12/2016
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas				
Outros Ativos Intangíveis													
Sistemas de Tratamento de Dados (software)	2 334 331	(2 172 108)	47 357	(104 061)	0	0	0	0	0	2 381 689	(104 061)	(2 172 108)	105 519
Outros Ativos Intangíveis	242 529	(201 002)	575	(19 669)	0	29 083	0	0	0	272 187	(19 669)	(201 002)	51 516
Ativos Intangíveis em Curso	0	0	29 083	0	0	(29 083)	0	0	0	0	0	0	0
	2 576 861	(2 373 110)	77 015	(123 730)	0	0	0	0	0	2 653 875	(123 730)	(2 373 110)	157 035
Ativos Tangíveis													
Imóveis	522 936	(42 616)	4 569 930	(30 519)	0	0	0	0	0	5 092 866	(30 519)	(42 616)	5 019 731
Equipamento	5 377 388	(4 414 149)	525 981	(397 179)	0	0	0	0	0	5 903 369	(397 179)	(4 414 149)	1 092 040
Ativos em locação financeira	368 570	(30 407)	0	(5 529)	0	0	0	0	0	368 570	(5 529)	(30 407)	332 634
Ativos tangíveis em Curso	0	0	223 953	0	0	0	0	0	0	223 953	0	0	223 953,17
	6 268 894	(4 487 172)	5 319 863	(433 227)	0	0	0	0	0	11 588 757	(433 227)	(4 487 172)	6 668 358
TOTAIS	8 845 754	(6 860 283)	5 396 878	(556 957)	0	0	0	0	0	14 242 632	(556 957)	(6 860 283)	6 825 393

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (ACTIVIDADE INDIVIDUAL)

Euros

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do período	Total do capital próprio
Saldos a 31 de dezembro de 2014	20 000 000	369 257	(554 340)	2 157 543	10 352 954	640 535	996 047	33 961 995
Alteração das reservas de justo valor			(5 498 761)					(5 498 761)
Imposto diferido			1 169 361					1 169 361
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões					80 920			80 920
Resultado líquido de 2015							817 417	817 417
Rendimento integral de 2015								(3 431 064)
Distribuição de dividendos								0
Outras alterações no capital próprio				3 674	33 068	959 304	(996 046)	0
Saldos a 31 de dezembro de 2015	20 000 000	369 257	(4 883 741)	2 161 217	10 466 941	1 599 839	817 417	30 530 931
Alteração das reservas de justo valor			5 454 612					5 454 612
Imposto diferido			(1 076 888)					(1 076 888)
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões					566			566
Resultado líquido de 2016							(351 025)	(351 025)
Rendimento integral de 2016								4 027 264
Distribuição de dividendos								0
Outras alterações no capital próprio				81 742	735 675		(817 417)	(0)
Saldos a 31 de dezembro de 2016	20 000 000	369 257	(506 017)	2 242 959	11 203 182	1 599 839	(351 025)	34 558 195

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco L.J. Carregosa, SA (Banco ou Carregosa) é um Banco comercial com Sede em Portugal, na Av. da Boavista n.º 1083, no Porto. Para o efeito, possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas. Iniciou a sua atividade como banco comercial em novembro de 2008, após fusão da Sociedade de Corretagem L.J. Carregosa e a Personal Value, conforme escritura pública de 17 de maio daquele ano.

O Banco dispõe de uma rede nacional de três agências.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

A partir de 1 de janeiro de 2016, em resultado da publicação do Aviso n.º 5/2015, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais já eram utilizadas na preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas desde 2005.

Na sequência desta alteração, a carteira de crédito concedido, garantias prestadas e outras operações de natureza similar, passou a estar sujeita à constituição de perdas por imparidade, calculadas de acordo com os requisitos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39), em substituição do registo de provisões para riscos específicos e para riscos gerais de crédito e para risco-país, nos termos do Aviso n.º 3/95, de 30 de junho, do Banco de Portugal.

Neste sentido, o Balanço Individual em 31 de dezembro de 2015 e as Demonstrações Individuais dos Resultados, do Rendimento Integral e Alterações nos Capitais Próprios do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reexpressos.

Reconciliação dos ajustamentos de transição paras as IFRS

O Banco adotou as IFRS à data de 1 de janeiro de 2016, tendo aplicado estas normas, retrospectivamente, para todos os períodos apresentados, tendo como referência os seguintes impactos:

No Balanço
No Ativo – Crédito a clientes (-€762 706)
No Passivo – Provisões (-€762 706)

Na Demonstração de Resultados
Provisões líquidas de anulações (+€268 911)
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações (-€268 911)

Comparabilidade com exercícios anteriores

Alteração de política contabilística (IAS 39)

Imparidades de Crédito a Clientes

Com a entrada em vigor do Aviso n.º 5/2015, a partir de 1 de janeiro de 2016, impôs-se aos bancos a necessidade de prepararem as suas demonstrações financeiras independentemente da sua base de apresentação (individual ou consolidada), de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) tal como adotadas na União Europeia, substituindo as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

Esta alteração teve impacto nomeadamente no modelo de cálculo das imparidades de crédito a clientes. De acordo com a IAS 8, esta alteração de política é aplicada retrospectivamente. Contudo, na medida que não existem impactos materialmente relevantes relativamente às diferenças apuradas no ano 2015, não foram reexpressos os comparativos.

As restantes práticas e políticas contabilísticas não sofreram alterações em consequência deste aviso.

Depósitos Estruturados

O Banco disponibiliza aos seus clientes depósitos a prazo estruturados através de um cabaz de produtos específicos, com uma remuneração mínima garantida e um limite máximo decorrente da valorização deste cabaz na data de vencimento. Paralelamente, o Banco contrata opções semelhantes para cobrir o risco da subida da cotação desse cabaz por forma a garantir que, caso tenha que pagar ao cliente um juro superior ao mínimo, será compensado pelo recebimento do valor da opção.

Até 2016 eram reconhecidos em resultado quer a especialização do juro dos DP pela taxa mínima, quer a variação da opção, como mais ou menos valias da carteira de negociação, sendo apenas reconhecida a especialização do juro pela taxa mínima garantida (nos DP ativos é de 0,25% ano).

No exercício de 2016 os itens de cobertura, mais concretamente cobertura de fluxos de caixa (juro a pagar ao cliente no vencimento), passaram a ser reconhecidos em Derivados de cobertura com Justo valor positivo. O prémio passou a ser diferido e reconhecido como gasto ao longo da duração do DP. A variação do valor da opção ao longo do tempo, bem como a evolução prevista do juro a pagar passaram a ser reconhecidos em reservas de reavaliação. Face à não materialidade das diferenças apuradas relativamente a 2015, não foram reexpressos os comparativos.

2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

2.2.1. Especialização dos exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

2.2.2. Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, que são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transações em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transações em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

2.2.3. Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transação diretamente associados.

2.2.4. Ativos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do período.

2.2.5. Ativos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de ativos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e instrumentos de dívida.

Estes ativos são avaliados ao justo valor, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de Reavaliação" até ao momento da sua alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

2.2.6. Ativos financeiros detidos até à Maturidade

Esta rubrica inclui ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e sujeitos a testes de imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas em investimentos financeiros detidos até à maturidade são registadas em resultados do exercício. Se em período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição puder ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

2.2.7. Derivados

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações. Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado: - Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados); - Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que: - As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e - A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor refletidas em resultados.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo: - Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura; - Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39; - Derivados contratados com o objetivo de “trading”. Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respetivamente.

2.2.8. Créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- ▮ Na data do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de ativos financeiros em conformidade com o aviso 1/2005 do Banco de Portugal.
- ▮ A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objeto de relevação contabilística autónoma nas respetivas contas de resultados.
- ▮ O valor dos ativos incluídos nesta categoria é objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a refletirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- ▮ A correção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que está estabelecido pela Carta Circular nº 02/2014/DSP, do Banco de Portugal.

Para efeitos de constituição de imparidades considera-se o total do crédito concedido incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

2.2.9. Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

2.2.10. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os ativos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

2.2.11. Imparidades

Todos os créditos são registados pelo valor nominal em concordância com o aviso 1/2005 do Banco de Portugal. As imparidades constituídas estão de acordo com as regras constantes na Instrução 5/2013 e na Carta Circular nº 02/2014/DSP e são comunicadas mensalmente à Contabilidade para seu registo.

O modelo de imparidades vigente verifica todas as posições analisadas individualmente. São sujeitas à análise de imparidades individual as operações de crédito:

- ▮ De um grupo de clientes cuja exposição atual seja superior a 5% dos fundos próprios;
- ▮ De um grupo de clientes cujo crédito em incumprimento ultrapassa €50.000.

No cálculo de imparidades individual considera-se:

- ▮ Fluxos de caixa estimados do negócio ou outros do cliente;
- ▮ Fluxos de caixa de projetos imobiliários;
- ▮ Fluxos de caixa previstos pela execução/dação das garantias reais;
- ▮ Fluxos de caixa estimados do acionamento de garantias pessoais;

- Fluxos de caixa produzidos pela execução de ativos financeiros do devedor junto do Banco para regularização de descobertos autorizados pontuais e até ao limite de 30 dias e crédito em situação irregular, originado por crédito contratualizado, ou não.

Caso o cálculo individual seja nulo, verifica-se o cálculo coletivo. Na determinação de imparidades analisadas coletivamente utilizam-se as notações de risco fornecidas pela ferramenta *Insight View*, entre 1 e 10, com probabilidades de incumprimento associadas, com um período emergente de um ano. Ao nível 1 corresponde a mais alta PD, de 25%, e ao 10 o mais baixo, de 0%. A estes níveis, o Banco acrescentou um nível 0, com uma PD de 100%, para crédito em incumprimento.

2.2.12. Ativos Tangíveis

Na rubrica de Outros ativos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, incluindo viaturas de serviço e outros equipamentos.

Estes ativos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excecionais devidamente documentados por decisão da Comissão Executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados sendo, no entanto, os respetivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de ativo adequada.

EQUIPAMENTO	Anos
Equipamento de transporte	4 – 8
Mobiliário e material	8 – 16
Equipamento informático	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	5 – 50

2.2.13. Ativos Intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas na fase de desenvolvimento de projetos implementados e a implementar, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.2.14. Outros Passivos Financeiros – Recursos de Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Outros Empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transação, diretamente associados.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

2.2.15. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.2.16. Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios. Isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

2.2.17. Comissões por serviços prestados

O Banco Carregosa cobra comissões pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são, por norma, imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

2.2.18. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor. Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos ativos não são reconhecidos para as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimento em empresas filiais e associadas, quando o Banco controla a reversão das diferenças temporárias e quando seja provável que não serão revertidos no futuro.

2.2.19. Benefícios aos empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Coletivo de Trabalho para o Setor Bancário* como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, exclusivamente para com os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada, por invalidez ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesger. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA, subscrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Ações (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%).

Como referido anteriormente, as responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no setor bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afeta ao período entre a data de admissão no setor bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor atual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas atuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários independentes, utilizando o método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos atuariais considerados adequados. A atualização das responsabilidades é efetuada com base numa taxa de desconto que reflete as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte no ativo.

Em resultado de um estudo sobre as responsabilidades e encargos atuais com a assistência médica, decidiu o Banco em 2010 externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores que não beneficiem dos SAMS, mantendo os mesmos níveis de encargos.

IAS 19 – Benefícios a empregados (alteração) – esta norma foi revista para incluir diversas alterações, nomeadamente quanto ao:

- ▄ Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos ativos e os valores efetivamente verificados, assim como as resultantes de alterações de pressupostos atuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de capital próprio;
- ▄ Passa a ser aplicada uma única taxa de juro às responsabilidades e aos ativos do plano;



- ▮ A diferença entre o retorno real dos ativos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos / perdas atuariais; e
- ▮ Os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.

2.2.20. Relato por Segmentos

O Banco Carregosa desenvolve o seu negócio através de uma rede comum aos diversos produtos comercializados, pelo que não se adequa a apresentação de reporte por segmentos de atividade.

Dado que as atividades do Banco Carregosa se desenvolvem em Portugal e em Espanha, através de um escritório de representação, não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

3. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, em conformidade com as IFRS e decompostas pelas seguintes rubricas:

3.01 Caixa e disponibilidades em bancos centrais Nota 01

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	90 528	116 934
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	32 941 158	47 385 953
	33 031 686	47 502 888

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. Estes depósitos são remunerados.

3.02 Disponibilidades em outras instituições de crédito Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos à ordem em instituições monetárias		
<i>Residentes</i>	1 602 290	12 777 071
<i>Não residentes</i>	16 741 404	10 752 854
	18 343 694	23 529 925

3.03 Ativos financeiros detidos para negociação Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Títulos de negociação		
<i>Títulos</i>	7 560 011	3 668 669
<i>Instrumentos derivados com justo valor positivo</i>	77 065	189 348
	7 637 076	3 858 017

Esta carteira evidencia um crescimento assinalável face ao exercício anterior, justificada por compras e vendas decorrentes de oportunidades favoráveis de mercado e cujo detalhe das posições em carteira se expressa no quadro seguinte.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO
Em 31 de dezembro de 2016 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Valor Aquisição	Valor de Balço Justo Valor	Valias		Imparidade
			Mais	Menos	
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	5 000 000	5 000 000	-	-	-
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Públicos Estrangeiros</i>					
Obrigações de Agências Soberanas	380 452	437 149	56 697	-	-
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	340 113	346 223	6 132	22	-
	5 720 565	5 783 372	62 829	22	-
INSTRUMENTOS DE CAPITAL					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Ações	262 461	209 654	7 893	60 700	-
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Ações	1 475 211	896 721	4 941	583 431	-
Unidades de Participação	27 375	27 244	179	310	-
Outros	8 486	8 486	-	-	-
	1 773 533	1 142 105	13 013	644 441	-
OUTROS					
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Produtos Estruturados	662 885	634 534	4 903	33 254	-
	662 885	634 534	4 903	33 254	-
INSTRUMENTOS DERIVADOS COM JUSTO VALOR POSITIVO					
<i>Outros</i>					
Mais valias não realizadas em Futuros	-	52 400	-	-	-
Mais valias não realizadas em Opções	-	24 665	-	-	-
	-	77 065	-	-	-
TOTAL	8 156 983	7 637 076	80 745	677 717	-

3.04 Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Títulos		
<i>Emitidos por residentes</i>	4 751	2 191
	4 751	2 191

Valor respeitante à contribuição para o Fundo de Compensação do Trabalho. Opção pela contabilização ao justo valor de acordo com a IAS 39 n.º 9 b), sendo a cotação obtida no *site* do Fundo de compensação do trabalho.

3.05 Ativos financeiros disponíveis para venda

Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Emitidos por residentes		
<i>Instrumentos dívida</i>	10 612 131	3 983 127
<i>Instrumentos de capital</i>	656 900	694 700
<i>Outros</i>	2 402 585	7 121 622
	13 671 616	11 799 450
Emitidos por não residentes		
<i>Instrumentos dívida</i>	12 254 563	28 067 344
<i>Instrumentos de capital</i>	19 336	0
<i>Outros</i>	465 812	464 392
	12 739 711	28 531 735
	26 411 328	40 331 185

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os ativos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas diretamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Verifica-se no exercício de 2016 um decréscimo na posição desta carteira resultante da incorporação de um valor assinalável na carteira de títulos detidos até à maturidade.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2016 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Valor Aquisição	Valor de Balanço Justo Valor	Valias		Imparidade
			Mais	Menos	
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA					
Emitidos por Residentes					
De dívida pública portuguesa					
<i>Obrigações do Tesouro</i>	221 202	225 632	10 960	6 530	-
<i>Bilhetes do Tesouro</i>	9 998 473	10 001 500	3 027	-	-
De Outros Emissores Residentes					
<i>Dívida não Subordinada</i>	407 720	385 000	-	22 720	-
<i>Dívida Subordinada</i>	4 353 500	-	-	-	4 353 500
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
<i>Dívida não Subordinada</i>	12 794 180	12 127 403	345 585	452 976	559 386
<i>Dívida Subordinada</i>	456 992	127 160	18 278	-	348 110
	28 232 067	22 866 695	377 850	482 226	5 260 996
INSTRUMENTOS DE CAPITAL					
Emitidos por Residentes					
De Outros Emissores Residentes					
<i>Ações</i>	2 440 174	656 900	-	1 247 760	535 514
Emitidos por Não Residentes					
<i>Ações</i>	-	19 336	19 336	-	-
	2 440 174	676 236	19 336	1 247 760	535 514
OUTROS					
Emitidos por Residentes					
De Outros Emissores Residentes					
<i>Outros</i>	1 883 758	2 402 585	518 827	-	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
<i>Produtos Estruturados</i>	503 706	465 812	156	38 050	-
	2 387 464	2 868 397	518 983	38 050	-
TOTAL	33 059 705	26 411 328	916 169	1 768 036	5 796 510

3.06 Aplicações em instituições de crédito

Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações		
No país		
<i>Em outras instituições de crédito</i>	16 000 000	17 000 000
<i>Em proveitos a receber</i>	4 888	4 583
	16 004 888	17 004 583
	16 004 888	17 004 583

3.07 Créditos a clientes

Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Crédito interno		
<i>Empréstimos</i>	22 358 730	27 699 222
<i>Créditos em conta corrente</i>	43 314 251	46 990 333
<i>Descobertos em depósitos à ordem</i>	182 968	299 140
Crédito ao exterior		
<i>Empréstimos</i>	118 800	132 000
<i>Créditos em conta corrente</i>	833 519	1 116 732
Crédito e juros vencidos	168 512	612 208
Rendimentos a receber	105 029	174 999
	67 081 808	77 024 634
Imparidades para crédito e juros vencidos	(968 346)	(942 303)
	66 113 462	76 082 331

Em 2016, a carteira de crédito, embora diminuindo em termos de saldo utilizado, manteve o seu posicionamento no conjunto da atividade do Banco, ao nível de novas operações em cada uma das modalidades de crédito que o Banco disponibiliza aos seus clientes. Apesar do enfoque na concessão de crédito, o volume de crédito concedido diminuiu face a 2015, uma vez que as novas operações não foram suficientes para substituir o volume que foi liquidado, entretanto. De referir que os créditos estão na sua grande maioria suportados por garantias pessoais e reais que ultrapassam significativamente os valores vincendos. Por outro lado, as imparidades estão constituídas em conformidade com o estabelecido no aviso 5/2015 do Banco de Portugal.

3.08 Investimentos Detidos Até à Maturidade

Nota 08

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Investimentos Detidos até à Maturidade	11 011.818	0
	11 011 818	0

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE
Em 31 de dezembro de 2016 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Valor Nominal	Valor Aquisição	Taxa Efetiva	Valor de Balanço Custo Amortizado
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA				
<i>Emitidos por Residentes</i>				
<i>De Outros Emissores Residentes</i>				
Dívida não Subordinada				
EGLPL 5,50 04/19	2 000 000	2 000 000	5,67%	2 021 599
<i>Emitidos por Não Residentes</i>				
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>				
Dívida não Subordinada				
BANBRA 3,75 07/18	1 600 000	1 516 000	6,10%	1 571 831
TRAFIG 5,00 04/20	1 000 000	915 000	7,47%	962 995
BNDES 3,625 01/19	2 000 000	1 910 000	5,37%	2 001 875
BANBRA 3,75 07/18	400 000	392 500	4,62%	401 405
BCOBMG 8,00 04/18	5 976 663	5 976 663	8,24%	4 052 113
TOTAL	12 976 663	12 710 163		11 011 818

3.09 Derivados de Cobertura

Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Derivados de Cobertura		
<i>Justo Valor Positivo – Cobertura Fluxos de caixa</i>	129 841	0
	129 841	0

3.10 Ativos não correntes detidos para venda

Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos tangíveis não correntes detidos para venda		
<i>Imóveis</i>	85 680	85 680
	85 680	85 680

Valor de um Imóvel adquirido em processo de recuperação de crédito.

3.11 Outros ativos tangíveis

Nota 11

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Outros ativos tangíveis		
<i>Imóveis</i>	5 092 866	522 936
<i>Equipamento</i>	5 827 119	5 377 388
<i>ativos em locação financeira</i>	368 570	368 570
<i>ativos tangíveis em curso</i>	223 953	0
	11 512 507	6 268 894
Amortizações acumuladas		

<i>Imóveis</i>	(73 135)	(42 616)
<i>Equipamento</i>	(4 735 079)	(4 414 149)
<i>Ativos em locação financeira</i>	(35 935)	(30 407)
	(4 844 149)	(4 487 172)
	6 668 358	1 781 721

3.12 Ativos intangíveis

Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Outros ativos intangíveis		
<i>Sistema tratamento automático de dados (software)</i>	2 381 689	2 334 331
<i>Outros</i>	272 187	242 529
	2 653 875	2 576 861
Amortizações acumuladas		
<i>Sistema tratamento automático de dados (software)</i>	(2 276 170)	(2 172 108)
<i>Outros</i>	(220 671)	(201 002)
	(2 496 841)	(2 373 110)
	157 034	203 750

Os movimentos e saldos em 31 de dezembro de 2016 nas rubricas de “outros ativos tangíveis” e “ativos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no mapa em Anexo intitulado “Ativos Intangíveis e Tangíveis em 31 de dezembro de 2016”. Em finais de 2016, o Banco adquiriu um conjunto de 6 imóveis, sendo que 3 deles já suportavam a atividade corrente e os restantes 3 permitirão a sua ampliação futura.

3.13 Investimento em associadas e filiais excluídas do per. de consolidação

Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Valorizadas ao custo histórico - no país.		
<i>No país</i>	25 000	25 000
	25 000	25 000

O valor expresso corresponde ao investimento na sociedade CoolLink, Lda.

3.14 Ativos por impostos correntes

Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos por impostos correntes		
<i>IRC a recuperar</i>	0	0
<i>Outros</i>	289 411	0
	289 411	0

3.15 Ativos por impostos diferidos

Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos por impostos diferidos		
Diferenças temporárias		
<i>Ativos tangíveis/Intangíveis</i>	31 171	55 933
<i>Imparidades</i>	383 060	1 220 736
	414 231	1 276 669

Esta rubrica reflete apenas o impacto em termos de diferenças temporárias de tributação de rendimento. Como indicado ao nível das políticas contabilísticas, são relevadas também as diferenças temporárias identificadas entre as amortizações aceites fiscalmente e as relevadas na contabilidade e sobre imparidades.

3.16 Outros ativos

Nota 16

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Outras disponibilidades	53	53
Créditos e juros vencidos	0	0
Devedores e outras aplicações		
<i>Sector público administrativo</i>	0	108 249
<i>Devedores diversos</i>	4 351 968	5 346 757
<i>Aplicações diversas</i>	10 100 467	4 013 383
Outros ativos	4 535 884	1 610 903
Outros juros e rendimentos similares		
De rendimento fixo emitido por residentes		
<i>De dívida pública portuguesa</i>	4 991	5 969
<i>De outros emissores públicos nacionais</i>	0	0
<i>De outros residentes</i>	52 078	39 073
Outros rendimentos a receber		
<i>Outras obrigações</i>	255 166	538 601
<i>Comissões por serviços prestados</i>	99 641	180 653
Despesas com encargos diferidos		
<i>Seguros</i>	31 170	29 352
<i>Outras despesas com encargos diferidos</i>	188 269	139 393
Valor patrimonial do fundo de pensões	3 301 366	3 247 540
Outras contas de regularização	7 096 703	618 340
	30 017 755	15 878 266
Imparidades acumuladas		
<i>Devedores e outras aplicações (*)</i>	(1 549 975)	(100 000)
	(1 549 975)	(100 000)
	28 467 780	15 778 266

(*) No seguimento de um acordo extrajudicial celebrado em finais de 2016, foi reconhecida uma imparidade no valor de 1,45M€, que engloba, por recomendação do Banco de Portugal, 500m€ sobre valores a receber até 2019 e dos quais foram recebidos 50m€ euros no início de 2017.

No seguimento do acordo extrajudicial antes referido, foi revogado o contrato de compra e venda de uma posição acionista de 10% no capital de uma instituição de crédito sediada no estrangeiro, tendo sido recebido no início de 2017 a devolução do sinal no valor de 50m€.

3.17 Recursos de bancos centrais Nota 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:		
	31/12/2016	31/12/2015
Recursos do Banco de Portugal		
<i>Outros recursos - Empréstimos</i>	0	2 010 000
Juros de recursos do Banco de Portugal		
<i>Empréstimos</i>	0	3 878
	0	2 013 878

3.18 Passivos financeiros detidos para negociação Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:		
	31/12/2016	31/12/2015
Instrumentos derivados com justo valor negativo	39 256	470 404
	39 256	470 404

(*) Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD.

3.19 Recursos de outras instituições de crédito Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:		
	31/12/2016	31/12/2015
Recurso de instituições de crédito no país		
<i>Depósitos</i>	13 102 509	19 247 272
<i>Empréstimos</i>	85 043	42 198
<i>Outros recursos</i>	1 167	0
	13 188 719	19 289 470
Recurso de instituições de crédito no estrangeiro		
<i>Depósitos</i>	403 300	387 518
<i>Empréstimos</i>	1 208 293	5 397
	1 611 593	392 916
	14 800 312	19 682 386

3.20 Recursos de clientes e outros empréstimos

Nota 20

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
<i>À ordem</i>	49 308 046	44 875 634
<i>A prazo</i>	70 757 857	76 360 245
De não residentes		
<i>À ordem</i>	16 563 076	19 689 740
<i>A prazo</i>	5 444 715	19 855 664
	142 073 694	160 781 283
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
<i>De residentes</i>	381 383	404 534
<i>De não residentes</i>	23 282	82 054
	404 665	486 589
	142 478 359	161 267 872

3.21 Provisões

Nota 21

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões para riscos gerais de crédito		
<i>Crédito por assinatura</i>	0	47 813
	0	47 813
Outras provisões		
<i>Para garantias e outros compromissos assumidos</i>	10 046	0
	10 046	0
	10 046	47 813

3.22 Passivos por impostos correntes

Nota 22

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Passivos por impostos correntes		
<i>IRC a pagar</i>	532 648	142 392
<i>Outros</i>	15 002	0
	547 650	142 392

3.23 Outros passivos

Nota 23

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	247 929	140 436
Fornecedores bens em locação financeira	35 125	91 251
Credores por operações sobre valores mobiliários	176 593	569 389
Outros credores	379 060	257 327
Futuros	4 627 533	1 211 103

Outros recursos	6 931 652	5 742 856
IVA a pagar	41 543	0
Retenções na fonte e outros valores a pagar ao Estado	366 469	440 491
Contribuições para a Segurança Social	67 235	67 642
Contribuições para outros sistemas de saúde	4 010	4 351
Cobrança por conta de terceiros	752	809
	12 877 901	8 525 656
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	3 492 230	3 380 684
Encargos a pagar		
<i>Remunerações a pagar ao pessoal</i>	455 644	467 664
<i>Outros encargos a pagar</i>	122 544	214 036
	578 188	681 700
Outras receitas com rendimento diferido	7 773	6 161
Operações a regularizar	5 406 128	712 331
	22 362 219	13 306 532

Na rubrica de “Outros Recursos”, o valor reportado refere-se aos saldos financeiros de clientes resultantes, quer de operações sobre derivados, quer dos aplicados em liquidez nos contratos de gestão de carteiras.

Em “Outras operações a regularizar” encontram-se registadas operações de venda de títulos realizadas no final do período, a aguardar liquidação no exercício seguinte.

3.24 Capital

Nota 24

O anexo da “Demonstração da variação nos capitais Próprios” apresenta uma variação positiva face a 2015 no montante de €4.027.264,30, em resultado da variação das Reservas de reavaliação das carteiras de títulos e outras reservas e do próprio resultado do exercício.

3.25 Margem financeira

Nota 25 e 26

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Juros e rendimentos similares de:		
<i>Juros de disponibilidades em bancos centrais</i>	194	640
<i>Juros de disponibilidades em outras inst. de crédito</i>	3 880	2 783
<i>Juros de aplicações em inst. de crédito</i>	130 571	617 553
<i>Juros de crédito a clientes</i>	3 588 475	3 641 653
<i>Juros de crédito vencido</i>	233 675	144 091
<i>Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros</i>	2 218 829	2 493 824

	6 175 624	6 900 543
Juros e encargos similares de:		
Recursos do Banco de Portugal	(63 060)	(12 743)
Recursos de outras instituições de crédito	(103 045)	(113 499)
Juros de credores e outros recursos		
<i>Juros de recursos de clientes</i>	(921 882)	(1 280 976)
<i>Juros de passivos de negociação</i>	(1 761)	(14 303)
<i>Outros juros e encargos similares</i>	(104 055)	(5 529)
	(1 193 803)	(1 427 050)
	4 981 821	5 473 493

3.27 Rendimentos de instrumentos de capital

Nota 27

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Emitidos por residentes		
<i>Unidades de participação</i>	95 200	125 177
	95 200	125 177

Estes Resultados resultam da distribuição de rendimentos do fundo de investimentos Imobiliário Retail Properties, correspondente a 0,015€ e a 0,018€, respetivamente, em 2016 e 2015, por unidade participação detida.

3.28 Rendimentos e encargos de e com serviços de comissões

Nota 28 e 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Rendimentos de serviços e comissões por:		
<i>Garantias e avales</i>	100 581	40 719
<i>Depósito e guarda de valores</i>	21 711	19 333
<i>Cobrança de valores</i>	69 064	111 476
<i>Administração de valores</i>	866 417	967 653
<i>Organismos de investimento coletivo</i>	198 937	140 010
<i>Outros serviços prestados</i>	348 462	2 128 615
<i>Operações realizadas por conta de terceiros</i>	2 581 117	2 423 641
<i>Outras comissões recebidas</i>	1 175 331	234 415
	5 361 619	6 065 862
Encargos com serviços e comissões por:		
<i>Depósito e guarda de valores</i>	(50 685)	(57 260)
<i>Administração de valores</i>	0	(96)
<i>Outros serviços bancários prestados por terceiros</i>	(21 461)	(27 619)
<i>Operações realizadas por terceiros</i>	(1 998 689)	(1 277 195)
<i>Outras comissões pagas</i>	0	(6 081)
	(2 070 834)	(1 368 251)
	3 290 785	4 697 611

Em termos líquidos, verificou-se uma variação homóloga global de -29,95%. Contribuíram para esta variação, uma quebra de 11,61% nos rendimentos de serviços e comissões e um crescimento de 51,35% nos encargos com serviços e comissões. Na primeira, os outros serviços prestados, por si

só, justificam esta variação em resultado da concretização de uma operação em 2015 de caráter excecional e irrepitível, embora compensada, em parte, por uma situação igualmente excecional associada a uma operação de crédito ocorrida em 2016. Nos encargos com serviços e comissões, as operações realizadas por terceiros com uma subida de 56,49% acomodaram os rendimentos por operações realizadas por conta de terceiros que se manteve ao nível de 2015.

3.29 Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor

Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos em:		
Ativos financeiros detidos para negociação		
<i>Títulos</i>	3 116 730	2 219 071
<i>Instrumentos derivados</i>	3 084 904	4 577 767
Passivos financeiros negociação (não instrum. derivados)	0	155 575
	6 201 634	6 952 413
Perdas em:		
Ativos Financeiros detidos por Negociação		
<i>Títulos</i>	(3 042 284)	(2 341 817)
<i>Instrumentos derivados</i>	(3 273 104)	(7 312 128)
Perdas passivos financ. neg. (não deriv.)	0	(6 001)
	(6 315 388)	(9 659 946)
	(113 754)	(2 707 533)

O resultado manteve-se negativo em 2016, ainda que de menor expressão face ao verificado em 2015. Essas perdas foram, no entanto, compensadas pelos resultados da reavaliação cambial e nas reservas, conforme política anteriormente apresentada.

3.30 Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda

Nota 31

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos em:		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	3 032	165 460
<i>Outros (*)</i>	2 324 472	251 541
Emitidos por não residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	904 263	3 227
<i>Instrumentos de capital</i>	22	0
<i>Outros</i>	0	33 107
	3 231 789	453 334
Perdas em:		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	(64 655)	(38 000)
<i>Instrumentos de capital</i>	0	(19)
Emitidos por não residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	(383 360)	(70 012)
	(448 015)	(108 031)
	2 783 775	345 303

(*) Segundo as normas aplicáveis, são nesta rubrica indicados os valores relativos ao desreconhecimento dos ativos financeiros normalmente por via da respetiva alienação. Tendo em consideração o prazo normalmente mais alargado em que são efetuados os investimentos para esta carteira, a alienação de títulos resulta, normalmente, do aproveitamento de oportunidades particularmente favoráveis na respetiva alienação. Assim, foi possível apurar, em 2016, um resultado positivo, decorrente da venda de 4 304 243 unidades de participação do Fundo Imobiliário Retail Properties que por si só, representou um resultado positivo de 2,3 M€.

3.31 Resultados de reavaliação cambial

Nota 32

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos em:		
Diferenças cambiais		
<i>Outros itens em moeda estrangeira - divisas</i>	1 448 852	5 774 227
Perdas em:		
Diferenças cambiais		
<i>Outros itens em moeda estrangeira - divisas</i>	(1 487 550)	(3 303 617)
	(38 697)	2 470 609

Resultados apurados em grande parte devido à variação cambial dos USD face ao EUR, moeda em que o Banco manifestou, em cada um dos exercícios, uma maior exposição, embora de menor expressão em 2016.

3.32 Resultados de alienação de outros ativos

Nota 33

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos em:		
<i>Ganhos na alienação de créditos a clientes</i>	0	386 057
<i>Ativos não financeiros</i>	10 500	15 802
<i>Outros ganhos em operações financeiras</i>	3 990	0
	14 490	401 859

3.33 Outros resultados de exploração

Nota 34

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos em:		
<i>Outros rendimentos e receitas operacionais</i>	10 420	242 044
	10 420	242 044
Perdas em:		
<i>Outros impostos</i>	(209 611)	(172 972)
<i>Quotizações e donativos</i>	(73 995)	(90 948)
<i>Contribuições para FGD</i>	(80)	(4 000)
<i>Contrib.p/ sist.de indem. aos investidores</i>	(4 000)	(2 000)
<i>Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações</i>	(2 919)	(7 122)
<i>Outros encargos e gastos operacionais</i>	(330 198)	(133 860)
	(620 804)	(410 902)
	(610 384)	(168 857)

3.34 Custos com o pessoal

Nota 35

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Remunerações		
<i>Dos órgãos de gestão e fiscalização</i>	(362 830)	(425 761)
<i>De empregados</i>	(2 456 765)	(2 363 295)
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	(691 499)	(687 580)
Outros encargos sociais obrigatórios		
<i>Fundo de pensões</i>	(73 426)	(101 247)
<i>Seguros de acidentes de trabalho</i>	(14 150)	(13 380)
Outros custos com o pessoal	(244 095)	(153 395)
	(3 842 764)	(3 744 658)

Em dezembro de 2016, o Banco contava com 84 colaboradores em Portugal, sendo que, em 2015, os 79 colaboradores incluíam dois colaboradores em Espanha, escritório que foi entretanto desativado neste exercício.

Distribuição por Categoria	31/12/2016	31/12/2015
<i>Administração</i>	4	5
<i>Direção</i>	20	16
<i>Técnicos</i>	15	16
<i>Administrativos</i>	14	14
<i>Comerciais/operacionais</i>	22	19
<i>Outros</i>	9	9
	84	79

Responsabilidades por Pensões de Reforma e Sobrevivência

O Banco Carregosa disponibiliza um Plano de Pensões aos trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2010 não estavam integrados no Sistema Nacional de Pensões, correspondentes a cerca de um terço do quadro de pessoal do Banco Carregosa.

O Plano de Pensões do Banco Carregosa é um plano de benefício definido, segue o estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário (ACT) e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal. A formação do valor das prestações depende do número de anos de serviço do trabalhador e das tabelas salariais estipuladas pelo ACTV.

Os benefícios garantidos aos participantes do Plano de Pensões do Banco Carregosa:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez presumível;
- Pensões por sobrevivência diferida;
- Pensões por sobrevivência imediata;
- Encargos pós reforma com SAMS;

Subsídio por Morte.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no setor bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afeta ao período entre a data de admissão no setor bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas, tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

Adicionalmente, o Banco tem ainda responsabilidades e encargos com a assistência médica dos seus trabalhadores. Os trabalhadores que, à data de 31 de dezembro de 2010, estavam integrados na CAFEB têm como benefício de proteção na saúde os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) dos respetivos sindicatos. Os restantes trabalhadores beneficiam de um Seguro de Saúde MULTICARE com condições aproximadas aos serviços de assistência médica dos SAMS.

As responsabilidades por Pensões de Reforma e Sobrevivência e os respetivos custos decorrentes do Plano de Pensões do Banco foram elaborados através de uma avaliação atuarial realizada por um atuário da firma CFPO Consulting – Soluções atuariais e Financeiras, Lda., sendo a entidade gestora a BANIF PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O Plano de Pensões do Banco é um plano de benefício definido e segue o estabelecido no *ACTV - Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do Setor Bancário*. A 31 de dezembro de 2016, o Plano de Pensões do Banco Carregosa contava com 16 ativos, 47 com direitos adquiridos e cinco pensionistas.

Do Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de janeiro resultaram alterações na metodologia de cálculo de responsabilidades dos fundos de pensões. A partir da data de transição dos trabalhadores bancários inscritos na CAFEB para o Regime Geral da Segurança Social a 31 de dezembro de 2010, o fundo deixa de ser responsável pela totalidade da pensão ACT sendo que, a partir dessa data, considera-se apenas a pensão complementar que resulta da diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

De acordo com o método utilizado nesta avaliação, o Valor Atual das Responsabilidades com os Serviços Passados em 31 de dezembro de 2016 corresponde a €3.492.229,86, sendo que, deste montante, €741.385,16 correspondem ao Valor Atual das Pensões em Pagamento. O valor do fundo à mesma data é de €3.301.365,58, o que significa uma cobertura de financiamento global de 94,53%.

Estando o financiamento do plano de pensões sujeito, em termos de financiamento mínimo, ao estabelecido pelo Banco de Portugal, ou seja, o financiamento integral das responsabilidades com pensões em pagamento e de direitos adquiridos em 95% as responsabilidades por serviços passados da população ativa, verifica-se que a mesmo dá cumprimento integral ao estabelecido, uma vez que em fevereiro de 2016, o Banco efetuou uma contribuição extraordinária no valor de €96.509,55 de modo a cobrir o mínimo exigido para o cenário de financiamento.

Face ao nível de financiamento observado em 2015, foram efetuadas contribuições em 2016.

A contribuição recomendada para 2017 é de **€70.090,26** que representa 19,48% da massa salarial coberta pelo fundo prevista para 2016. O respetivo relatório encontra-se disponível na Sede da Instituição, para consulta.

3.35 Gastos gerais administrativos

Nota 36

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Com fornecimentos:		
<i>Água, energia e combustíveis</i>	(182 335)	(198 789)
<i>Material de consumo corrente</i>	(4 610)	(5 655)
<i>Publicações</i>	(6 934)	(7 480)
<i>Material de higiene e limpeza</i>	(13 023)	(11 421)
<i>Outros fornecimentos de terceiros</i>	(135 572)	(194 165)
	(342 474)	(417 511)
Com Serviços:		
<i>Rendas e alugueres (*)</i>	(267 688)	(314 984)
<i>Comunicações</i>	(253 062)	(277 472)
<i>Deslocações, estadas e representação</i>	(272 321)	(310 553)
<i>Publicidade e edição de publicações</i>	(506 166)	(510 827)
<i>Conservação e reparação</i>	(131 897)	(140 235)
<i>Seguros</i>	(50 107)	(46 591)
<i>Serviços especializados</i>		
<i>Avenças e honorários</i>	(63 412)	(460 240)
<i>Judiciais, contencioso e notariado</i>	(5 076)	(18 082)
<i>Informática</i>	(932 345)	(784 756)
<i>Segurança e vigilância</i>	(17 489)	(17 327)
<i>Limpeza</i>	(608)	(648)
<i>Informações</i>	(473 427)	(449 144)
<i>Bancos de dados</i>	(50 135)	(52 012)
<i>Outros serviços especializados</i>		
<i>Estudos e consultas</i>	(2 676)	(848)
<i>Consultores e auditores externos</i>	(500 547)	(600 526)
Outros serviços de terceiros		
<i>Assessoria, comunicação e imagem</i>	(59 976)	(42 087)
<i>Banco de Portugal - serviço Bpnet</i>	(2 899)	(2 898)
<i>Serviços de condomínio</i>	(6 900)	(7 060)
<i>Trabalho temporário</i>	(10 004)	0
<i>Outros</i>	(19 572)	(9 904)
	(3 626 308)	(4 046 192)
	(3 968 782)	(4 463 702)

(*) Impacto no último trimestre de 2016, resultante da aquisição dos edifícios para uso próprio.

Consultores e Auditores externos

Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários com a SROC, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisor Oficial de Contas

<i>Revisão Legal de Contas</i>	60 200
<i>Serviços de Garantia e Fiabilidade</i>	7 950
	68 150

3.33 Depreciações e Amortizações

Nota 37

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

31/12/2016	31/12/2015
------------	------------

Ativos tangíveis		
<i>De imóveis</i>	(30 519)	(8 188)
<i>De equipamento</i>	(397 179)	(394 011)
<i>De ativos em locação financeira</i>	(5 529)	(5 529)
	(433 227)	(407 727)
Ativos intangíveis	(123 730)	(165 430)
	(556 957)	(573 157)

Conforme referido na Nota 9, os movimentos e saldos das rubricas de “outros ativos tangíveis” e “ativos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade, são apresentados no Anexo IV.

3.37 Provisões líquidas de anulações

Nota 38

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos em:		
<i>Provisões para riscos gerais de crédito</i>	0	122 190
<i>Provisões para garantias e compromissos assumidos</i>	90 515	0
Perdas em:		
<i>Provisões para riscos gerais de crédito</i>	0	(18 948)
<i>Provisões para garantias e compromissos assumidos</i>	(52 748)	0
	37 767	103 242

3.38 Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações

Nota 39

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
<i>Crédito regular</i>	(36 769)	(268 911)
<i>Crédito vencido (inclui outros devedores)</i>	(1 439 248)	(50 376)
	(1 476 017)	(319 287)

3.39 Imparidade de outros ativos finan. líq. de reversão e recuperação

Nota 40

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Activos financeiros disponíveis para venda		
<i>Instrumentos de dívida</i>	(1 073 379)	(345 128)
<i>instrumentos de capital</i>	0	(114 000)
	(1 073 379)	(459 128)

Imparidades

2016		2015	
título	Valor	Valor	Título
<i>Instrumentos de Dívida</i>		<i>Instrumentos de Dívida</i>	
BESPL 7,25 11/23	210 700	345 128	Grupo Bes
ESFG 6,875	1 235		
OGXPBZ 8,50 06/15	318 594		
OI 5,75 02/22	601 521	114 000	<i>Instrumentos Capital</i>
OIBRBZ 5,75 02/22 (Reversão)	-58 671		Pagaqui
	1 073 379	459 128	

3.40 Imparidade de outros act. líquida de reversões e recuperações

Nota 41

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Invest. em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	0	81 835
	0	81 835

3.41 Impostos

Nota 42

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Correntes	(232 426)	(281 719)
Diferidos	358 298	0
	125 872	(281 719)

Impacto dos registos no quadro e nota seguinte:

Impostos Correntes

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efetiva nos exercícios de 2016 e 2015, podem ser explicada como a seguir se demonstra:

	2016	2015
1 Resultados antes de Impostos	-476 897	1 099 136
2 Taxa legal de Imposto (IRC+Derrama)	0,00%	22,50%
3 Carga Fiscal Normal (1x2)	0	247 306
4 Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis	1 782 988	744 112
5 Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis	-2 532 774	-1 309 693
6 Variações patrimoniais	5 766 355	-5 568 384
7 Lucro tributável/Prejuízo para efeitos fiscais (1+4+5+6)	4 539 672	-5 034 829
8 Prejuízo fiscal reportável	-7 055 607	-2 505 624
9 Imposto (Colecta + Derrama)	445 285	0
10 Tributações autónomas	114 256	142 552
11 Imposto total (9+10)	559 541	142 552
12 Taxa efectiva (11/1)	-117,33%	12,97%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 63º do Código do IRC, a Autoridade Tributária e Aduaneira poderá efetuar as correções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações. No entanto, a Administração entende que as eventuais correções resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Impostos Diferidos

Os impostos diferidos registados em 2016 no valor de €358.298 resultam do impacto das diferenças temporárias de tributação de rendimento quer para ativos tangíveis e intangíveis, quer sobre imparidades.

3.39 Contas Extrapatrimoniais

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2016	31/12/2015
Compromissos perante Terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
<i>Responsabilidades potenciais para com o SII</i>	358 569	337 401
Compromissos revogáveis		
<i>Linhas de crédito</i>	14 485 425	13 574 988
<i>Facilidades de descoberto em conta</i>	17 032	860
	14 861 026	13 913 249
Responsabilidade por prestações de serviços:		
<i>De Depósito e guarda de valores</i>	399 045 419	401 343 248
<i>Valores administrativos pela Instituição</i>	124 243 186	115 230 551
	523 288 605	516 573 798
Serviços prestados por Terceiros:		
<i>Por depósito e guarda de valores</i>	316 188 895	303 307 036
	316 188 895	303 307 036
Operações cambiais e instrumentos derivados:		
<i>Operações cambiais a prazo - negociação</i>	0	250 000
<i>Futuros e opções a prazo - negociação</i>	11 300 044	24 966 927
<i>Opções - negociação</i>	140 077	172 642
	11 440 121	25 389 569
Garantias prestadas e outros serviços eventuais:		
<i>Garantias pessoais</i>	11 090 313	6 316 152
<i>Garantias reais</i>	10 180 000	180 000
	21 270 313	6 496 152
Garantias recebidas:		
<i>Garantias pessoais</i>	64 356 150	63 700 534
<i>Garantias reais</i>	178 964 929	180 781 226
	243 321 079	244 481 759
Outras rubricas extrapatrimoniais:		
<i>Créditos abatidos ao ativo</i>	1 340 261	1 340 261
<i>Juros vencidos</i>	43 649	21 421
<i>Contas diversas</i>	(1 131 753 949)	(1 111 523 246)
	(1 130 370 038)	(1 110 161 564)

3.42 Passivos contingentes originados pelo Fundo de Resolução

Nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 24/2013 que estabelece o funcionamento do Fundo de resolução (adiante designado por FR), o Banco procedeu, desde 2013, à contribuição inicial e contribuições obrigatórias anuais, conforme expresso no nº 3 e 4º do referido diploma.

Em 2015, o Banco de Portugal através de uma carta-circular esclareceu que a contribuição periódica para o FR, deveria ser assumida como custo no ano em que é liquidada, nomeadamente, em finais de abril de cada ano.

Entretanto, o FR, através de um comunicado emitido em novembro de 2015, esclareceu que não é previsível que o FR venha a propor uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se desta forma remota, refere o comunicado.

Na sequência do parágrafo anterior e conforme comunicado de dezembro 2015, o Banco de Portugal deliberou a transferência para a esfera da responsabilidade do FR de eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução do Banco Espírito Santo SA, de que resultam responsabilidades e contingências. De acordo com a informação pública disponível, o volume de litigância disponível é elevando, não estando devidamente esclarecido qual o montante que o FR possa vir a incorrer em perdas nestas litigâncias ou eventuais perdas decorrentes da alienação do Novo Banco.

Situação similar foi igualmente esclarecida pelo Banco de Portugal em 19 e 20 de dezembro de 2015 relativamente ao BANIF.

Nesta conformidade, à data de 31 de dezembro de 2016, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor de possíveis perdas associadas ao processo de venda do Novo Banco, das litigâncias relativas ao Banco Espírito Santo e eventuais perdas na resolução do BANIF. Perante as medidas anunciadas em setembro de 2016, não é expectável que venham a ser exigidas ao Banco, contribuições especiais ou extraordinárias para financiar estas medidas de resolução.

Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco é controlado pelos seguintes acionistas com participação superior a 2%:

31/12/2016

Composição Acionista:

	Nº ações	%	Direitos voto
Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva	58.649.733	29,32	58.649
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	37.768.937	18,88	37.768
Amorim Projetos, SGPS, SA	15.880.743	7,94	15.880
António José Paixão Pinto Marante	10.000.000	5,00	10.000
Grupo Norwich, SA	9.999.990	4,99	9.999
Mauricio Zlatkin	9.999.000	4,99	9.999
SOPHIA CAPITAL-Fundo Capital Risco	8.510.000	4,26	8.510
Imocarregosa-Gestão e Comercialização Imobiliária, S.A.	7.068.342	3,53	7.068
Ruasgest, SGPS, SA	4.764.223	2,38	4.764

31/12/2015

Composição Acionista:

	Nº ações	%	Direitos voto
Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva	58.649.733	29,32	58.649
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	37.768.937	18,88	37.768
Amorim projetos, SGPS, SA	15.880.743	7,94	15.880
António José Paixão Pinto Marante	10.000.000	5,00	10.000
Groupe Norwich S.A.	9.999.990	4,99	9.999
Mauricio Zlatkin	9.999.000	4,99	9.999
Sophia Capital - Fundo de Capital de Risco	8.510.000	4,26	8.510
Imocarregosa-Gestão e Comercialização Imobiliária, S.A.	7.068.342	3,53	7.068
Ruasgest, SGPS, SA	4.764.223	2,38	4.764

Transações e Saldos entre partes relacionadas

No final do exercício 2016, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	Ativo		Passivo	
	Devedores Diversos	Recursos de clientes		Outros Fornecedores
		À Ordem	A prazo	
Participadas				
CoolLink, Lda	615	3	0	52.064
	615	3	0	52.064

Transações e Saldos entre partes relacionadas

No final do exercício 2015, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	Ativo		Passivo	
	Devedores Diversos	Recursos de clientes		Outros Fornecedores
		À Ordem	A prazo	
Participadas				
CoolLink, Lda	308	2	0	66.909
	<u>308</u>	<u>2</u>	<u>0</u>	<u>66.909</u>

Transações e Saldos entre partes relacionadas

Durante o exercício de 2016, o Banco efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	Juros depósitos a prazo	Comissões recebidas	Rendimentos Inst. Capital	Prestação serviços	Serviços obtidos
Participadas					
CoolLink, Lda	0	0	0	3.575	643.763
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>3.575</u>	<u>643.763</u>

Transações e Saldos entre partes relacionadas

Durante o exercício de 2015, o Banco efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	Juros depósitos a prazo	Comissões recebidas	Rendimentos Inst. Capital	Prestação serviços	Serviços obtidos
Participadas					
CoolLink, Lda				3.000	588.054
				<u>3.000</u>	<u>588.054</u>

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**



ANEXOS – INFORMAÇÃO PRUDENCIAL

I - Informação Sobre Ativos Onerados e Não Onerados

Anexo a que se refere a instrução nº 28/2014 do Banco de Portugal

Modelo A - Ativos

		Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Valor contabilístico dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
		010	040	060	090
010	Ativos	25.000.938		189.795.099	
030	Instrumentos de capital próprio	-	-	4.245.927	4.245.927
040	Títulos de dívida	10.193,160	10.193.160	30.340.206	30.766.941
120	Outros ativos	-		16.018.358	

Modelo B - Colateral recebido

		Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos	Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis
		010	040
130	Colateral recebido	-	-
150	Instrumentos de capital próprio	-	-
160	Títulos de dívida	-	-
230	Outro colateral recebido	-	-
240	Títulos de dívida próprios emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS	-	-

Modelo C - Ativos onerados, colateral recebido onerado e passivos associados

		Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS oneradas
		010	030
010	Quantia escriturada dos passivos financeiros selecionados	39.256	260.840

Carta Circular 2/14/DSPDR do Banco de Portugal

Mensuração da imparidade da carteira de crédito

1. Política de Gestão de Risco de Crédito

1.1. Gestão de Risco de Crédito

O risco de crédito é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição. O risco de crédito existe, principalmente, nas exposições de crédito (incluindo o titulado), linhas de crédito, garantias, derivados e depósitos do Banco junto de outras instituições de crédito. Utilizam-se várias técnicas de redução deste risco, nomeadamente a exigência de garantias sólidas e líquidas, o recurso a acordos de compensação contratual e o processo de apuramento e registo de imparidades.

Em cumprimento dos requisitos legais e regulatórios, e tendo como princípio a adoção das melhores práticas na gestão de risco de crédito, o Banco Carregosa implementou um fluxo processual para as diversas fases da atividade de crédito:

1.1.1. Concessão de Crédito

O processo de concessão de crédito corresponde à fase inicial relativa à análise sobre o perfil de risco do cliente e da operação.

Através da solicitação expressa do cliente é possível obter a documentação necessária para a elaboração da análise de risco. Antes da informação ser remetida ao Departamento de risco, a sua viabilidade já foi aferida pelo Administrador do Pelouro juntamente com o Comercial.

No segmento *particulares*, a apreciação de risco de crédito é suportada por um modelo interno de avaliação de risco (modelo de *rating*) que tem por base elementos qualitativos e quantitativos.

No segmento *corporate*, a notação de risco de crédito é obtida diretamente da *Ignios*, permitindo estabelecer o nível de risco da contraparte.

Cumulativamente, são incorporadas nesta análise, a capacidade de gestão do cliente, o valor do seu património, as garantias de crédito, o enquadramento setorial e a integração da operação/cliente no *portfolio* de crédito (apuramento do risco de concentração).

Por conseguinte, é possível calcular o impacto da operação sobre as imparidades, fundos próprios e seus requisitos e grandes riscos.

1.1.2. Acompanhamento da Carteira de Crédito

O processo de acompanhamento da carteira de crédito é fundamental para antecipar situações de pré-incumprimento. Esta fase permite:

- ▮ a identificação de fatores que comprovam a degradação da capacidade de solvência do cliente;
- ▮ a definição de soluções de renegociação da dívida.

1.1.3. Recuperação de Crédito

Identificadas situações de créditos em incumprimento, são tomadas medidas para a recuperação dos mesmos. No caso de crédito a particulares é acionado, no âmbito dos regimes especiais, o PARI/PERSI, de acordo com o Decreto-Lei nº 227/2012.

1.1.4. Gestão do Risco de Concentração

A gestão do risco de concentração é assegurada pelo Departamento de risco que procede à identificação, mensuração e controlo das exposições da carteira de crédito.

Todas as operações são analisadas pelo Comité de Crédito que emite uma recomendação relativamente à operação. Seguidamente, a mesma é analisada pela Comissão Executiva, que se suporta na recomendação do Comité de Crédito.

2. Política de *Write-Off* de Créditos (abate ao ativo)

Quando reunidas as condições de *write-off*, a operação é levada a Comité de Crédito, propondo-se a aplicação do *write-off*. Não existindo consequências fiscais, os créditos de cobrança duvidosa em mora há mais de 24 meses e sobre os quais foi reconhecida (e aceite fiscalmente) uma perda por imparidade de valor igual ao do crédito devem ser removidos do balanço.

3. Política de reversão de imparidade

Verifica-se a reversão da imparidade sempre que haja:

- ▮ Melhoria significativa da capacidade de pagamento do cliente, impactando positivamente no *rating* do cliente;
- ▮ Reforço de garantias reais.

Mediante estas condições, é calculada uma nova imparidade que reverte diretamente sobre a perda anterior.

4. Descrição de medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos

A reestruturação de um crédito verifica-se sempre que haja modificações aos termos e condições do contrato, devendo para o efeito apor a menção de “crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente” conforme a Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal (BdP).

Os créditos devem ser marcados, no sistema informático do Banco, como “reestruturado por dificuldades financeiras do cliente”.

As soluções de recuperação são aplicadas tendo presente a realidade do cliente, agindo no melhor interesse do Banco Carregosa.

5. Descrição do processo de avaliação e gestão de colaterais

5.1. Garantias Hipotecárias

5.1.1. Avaliação

As garantias hipotecárias são avaliadas por um perito avaliador inscrito na CMVM, responsável por elaborar um relatório sobre o bem imóvel. Esta avaliação contém as cópias das plantas, a caderneta predial e a descrição da conservatória, quando disponibilizadas.

5.1.2. Reavaliação e Revisão

As garantias hipotecárias são reavaliadas por um perito avaliador com a periodicidade de 2 anos, salvo situações em que se afigure necessária a reavaliação com maior regularidade.

5.2. Outras Garantias

- ▮ Títulos cotados são avaliados ao preço de mercado à data de referência do exercício;
- ▮ Títulos não cotados são avaliados pela Área de Negócio, com periodicidade de um ano, com base nas últimas contas auditadas, sempre que a área reúna as condições necessárias, de acordo com as especificidades do ativo;
- ▮ Excepcionalmente, perante situações particulares, o Banco pode recorrer a avaliadores adequados à natureza do colateral;
- ▮ Garantias sem avaliação ou em que há potenciais incapacidades de ativação são consideradas por um valor igual a zero.

6. Natureza dos princípios, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

O cálculo das imparidades resulta da soma das imparidades determinadas para cada operação de crédito:

- ▮ As operações de crédito sujeitas a imparidades analisadas individualmente são avaliadas pelo seu valor presente, somando a exposição atual aos fluxos de caixa previsíveis, atualizados à taxa de juro do contrato;
- ▮ As restantes operações de crédito e as que segundo o primeiro método devolveram uma imparidade nula são sujeitas a imparidades analisadas coletivamente.

7. Descrição de metodologias de cálculo de imparidade, incluindo forma como os portfólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos

O Modelo de Imparidade do Crédito enquadra cada operação de acordo com a finalidade do crédito (tipo de instrumento), tipologia dos colaterais e setor de atividade.

8. Indicação de indícios de imparidade por segmentos de crédito

8.1. Créditos com indícios de imparidade:

- ▮ Crédito vencido com atraso inferior a 90 dias;
- ▮ Reestruturação por dificuldades financeiras;

- ▮ Indicadores do BdP;
- ▮ Pedidos de Insolvência ou PER.

8.2. Créditos objeto de imparidade:

- ▮ Crédito em incumprimento (atraso superior a 90 dias) junto do Banco;
- ▮ Crédito vencido, abatido ao ativo ou em contencioso junto do sistema financeiro;
- ▮ Outras evidências de dificuldades financeiras;
- ▮ Insolvência declarada.

9. Indicação dos limiares definidos para análise individual

9.1. Cálculo de Imparidade Individual

São sujeitas à análise individual as operações de crédito:

- ▮ De um grupo de clientes cuja exposição atual seja superior a 5% dos fundos próprios;
- ▮ De um grupo de clientes cujo crédito em incumprimento ultrapassa €50.000.

10. Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como incumprimento

Os clientes em situação de incumprimento são analisados pelo Comité de Crédito, aplicando-se a solução mais adequada aos interesses do cliente, tendo em conta a sua capacidade financeira.

11. Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos cash flows futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e coletivamente

11.1. Cálculo de Imparidade Individual

Para o cálculo de imparidade individual considera-se:

- ▮ A exposição;
- ▮ Fluxos de caixa estimados do negócio ou outros do cliente;
- ▮ Fluxos de caixa de projetos imobiliários;
- ▮ Fluxos de caixa previstos pela execução/dação das garantias reais;
- ▮ Fluxos de caixa estimados do acionamento de garantias pessoais;
- ▮ Fluxos de caixa produzidos pela execução de ativos financeiros do devedor junto do Banco para regularização de descobertos autorizados pontuais e até ao limite de 30 dias e crédito em situação irregular, originado por crédito contratualizado, ou não.

Na determinação de fluxos de caixa futuros produzidos pelas garantias aplicam-se *haircuts*, conforme a Carta Circular nº 2/14/DSPDR do BdP, e excluem-se os eventuais custos de venda forçada. Quando o Banco entende que o valor de mercado ajustado não espelha com a devida segurança o valor realizável do ativo, aplicam-se *haircuts* adicionais. Para este efeito usam-se como orientação os *haircuts* aplicados anteriormente:

- ▮ Ajustamentos de volatilidade regulamentar ao abrigo do método integral das cauções financeiras do Reg. UE nº 575/2013, para títulos elegíveis;
- ▮ 30% para outros títulos;
- ▮ 35% para outros penhores.

Este valor é atualizado à taxa de juro do contrato, acrescido de eventuais custos de manutenção do ativo subjacente.

11.2. Cálculo de Imparidade Coletiva

Quando o cálculo de imparidades individual é nulo, segue o cálculo coletivo. Para o segmento *corporate*, utilizam-se as notações de risco fornecidas pela *Ignios*, entre 1 e 10, com probabilidades de incumprimento associadas, com um período emergente de um ano. Ao nível 1 corresponde a mais alta probabilidade de *default* (PD), de 25%, e ao 10 o mais baixo, de 0%. A estes níveis, o Banco acrescentou um nível 0, com uma PD de 100%, para crédito em incumprimento.

Para o segmento *particulares* existe um modelo desenvolvido internamente, baseado no conhecimento do cliente e sua solvência, bem como na maturidade da operação. Por prudência, os resultados produzidos por este modelo encontram-se limitados superiormente pelo nível 7 (PD de 0,4%).

12. Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação

O período de emergência corresponde ao tempo decorrido entre a ocorrência e a observação do evento de perda, o qual pode ser dividido em 2 momentos:

- ▮ Primeiro período de surgimento da informação;
- ▮ Segundo período, posterior, de captura de indicadores que comprovam evidências objetivas de imparidade.

O Banco Carregosa serve-se de indicadores que evidenciam uma potencial perda por imparidade, permitindo, antecipar, de forma célere, eventuais degradações da capacidade de solvência dos seus clientes.

Anexo V Carta Circular 2/14/DSPDR do BdP

Templates de divulgação de Informação

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída

a.1)

Segmento	Exposição a 31.12.2016					Imparidade a 31.12.2016			
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Construção & CRE	36.069.313	36.069.313		3.830.000	4.610		188.987	182.713	6.275
Corporate	13.969.694	13.969.694		1.500.000	32.277		330.681	307.628	23.053
Garantias	6.681.181	6.681.181		-	-		10.046	10.046	-
Individuais	12.905.026	12.905.026		6.722.648	7.683		312.884	305.201	7.683
N/Contratualizado	-	-		-	133.189		131.668	-	131.668
Valores mobiliários	3.864.234	3.864.234		-	-		4.097	3.934	163
Total	73.489.448	73.489.448		12.052.648	177.758	-	978.363	809.522	168.842

a.2)

Segmento	Da Exposição Total a 31.12.2016					
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		
	Exposição Total 31.12.2016	Dias de atraso < 30		Sub-total	Dias de atraso > 90 dias	
	Sem indícios	Com indícios		Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias	
Construção & CRE	36.069.313	10.600.000	3.830.000	14.430.000	49.855	4.610
Corporate	13.969.694	800.000	1.500.000	2.300.000	1.396	32.277
Garantias	6.681.181	-	-	-	-	-
Individuais	12.905.026	-	6.722.648	6.722.648	-	7.683
N/Contratualizado	-	-	-	-	4.993	133.189
Valores mobiliários	3.864.234	2.000.000	-	2.000.000	1.631	-
Total	73.489.448	13.400.000	12.052.648	25.452.648	57.875	177.758

a.2)

Da Imparidade Total a 31.12.2016

Segmento	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
	Imparidade Total	Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90
Construção & CRE	188.987	184.378	-	1.665	2.945
Corporate	330.681	307.677	-	49	22.956
Garantias	10.046	10.046	-	-	0
Individuais	312.884	305.201	-	-	7.683
N/Contratualizado	131.668	-	-	467	131.200
Valores mobiliários	4.097	2.334	-	163	1.600
Total	978.363	809.636	-	2.344	166.384

* Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Ano de produção	Corporate			Construção e CRE		
	Nº de Operações	Montante	Imparidade constituida	Nº de Operações	Montante	Imparidade constituida
2004 e anteriores						
2005						
2006						
2007						
2008						
2009						
2010						
2011				1	280 000	5 653
2012						
2013	2	1 500 000	85 281	2	2 100 000	8 937
2014	2	1 480 017	9 662	5	4 709 420	48 274
2015	8	4 675 996	206 975	5	6 714 937	24 364
2016	7	6 313 681	28 764	11	22 264 956	101 759
Total	19	13 969 694	330 681	24	36 069 313	188 987

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, setor e geografia

c.1) Por segmento:

31.12.2016	Construção & CRE		Corporate		Garantias	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual	28.798.580	79.970	6.792.588	116.982	4.034.857	3.051
Coletiva	7.270.733	109.018	7.177.106	213.699	2.646.324	6.996
Total	36.069.313	188.987	13.969.694	330.681	6.681.181	10.046

31.12.2016	Individuais		N/Contratualizado		Valores Mobiliários		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual	10.916.229	276.554	-	84.683	3.747.195	3.161	54.289.450	564.400
Coletiva	1.988.797	36.330	-	46.984	117.039	936	19.199.999	413.963
Total	12.905.026	312.884	-	131.668	3.864.234	4.097	73.489.448	978.363

c.2) Por setor de atividade:

	Actividades imobiliárias		Particulares		Actividades de serviços financeiros, excepto seguros e fundos de pensões		Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
31.12.2016								
Avaliação Individual	24.709.749	65.951	14.663.424	364.398	4.100.000	103.519	3.985.840	2.989
Coletiva	6.025.113	100.150	4.598.508	87.875	1.093.271	9.344	155.777	125
Total	30.734.862	166.102	19.261.933	452.273	5.193.271	112.863	4.141.617	3.114

	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos		Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios		Actividades de saúde humana		Alojamento	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
31.12.2016								
Avaliação Individual	2.692.588	13.463	2.237.848	11.189			1.900.000	2.890
Coletiva	750.000	6.000	191.392	2.003	2.185.837	12.014	280.000	5.653
Total	3.442.588	19.463	2.429.241	13.192	2.185.837	12.014	2.180.000	8.544

	Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos		Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas		Fabricação de equipamento eléctrico		Actividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
31.12.2016								
Avaliação Individual								
Coletiva	1.000.000	5.000	875.000	4.375	812.500	122	634.383	152.105
Total	1.000.000	5.000	875.000	4.375	812.500	122	634.383	152.105

31.12.2016	Educação		Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas		Actividades especializadas de construção		Consultoria e programação informática e actividades relacionadas		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual									54.289.450	564.400
Coletiva	380.017	950	203.000	5.052	15.201	190	-	23.005	19.199.999	413.963
Total	380.017	950	203.000	5.052	15.201	190	-	23.005	73.489.448	978.363

c.3) Por geografia:

31.12.2016	Portugal		Espanha		S. Tomé e Príncipe	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual	54.289.450	564.400				
Coletiva	18.247.680	227.389	634.383	152.105	199.135	159
Total	72.537.130	791.789	634.383	152.105	199.135	159

31.12.2016	Brasil		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual			54.289.450	564.400
Coletiva	118.800	34.310	19.199.999	413.963
Total	118.800	34.310	73.489.448	978.363

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada

Medida	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Nº de operações	Exposição	Imparidade	Nº de operações	Exposição	Imparidade	Nº de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	6	12.052.648	317.551				6	12.052.648	317.551
Período de carência									
Redução da taxa									

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de créditos reestruturado:

	31.12.2016
Saldo inicial na carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	12.052.648
Créditos reestruturados no período	-
Juros corridos na carteira reestruturada	-
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	-
Outros	-
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	12.052.648

f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos Corporate, Construção e CRE e Habitação

Construção & CRE

Justo valor	Imóveis		Outros Colaterais Reais*	
	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5M€	25	7.609.000	10	613.072
>=0,5M€ e <1M€	15	10.756.500	3	2.531.021
>= 1M€ e <5M€	7	16.608.000	1	4.312.092
>=5M e <10M€	4	26.868.000	1	6.401.250
>=10M e <20M€			1	10.576.250
>=20M e <50M€				
>=50M				
Total	51	61.841.500	16	24.433.684

*Exemplo: Ações, obrigações, depósitos, bens materiais

Corporate

Justo valor	Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5M€	24	1.620.000	14	1.006.997
>=0,5M€ e <1M€	12	7.591.000	1	525.000
>= 1M€ e <5M€	6	13.181.700	2	4.882.075
>=5M e <10M€				
>=10M e <20M€				
>=20M e <50M€				
>=50M				
Total	42	22.392.700	17	6.414.072

g) Rácio LTV dos segmentos

Segmento/Rácio	Nº de Imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Individuais				
Sem colateral associado			7 683	7 683
<60%		7 858 972		111 268
>=60% e <80%		2 112 025		136 839
>=80% e <100%		438 092		5 755
>=100%		2 495 936		51 338
Valores Mobiliários				
Sem colateral associado				
<60%		3 768 290		3 330
>=60% e <80%		95 944		768
>=80% e <100%				
>=100%				
Construção & CRE				
Sem colateral associado		118 800	4 610	34 310
<60%		20 919 166		87 104
>=60% e <80%		14 865 728		66 859
>=80% e <100%				
>=100%		165 620		714
Corporate				
Sem colateral associado		200 000	23 005	28 053
<60%		6 099 474		28 990
>=60% e <80%		3 185 837	9 272	106 021
>=80% e <100%		3 100 000		9 512
>=100%		1 384 383		158 105
N/Contratualizado				
Sem colateral associado			133 189	131 668
<60%				
>=60% e <80%				
>=80% e <100%				
>=100%				
Garantias				
Sem colateral associado		29 013		116
<60%		25 773		1 289
>=60% e <80%				
>=80% e <100%				
>=100%		6 626 395		8 642
Total		73 489 448	177 758	978 363

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo e antiguidade

31.12.2016				
Ativo	Nº de Imóveis	Justo valor ativo	Valor contabilístico	
Terreno				
Urbano	1	112 000	85 000	
	1	112 000	85 000	

i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos

Segmento	Grau Baixo			Grau Médio		
	9	8	7	6	5	4
Construção & CRE				1.165.620	24.786.069	2.955.000
Corporate		1.562.500	2.000.000	2.249.520	1.300.000	5.172.604
Garantias				63.691	6.360.183	25.773
Individuais			2.337.150	995.731	2.980.442	182.968
N/Contratualizado						
Valores mobiliários				3.864.234		
Total	-	1.562.500	4.337.150	8.338.796	35.426.694	8.336.345

Segmento	Grau Elevado			Total
	3	2	1	
Construção & CRE	3.031.490	2.126.591	2.004.543	36.069.313
Corporate	1.000.000		685.069	13.969.694
Garantias		75.000	156.535	6.681.181
Individuais			6.408.734	12.905.026
N/Contratualizado			-	-
Valores mobiliários				3.864.234
Total	4.031.490	2.201.591	9.254.882	73.489.448

j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento

Segmentos	Imparidade			
	PD (%)			
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30-90 dias	LGD (%)
Construção & CRE	19%		0%	0%
Corporate	31%		0%	2%
Garantias	1%		0%	0%
Individuais	31%		0%	1%
N/Contratualizado	0%		0%	13%
Valores mobiliários	0%		0%	0%

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

Porto, 28 de Abril de 2017

O Contabilista Certificado

Eugénia Santos

O Conselho de Administração

Presidente: Maria Cândida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas
Gonçalves

António José Paixão Pinto Marante

João Pedro Portugal da Cunha

Francisco Miguel Melhorado de Oliveira
Fernandes

Paulo Martins de Sena Esteves

Paulo Armando Morais Mendes

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco L. J. Carregosa, S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 215.015.278 euros e um total de capital próprio de 34.698.289 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 357.218 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Banco L. J. Carregosa, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
--	--

Imparidade de crédito a clientes (Notas 1.9, 1.11 e 7)

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da rubrica "Crédito a clientes" ascende a 66.113.462€, líquido	Analisamos as atividades de controlo relevantes implementadas pelo Banco ao
--	---

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<i>Imparidade de crédito a clientes (Notas 1.9, 1.11 e 7)</i>	
<p>de perdas acumuladas por imparidade de crédito registadas pelo Banco ("perdas por imparidade") no montante de 968.346€. Encontram-se ainda registadas provisões para garantias e outros compromissos assumidos pelo Banco no montante de 10.046€.</p> <p>As perdas por imparidade representam a melhor estimativa do órgão de gestão do Banco das perdas incorridas na sua carteira de crédito na data referência das demonstrações financeiras consolidadas. Face às características da carteira de crédito do Banco, uma parte muito significativa dos clientes é objeto de análise individual de imparidade.</p> <p>O cálculo das imparidades resulta da soma das imparidades determinadas para cada operação de crédito:</p> <ul style="list-style-type: none">a) As operações de crédito sujeitas a imparidades analisadas individualmente são avaliadas pelo seu valor presente, somando a exposição atual aos fluxos de caixa previsíveis, atualizados à taxa de juro do contrato.b) As restantes operações de crédito e as que segundo o primeiro método devolveram uma imparidade nula são sujeitas a imparidades analisadas coletivamente. <p>São sujeitas à análise de imparidades individual as operações de crédito:</p> <ul style="list-style-type: none">a) De um grupo cuja exposição atual seja superior a 5% dos fundos próprios.b) De um grupo de clientes cujo crédito em incumprimento ultrapassa 50.000€. <p>A determinação das perdas por imparidade através de análise individual tem inerente um nível de</p>	<p>nível do processo de quantificação de perdas por imparidade para a sua carteira de crédito.</p> <p>Para uma amostra de clientes significativamente representativa da carteira de crédito, analisamos a razoabilidade da estimativa de perdas por imparidade registada nas demonstrações financeiras consolidadas com base na revisão dos julgamentos do Banco sobre a situação económica e financeira dos clientes, das perspetivas sobre a evolução da sua atividade e valorização dos colaterais existentes. Desta análise obtivemos o nosso próprio julgamento sobre a existência de indícios de imparidade, concomitantemente avaliando a tempestividade da identificação e reconhecimento de imparidades por parte do órgão de gestão.</p> <p>Especificamente, ao nível dos créditos alvo de análise coletiva realizamos os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Entendimento das principais características do modelo de imparidade e análise crítica da razoabilidade das metodologias utilizadas pelo Banco.b) Análise numa base de amostragem do cálculo dos parâmetros de risco e da imparidade coletiva. <p>Para os créditos reestruturados de montante significativo, são analisadas as avaliações de colaterais existentes de modo a que as mesmas não tenham um prazo de antiguidade superior a 6 meses, bem como a capacidade de cumprimento da reestruturação definida.</p> <p>Procedemos à revisão das divulgações</p>

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<i>Imparidade de crédito a clientes (Notas 1.9, 1.11 e 7)</i>	
<p>Julgamento significativo por parte do órgão de gestão sobre a informação disponível, nomeadamente na identificação de indícios de imparidade e na estimativa do valor atual do montante que o Banco espera recuperar do crédito, a qual incorpora também pressupostos acerca de acontecimentos futuros que poderão não se concretizar da forma esperada e reflete as intenções do órgão de gestão em cada momento.</p> <p>A determinação de imparidades no âmbito da análise coletiva baseia-se num modelo com alguma complexidade, uma vez que considera no cálculo da imparidade diversas variáveis.</p> <p>A carteira de crédito do Banco inclui exposições relevantes a agentes económicos cuja atividade principal está relacionada com os setores da construção e atividades imobiliárias, os quais têm sido particularmente afetados pelo contexto económico em que desenvolvem a sua atividade.</p> <p>Sendo uma área em que o órgão de gestão tem de realizar estimativas que incorporam um elevado grau de subjetividade ou alguma complexidade, bem como a materialidade dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, a imparidade da carteira de crédito foi definida como sendo uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>relacionadas com a imparidade de crédito, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.</p>

Imparidade para outros ativos (Notas 1.9, 1.11 e 15)

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da rubrica "outros ativos" ascende a 28.492.505€, líquido de perdas acumuladas por imparidade registadas pelo Banco ("perdas por imparidade") no montante de 1.549.975€.

Conforme divulgado na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 2016 foi registada uma imparidade para uma dívida

Analisamos as atividades de controlo relevantes implementadas pelo Banco ao nível do processo de quantificação de perdas por imparidade para outros ativos.

Analisámos a razoabilidade dos testes de imparidade preparados pelo Grupo para outros ativos, nomeadamente através de fontes internas e externas de informação,

Imparidade para outros ativos (Notas 1.9, 1.11 e 15)

reconhecida no montante de 1.449.975€.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade, estes ativos são sujeitos a testes de imparidade. Esta avaliação implica um grau elevado de julgamento por parte do órgão de gestão. Por este motivo, esta foi considerada uma matéria relevante na nossa auditoria.

avaliando a quantia recuperável face à quantia escriturada.

Procedemos à revisão das divulgações relacionadas com a imparidade de outros ativos, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.


Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.
Cont. 502 152 567

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt
Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do Banco L. J. Carregosa, S.A. (entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de maio de 2015, para um mandato compreendido entre 2015 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 9 de maio de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 9 de maio de 2017

Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.
Cont. 502 152 567

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados – S.R.O.C., Lda., SROC n.º 52

representada por Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco L. J. Carregosa, S.A. (o Banco), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 214.796.037 euros e um total de capital próprio de 34.558.195 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 351.025 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco L. J. Carregosa, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
--	--

Imparidade de crédito a clientes (Notas 2.2.8, 2.2.11 e 7)

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da rubrica "Crédito a clientes" ascende a 66.113.462€, líquido de perdas acumuladas por imparidade de crédito registadas pelo Banco ("perdas por imparidade") no montante de 968.346€. Encontram-se ainda registadas

Analisamos as atividades de controlo relevantes implementadas pelo Banco ao nível do processo de quantificação de perdas por imparidade para a sua carteira de crédito.

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<i>Imparidade de crédito a clientes (Notas 2.2.8, 2.2.11 e 7)</i>	
<p>provisões para garantias e outros compromissos assumidos pelo Banco no montante de 10.046€.</p> <p>As perdas por imparidade representam a melhor estimativa do órgão de gestão do Banco das perdas incorridas na sua carteira de crédito na data referência das demonstrações financeiras individuais. Face às características da carteira de crédito do Banco, uma parte muito significativa dos clientes é objeto de análise individual de imparidade.</p> <p>O cálculo das imparidades resulta da soma das imparidades determinadas para cada operação de crédito:</p> <ul style="list-style-type: none">a) As operações de crédito sujeitas a imparidades analisadas individualmente são avaliadas pelo seu valor presente, somando a exposição atual aos fluxos de caixa previsíveis, atualizados à taxa de juro do contrato.b) As restantes operações de crédito e as que segundo o primeiro método devolveram uma imparidade nula são sujeitas a imparidades analisadas coletivamente. <p>São sujeitas à análise de imparidades individual as operações de crédito:</p> <ul style="list-style-type: none">a) De um grupo cuja exposição atual seja superior a 5% dos fundos próprios.b) De um grupo de clientes cujo crédito em incumprimento ultrapassa 50.000€. <p>A determinação das perdas por imparidade através de análise individual tem inerente um nível de julgamento significativo por parte do órgão de gestão sobre a informação disponível, nomeadamente na identificação de indícios de imparidade e na estimativa do valor atual do montante que o Banco espera recuperar do crédito, a qual incorpora também pressupostos acerca de acontecimentos futuros que poderão não se concretizar da forma esperada e reflete as intenções do órgão de gestão em cada momento.</p>	<p>Para uma amostra de clientes significativamente representativa da carteira de crédito, analisamos a razoabilidade da estimativa de perdas por imparidade registada nas demonstrações financeiras com base na revisão dos julgamentos do Banco sobre a situação económica e financeira dos clientes, das perspetivas sobre a evolução da sua atividade e valorização dos colaterais existentes. Desta análise obtivemos o nosso próprio julgamento sobre a existência de indícios de imparidade, concomitantemente avaliando a tempestividade da identificação e reconhecimento de imparidades por parte do órgão de gestão.</p> <p>Especificamente, ao nível dos créditos alvo de análise coletiva realizamos os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Entendimento das principais características do modelo de imparidade e análise crítica da razoabilidade das metodologias utilizadas pelo Banco.b) Análise numa base de amostragem do cálculo dos parâmetros de risco e da imparidade coletiva. <p>Para os créditos reestruturados de montante significativo, são analisadas as avaliações de colaterais existentes de modo a que as mesmas não tenham um prazo de antiguidade superior a 6 meses, bem como a capacidade de cumprimento da reestruturação definida.</p> <p>Procedemos à revisão das divulgações relacionadas com a imparidade de crédito, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.</p>

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<i>Imparidade de crédito a clientes (Notas 2.2.8, 2.2.11 e 7)</i>	
<p>A determinação de imparidades no âmbito da análise coletiva baseia-se num modelo com alguma complexidade, uma vez que considera no cálculo da imparidade diversas variáveis.</p> <p>A carteira de crédito do Banco inclui exposições relevantes a agentes económicos cuja atividade principal está relacionada com os setores da construção e atividades imobiliárias, os quais têm sido particularmente afetados pelo contexto económico em que desenvolvem a sua atividade.</p> <p>Sendo uma área em que o órgão de gestão tem de realizar estimativas que incorporam um elevado grau de subjetividade ou alguma complexidade, bem como a materialidade dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras individuais do Banco, a imparidade da carteira de crédito foi definida como sendo uma matéria relevante de auditoria.</p>	
<i>Imparidade de outros ativos (Notas 2.2.8, 2.2.11 e 16)</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da rubrica "Outros ativos" ascende a 28.467.780€, líquido de perdas acumuladas por imparidade registadas pelo Banco ("perdas por imparidade") no montante de 1.549.975€.</p> <p>Conforme divulgado na nota 16 do anexo às demonstrações financeiras individuais, em 2016 foi registada uma imparidade para uma dívida reconhecida no montante de 1.449.975€.</p> <p>Sempre que sejam identificados indícios de imparidade, estes ativos são sujeitos a testes de imparidade. Esta avaliação implica um grau elevado de julgamento por parte do órgão de gestão. Por este motivo, esta foi considerada uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Analisamos as atividades de controlo relevantes implementadas pelo Banco ao nível do processo de quantificação de perdas por imparidade para outros ativos.</p> <p>Analisámos a razoabilidade dos testes de imparidade preparados pelo Banco para outros ativos, nomeadamente através de fontes internas e externas de informação, avaliando a quantia recuperável face à quantia escriturada.</p> <p>Procedemos à revisão das divulgações relacionadas com a imparidade de outros ativos, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.</p>

Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.
Cont. 502 152 567

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso


Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.
Cont. 502 152 567

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Banco, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do Banco L. J. Carregosa, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de maio de 2015, para um mandato compreendido entre 2015 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco em 9 de maio de 2017.


Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.
Cont. 502 152 567

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

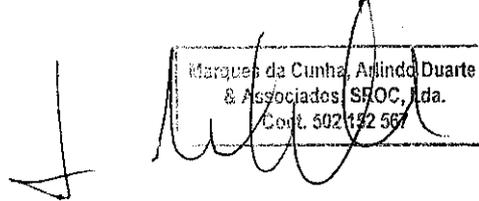
Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Banco durante a realização da auditoria.

Porto, 9 de maio de 2017



Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados – S.R.O.C., Lda., SROC n.º 52
representada por Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

Luís Carregosa
[Signature]
[Signature]

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

1. O Conselho Fiscal vem submeter a V.Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo Conselho de Administração do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, referentes ao exercício de 2016, dando, assim, cumprimento às disposições legais - alínea g) do nº1 do artigo 420º e artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais - e estatutárias.

2. O Conselho, ao longo do ano, realizou os contactos necessários com diversas Direcções do Banco, obtendo informações sobre os mais relevantes aspectos da actividade desenvolvida, bem como acompanhando a evolução de diversos assuntos em análise.

3. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas aplicadas na elaboração da informação financeira e fiscalizada a eficácia do sistema de controlo interno, do sistema de gestão de risco e do sistema de auditoria interna.

Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas.

Sempre se obtiveram, quer do Conselho de Administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.

4. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

5. Ao longo do exercício, teve este Conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do Conselho de Administração, Comissão Executiva e demais Colaboradores do Banco e do Grupo.



6. Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas, que nos foram presentes e com as quais concordamos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual:
- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
 - b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório do Conselho de Administração.
 - c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização do Banco L.J.Carregosa, S.A., nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 9 de Maio de 2017

O Conselho Fiscal

Manica da Graça Alves Carvalha

[Handwritten signature]

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

CERTIFICO, à vista da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas do “**Banco L. J. Carregosa, S.A.**”, realizada no dia **30 de Maio de 2017**, que se encontram tomadas as seguintes deliberações:

- 1) Foi aprovado por unanimidade o Relatório de Gestão e Contas e das Contas Consolidadas referentes ao exercício de 2016.
- 2) Foi aprovado por unanimidade que o Resultado Líquido do Exercício, no valor (negativo) de € 351.024,88 (trezentos e cinquenta e um mil, vinte e quatro euros e oitenta e oito cêntimos), seja registado em Resultados Transitados.
- 3) Foi aprovado por unanimidade um voto de louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Sociedade, extensivo a todos e a cada um dos seus membros, relativamente ao exercício de 2016.
- 4) Foi aprovada por unanimidade a proposta de alienação e aquisição de acções próprias, nos termos do disposto nos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 5) Foi aprovada por unanimidade a proposta de eleição, no mandato em curso, de dois membros para o Conselho de Fiscal e a designação do presidente, que passa a ter a seguinte composição:
Presidente: Álvaro José Barrigas do Nascimento;
Vogal: Ricardo Jorge Mendes Fidalgo Moreira da Cruz;
Vogal: Maria da Graça Alves Carvalho.
- 6) Foi aprovado por unanimidade o relatório da Comissão de Remunerações.
- 7) Foi aprovada por unanimidade a proposta de constituição da Comissão de Remunerações e Avaliação, bem como o respectivo regulamento, com a seguinte composição:
- Senhor Dr. Luís Neiva Santos;
- Senhora Dra. Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva;
- Senhor Prof. Dr. Álvaro José Barrigas do Nascimento.
- 8) Foram aprovadas por unanimidade as alterações à Política de Remuneração dos Membros do Órgão de Administração e Fiscalização e do ROC.
- 9) Foram aprovadas por unanimidade as alterações à Política Interna de Seleção e Avaliação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, do ROC e dos Titulares de Funções Essenciais.

Porto, 30 de Maio de 2017.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



(Luís Neiva dos Santos)